

**ELISA MARCHIORO STUMPF**

**UMA PROPOSTA ENUNCIATIVA PARA O TRATAMENTO DA  
METALINGUAGEM NA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM**

**PORTO ALEGRE  
2010**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM  
ESPECIALIDADE: TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO  
LINHA DE PESQUISA: ANÁLISES TEXTUAIS E DISCURSIVAS**

**UMA PROPOSTA ENUNCIATIVA PARA O TRATAMENTO DA  
METALINGUAGEM NA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM**

**ELISA MARCHIORO STUMPF  
ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. CARMEM LUCI DA COSTA SILVA**

Dissertação de Mestrado em Teorias do Texto e do Discurso, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**PORTO ALEGRE  
2010**

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Carmem Luci da Costa Silva, por acolher a ideia de projeto que resultaria nessa dissertação ainda quando eu não sabia onde iria chegar, pela orientação criteriosa e competente, pela paciência e atenção que sempre teve comigo.

Ao professor Valdir do Nascimento Flores, por me fazer gostar de linguística, pelo ensino cativante, pelo apoio e palavras sábias.

Aos meus pais, Humberto e Jussara, por me apoiarem na minha qualificação profissional e na realização do mestrado.

À professora Giselle Olívia Mantovani Dal Corno, por fazer com que eu, então estagiária em processamento de dados, virasse bolsista de iniciação científica na área de Letras. Às professoras Flávia Brocchetto Ramos e Neiva Senaide Petry Panozzo, que ajudaram a consolidar meus rumos na pesquisa científica. À Luciane Todeschini Ferreira, que me fez querer ser “profe” e não ter nenhuma vergonha disso. À Fabiele Stockmans de Nardi, por marcar minha formação teórica e pelo incentivo para a seleção do mestrado.

Aos meus colegas do mestrado, Cerise Gomes, Cristina da Silveira, Elizabete Vieira e Rodrigo Oliveira Fonseca, pelas conversas sempre inteligentes. Em especial ao Giovani Forgiarini Aiub, pela amizade e companheirismo no mestrado e na vida.

À Marília Martta Kuhn, pela escuta que me ajuda a “me colocar no meu lugar”.

Ao Marcelo Turchetti e à Flávia Saretta, pelas traduções.

Aos meus amigos, que me lembravam constantemente que isso é “só uma dissertação”, mas mesmo assim entenderam os muitos momentos de ausência. Em especial à Natália Borges e ao Eduardo Bremm, que acompanharam de perto esse processo e me ajudaram muito em um momento crítico.

Ao Júlio, pelo amor necessário e contingente, por compartilhar a vida comigo, por tantas outras coisas tão difíceis de dizer.

À CAPES, pela concessão da bolsa de estudo fundamental para o desenvolvimento deste trabalho.

*“Bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para viver.”*

*Émile Benveniste*

## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo elaborar uma proposta enunciativa para o tratamento da metalinguagem na aquisição da linguagem. A partir de uma pesquisa bibliográfica sobre a metalinguagem na aquisição da linguagem, constatou-se a falta de uma explicação enunciativa para esse fenômeno. Ancorados em uma perspectiva enunciativa em aquisição da linguagem (SILVA, 2009), busca-se na teoria enunciativa de Émile Benveniste indicações para compreender a metalinguagem dentro da obra do autor. Foi realizada uma leitura dos *Problemas de Linguística Geral I e II* a fim de buscar trechos que nos permitissem inferir como Benveniste entende a questão da metalinguagem. Assim, formula-se o que se entenderia por metalinguagem na sua teoria enunciativa, entendida como uma propriedade das línguas que possibilita a criação de referência sobre a língua. Isso se realiza por meio do que chamamos de mecanismos de interpretância. A partir disso, realizam-se algumas derivações para compreender como isso ocorre na aquisição da linguagem, Considerando que a criança entra no mundo e na linguagem ao mesmo tempo, essas duas realidades são ligadas através de um ato de nomeação, que se dá através da enunciação. Propõe-se que a nomeação do mundo e a reflexão sobre a língua não são atos pacíficos e exigem, muitas vezes, um retorno sobre o discurso por meio dos mecanismos de interpretância. Através das análises, procura-se descrever os modos peculiares através dos quais a criança emprega tais mecanismos no seu discurso. Conclui-se que a proposta enunciativa para o tratamento da metalinguagem permite explicar e descrever os mecanismos e modos empregados pela criança e, em vez de definir fases ou ordem de aparecimento de tais mecanismos, pode tomar a fala da criança na sua singularidade e atentar para fatos particulares que muito dizem da inscrição da criança como sujeito na linguagem.

Palavras-chave: aquisição da linguagem; enunciação; metalinguagem.

## RESUMÉ

Cette étude a pour objectif élaborer un propos énonciatif pour le traitement du métalangage dans l'acquisition du langage. Dès une recherche bibliographique sur le métalangage dans l'acquisition du langage, on a constaté le manque d'une explication énonciative à ce phénomène. En nous basant sur la perspective énonciative en l'acquisition du langage (SILVA, 2009), on cherche dans la théorie énonciative d'Émile Benveniste des indications pour comprendre le métalangage dans son oeuvre. On a lu son oeuvre pour chercher des fragments qui nous permettent de réfléchir comment il comprend le métalangage. Ainsi, on a formulé ce qu'on peut comprendre par métalangage dans sa théorie énonciative : une propriété des langues qui rend possible la création des références sur la langue elle-même. Cela est fait au moyen de ce qu'on appelle les mécanismes d'interprétance. Depuis ça, on a fait quelques dérivations pour comprendre comme cela se produit dans l'acquisition du langage. Si l'on considère que l'enfant entre dans le monde et dans le langage en même temps, ces deux réalités sont liées par un acte de dénomination qui se réalise à travers de l'énonciation. On propose que la dénomination du monde et la réflexion sur la langue ne sont pas pacifiques et demandent, plusieurs fois, un retour sur le discours à travers des mécanismes d'interprétance. Les analyses cherchent à décrire les manières particulières à travers lesquelles l'enfant emploie tels mécanismes dans son discours. On conclut que le propos énonciatif pour le traitement du métalangage permet d'expliquer et de décrire les mécanismes et les manières employés par l'enfant et, au lieu de définir des phases ou l'ordre des manifestations de ces mécanismes, peut comprendre la parole de l'enfant dans sa singularité et faire attention aux faits particuliers, en révélant l'inscription de l'enfant comme sujet dans le langage.

Mots-clé: acquisition du langage; énonciation; métalangage.

## SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	9
1 PERSPECTIVAS TEÓRICAS NO CAMPO DA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM E DA METALINGUAGEM .....	12
1.1 Estudos sobre aquisição da linguagem.....	12
1.1.1 O interesse pela linguagem da criança: estudos pré-linguísticos e linguísticos .....	13
1.1.2 O interesse pela linguagem da criança: estudos psicológicos .....	14
1.1.3 O surgimento da Psicolinguística.....	15
1.1.4 Uma teoria enunciativa em aquisição da linguagem.....	18
1.2 Estudos sobre metalinguagem .....	21
1.2.1 Apresentação do objeto.....	21
1.2.2 Metalinguagem lógica .....	23
1.2.3 Metalinguagem semiótica.....	24
1.2.4 Metalinguagem linguística.....	24
1.3 Considerações .....	27
2 AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM E METALINGUAGEM.....	29
2.1 Estudos de orientação desenvolvimentista .....	32
2.1.1 Estágios de desenvolvimento e habilidades metalinguísticas.....	33
2.1.2 Desenvolvimento cognitivo e habilidades metalinguísticas .....	36
2.2 Estudos de orientação chomskiana .....	41
2.3 Estudos sobre aquisição da linguagem e processo de subjetivação .....	42
2.4 Estudos sobre a autonomia .....	44
2.5 Considerações .....	45
3 ENUNCIÇÃO E METALINGUAGEM.....	49
3.1 A Teoria da Enunciação em Émile Benveniste .....	51
3.1.1 Da filiação a Saussure .....	51
3.1.2 A linguística da significação em Benveniste .....	55
3.1.3 A enunciação em Benveniste .....	59
3.2 Elementos para o tratamento da metalinguagem no constructo teórico de Émile Benveniste .....	63
3.2.1 A metalinguagem na obra de Benveniste.....	66

3.3 A metalinguagem no pensamento benvenistiano: algumas derivações.....	77
4 POR UMA ABORDAGEM ENUNCIATIVA DA METALINGUAGEM NA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM: QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS .....	82
4.1 Elementos para uma abordagem enunciativa da metalinguagem na aquisição da linguagem	82
4.2 Questões sobre método e dado.....	85
4.2.1 O método e o dado nos estudos em aquisição da linguagem.....	85
4.2.2 O método e o dado em uma perspectiva enunciativa em aquisição da linguagem .....	88
4.3 Metodologia enunciativa para a análise da metalinguagem em dados de aquisição da linguagem .....	90
5 ANÁLISES E DISCUSSÃO .....	95
5.1 Análises.....	95
5.2 Considerações parciais .....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	103
REFERÊNCIAS .....	106

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta dissertação surgiu de uma confluência de interesses que até então pensávamos impossíveis de se alinhar. Em primeiro lugar, o interesse pelo campo de estudos em aquisição da linguagem, que incentivou várias leituras ainda quando estávamos na graduação. Em segundo lugar, o interesse pelo campo de estudos da Linguística da Enunciação, surgido durante o mestrado em Letras, em especial pela teoria das não-coincidências do dizer de Jacqueline Authier-Revuz (1995), que despertou nosso interesse pela questão da metalinguagem. Foi também durante o período inicial do mestrado que travamos conhecimento com a pesquisa de Silva (2009) reunindo os campos da Aquisição da Linguagem com a Teoria da Enunciação de Émile Benveniste para produzir uma teoria enunciativa em aquisição da linguagem.

Há uma vasta literatura sobre “capacidade” ou “consciência” metalinguística na aquisição da linguagem. Entretanto, constatamos que esses estudos não destacam a produção da criança senão para tomá-la como acesso ao seu funcionamento cognitivo. Incomodava-nos o fato de que tais estudos defendiam que a “capacidade metalinguística” era uma aquisição tardia da criança. Embora julgássemos coerentes com suas perspectivas adotadas, alguns dados a que tivemos acesso pareciam não corroborar tal hipótese. Assim, ancorados na teoria enunciativa em aquisição da linguagem proposta por Silva (2009), acreditávamos que deveríamos procurar uma explicação igualmente enunciativa para tal fenômeno. Estava aberto, pois, o caminho que nos levou a pensar a viabilidade de um estudo que conjugasse uma perspectiva enunciativa e o campo de estudos em aquisição da linguagem para explicar a questão da metalinguagem.

O problema que norteou nossa pesquisa desde o início é: como explicar dados de aquisição da linguagem que dizem respeito ao fenômeno metalinguístico com o suporte de uma teoria enunciativa? Essa questão levou-nos ao estabelecimento das seguintes hipóteses:

- 1 – a primeira hipótese é guiada pelos dados: a descrição e explicação da metalinguagem na aquisição da linguagem exigem uma ancoragem em uma instância enunciativa;
- 2 – a segunda hipótese é de natureza teórica: deve-se recorrer a uma teoria enunciativa para fornecer tal explicação;
- 3 – esta sub-hipótese decorre da segunda: a teoria enunciativa proposta por Benveniste fornece esse recurso.

Portanto, nosso trabalho possui um duplo objetivo: por um lado, elaborar uma proposta para explicar a metalinguagem desde a teoria enunciativa proposta por Benveniste; por outro, ver como a metalinguagem se dá na fala da criança, a partir da perspectiva defendida por Silva (2009).

O percurso que desenvolvemos nessa dissertação procura contemplar tal objetivo. O primeiro capítulo, intitulado *Perspectivas teóricas nos campos da Aquisição da Linguagem e da Metalinguagem*, traz a contribuição teórica acerca dos dois campos reunidos neste trabalho, a Aquisição da Linguagem e a Metalinguagem<sup>1</sup>. Apresentamos reflexões que servirão de base para a compreensão do capítulo seguinte.

O segundo capítulo – *Aquisição da Linguagem e Metalinguagem* – busca fornecer um panorama das pesquisas em aquisição da linguagem que tomam a metalinguagem como objeto de estudo. Encontram-se estudos de diversas orientações teóricas com os quais nos deparamos enquanto realizávamos a pesquisa. Esse levantamento apontou para a falta de uma explicação enunciativa para esse fenômeno, motivo que legitimou nossa busca por uma perspectiva baseada em uma teoria enunciativa para explicar a metalinguagem na aquisição da linguagem.

O terceiro capítulo – *Enunciação e Metalinguagem* – explica nossa escolha pela teoria enunciativa de Émile Benveniste, apresenta-a de forma geral e procura indicações de como Benveniste vê a questão da metalinguagem em seus *Problemas de Linguística Geral I e II*. A partir dessas indicações, procuramos desenvolver o que é a metalinguagem de acordo com o pensamento benvenistiano e indicar alguns mecanismos através dos quais a metalinguagem é realizada.

O quarto capítulo – *Por uma abordagem enunciativa da metalinguagem na aquisição da linguagem: questões teóricas e metodológicas* – apresenta os deslocamentos necessários para podermos compreender a metalinguagem na aquisição da linguagem desde uma perspectiva enunciativa e algumas reflexões a respeito da metodologia criada para este estudo. O quinto capítulo apresenta algumas análises de fatos de língua no discurso da criança que julgamos pertinentes em relação à questão metalinguística. Acreditamos que essa estrutura pode dar conta dos objetivos propostos, o que discutiremos nas considerações finais.

Concluimos que este estudo possibilitou a criação de uma proposta para a explicação e descrição da metalinguagem na aquisição da linguagem em uma perspectiva enunciativa, suprimindo assim uma lacuna que havíamos constatado. Esse estudo também demonstrou a

---

<sup>1</sup> Entendemos a metalinguagem como um campo inspirados pelo trabalho de Authier-Revuz (1995), que o trata como “champ du métalinguistique”.

pertinência de uma abordagem enunciativa de fatos de língua na aquisição da linguagem, contribuindo para a consolidação dessa área de estudos e instigando possíveis pesquisas.

Acreditamos que inúmeras razões validam esta pesquisa. Em primeiro lugar, porque a metalinguagem é um tema recorrente nos estudos em aquisição da linguagem, particularmente os de orientação psicolinguística, o que nos leva a pensar na importância desse tema para o campo. Ao trazer um novo enfoque sobre um problema que desperta tanta atenção, acreditamos estar contribuindo para estimular o fazer científico desse campo. No que diz respeito às pesquisas que unem aquisição da linguagem e Linguística da Enunciação, pensamos que desenvolver o conceito de metalinguagem a partir da teoria de Benveniste é uma maneira de suprir lacunas existentes nessa área, dado seu recente desenvolvimento, bem como de suscitar outras pesquisas que procurem entrelaçar metalinguagem e aquisição da linguagem em uma perspectiva enunciativa. No que tange especificamente à Linguística da Enunciação, em particular à teoria de Benveniste, acreditamos que nosso estudo possa ser útil para outras pesquisas que se voltem sobre a metalinguagem, visto que, como mostraremos no capítulo 4, uma concepção enunciativa de metalinguagem abrange muitos fenômenos.

Por fim, gostaríamos de lembrar que, por trás do rigor científico exigido pela academia, subjaz a esse trabalho uma grande *vontade de saber* sobre a língua. Se a língua pode ser tanto objeto de uma ciência quanto objeto de um amor (MILNER, 1987, p. 17), foi um amor – que nada tem de purista, como em Milner – que sustentou esse trabalho, nas vezes em que a ciência pareceu falhar.

## **1 PERSPECTIVAS TEÓRICAS NO CAMPO DA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM E DA METALINGUAGEM**

Neste capítulo, temos por objetivo delinear algumas perspectivas teóricas que se encontram presentes nas pesquisas em Aquisição da Linguagem e em Metalinguagem. Não pretendemos abranger todas as perspectivas em jogo nesses campos de estudos, mas sim fornecer um pano de fundo para a compreensão de algumas perspectivas que se mostrarão importante para nossa pesquisa posterior (cf. infra 2).

Inicialmente, tratamos da aquisição da linguagem, mostrando como a linguagem da criança foi objeto de interesse de diversas correntes, em diversas áreas do conhecimento, tais como a Linguística e a Psicologia. Iniciamos nossa pesquisa com estudos pré-linguísticos e linguísticos, selecionando passagens que atestam a preocupação com a linguagem infantil em autores como Saussure, Jakobson, Bloomfield e Sapir. Depois, vamos para a área da Psicologia, mostrando como Skinner, Piaget e Vygotsky entendem a aquisição da linguagem. Segue-se então o surgimento da Psicolinguística, ponto de destaque na nossa reflexão, visto que é nesse momento que as pesquisas em aquisição da linguagem ganham novo fôlego. Encerramos o capítulo trazendo a perspectiva enunciativa em aquisição da linguagem elaborada por Silva (2009), que será a base da nossa proposta enunciativa para a questão da metalinguagem na aquisição da linguagem.

Em segundo lugar, tratamos da metalinguagem. A partir das considerações de Rey-Debove (1978), selecionamos algumas perspectivas que julgamos representativas e pertinentes para compreender este campo de estudos. Procuramos uma definição para o termo “metalinguagem” e procuramos expor algumas perspectivas, provenientes da Lógica, da Semiótica e da Linguística para compreender como esse campo foi tratado na tradição de estudos lógicos e linguísticos.

### **1.1 Estudos sobre aquisição da linguagem**

### 1.1.1 O interesse pela linguagem da criança: estudos pré-linguísticos<sup>2</sup> e linguísticos

Embora os estudos em aquisição da linguagem tenham sido sistematizados e amplamente desenvolvidos a partir da década de 1960, o interesse pela linguagem da criança é mais antigo. De acordo com Ingram (1989, p. 7), os primeiros estudos sobre a aquisição da linguagem começaram a aparecer por volta do século XIX e faziam parte de um interesse geral a respeito do desenvolvimento infantil. Os registros que se tem desse período são os diários feitos pelos pais, conhecidos como “biografias de bebês”, que continham anotações gerais sobre o desenvolvimento da criança. Uma das primeiras publicações, de 1876, é o diário da filha de H. Taine, cujo desenvolvimento foi registrado desde o nascimento até o fim do segundo ano. *Die Kindersprache*, publicado em 1907, é outra obra de destaque, pois seu autor (Stern) faz uma proposição inicial acerca dos estágios de aquisição da linguagem. Esses estudos, embora desprovidos de orientação teórica, eram de caráter descritivo e, em alguns casos, forneceram uma base de dados para o campo.

A partir da instituição da linguística como ciência, com a publicação póstuma do *Curso de Linguística Geral* (1916), de Ferdinand de Saussure, a linguagem da criança não ocupou uma posição de destaque nos estudos que se seguiram, embora aparecesse como tema secundário de reflexão em alguns autores. O próprio *Curso de Linguística Geral* é perpassado por breves reflexões acerca da aquisição da linguagem, por exemplo: “por outro lado, o indivíduo tem necessidade de uma aprendizagem para conhecer-lhe [a língua] o funcionamento, somente pouco a pouco a criança a assimila” (SAUSSURE, 1975, p. 22). Também se encontra, em trecho dedicado às analogias, uma menção à fala da criança: “a linguagem da criança está cheia delas [inovações analógicas], porque as crianças conhecem mal o uso e ainda não lhe estão sujeitas” (SAUSSURE, 1975, p. 196).

As reflexões sobre a linguagem da criança e aquisição da linguagem também encontraram lugar no pensamento de autores europeus como Benveniste e Jakobson. Das proposições de Benveniste, trataremos posteriormente (cf. 1.4), no momento em que trazemos a teoria enunciativa em aquisição da linguagem como proposta por Silva (2009). Sobre Jakobson, podemos dizer que a questão da aquisição da linguagem atravessa suas amplas reflexões, seja na fonologia, com o estabelecimento de uma ordem de aquisição de fonemas, seja nas funções da linguagem, dentre as quais a função metalinguística é tida como

---

<sup>2</sup> Consideramos pré-linguísticos os estudos realizados antes da publicação do *Curso de Linguística Geral* (1916), que marcou o nascimento da linguística tal como a conhecemos atualmente.

fundamental para o processo de aquisição da língua materna (JAKOBSON, 1966, 1974). Além disso, Jakobson é um dos primeiros linguistas a dedicar um artigo inteiramente voltado para a questão da linguagem infantil, o que mostra a pertinência das indagações sobre essa questão (JAKOBSON, 1967).

Pesquisadores americanos também mostraram interesse no tema desde muito cedo. Tanto Sapir (1921) quanto Bloomfield (1926), ao tentarem definir e explicar o funcionamento da linguagem, veem-se às voltas, ainda que breve e superficialmente, com a questão da aquisição da linguagem. Sapir (1921, p. 11-13), preocupado com as relações entre Linguística e Antropologia, define a aquisição da linguagem em contraposição à aprendizagem de andar: para ele, a segunda é uma função biológica (desde que a criança seja apta), ao passo que a aquisição da linguagem é um processo intimamente relacionado à sociedade, visto que a vida humana se dá no seio dela e, sem a qual, a fala não se tornaria possível.

Já Bloomfield (1926, p. 24-31), partindo do ponto de vista behaviorista, concebe um espaço para linguagem no esquema estímulo-resposta no sentido de que a linguagem permite que uma pessoa tenha uma reação quando a outra tem um estímulo. Isso é o resultado de uma aprendizagem dos hábitos de utilização de um sistema de sinais pela criança nos primeiros anos de vida. Assim, a criança aprende a falar por meio de exposição a estímulos e a reforços positivos ou negativos e de uma maneira articulada, pois a linguagem envolve a produção e a compreensão de enunciados. Falar em aquisição da linguagem parece não fazer sentido de acordo com os pressupostos do autor; o que temos é a aprendizagem de hábitos de fala.

### 1.1.2 O interesse pela linguagem da criança: estudos psicológicos

A perspectiva que Bloomfield adota sobre a aquisição da linguagem está ancorada na abordagem psicológica sobre o comportamento, cujo maior expoente foi Skinner. De acordo com os pressupostos teórico-metodológicos dessa abordagem, não é possível estudar a mente e os processos internos, mas sim apenas o que é observável e descritível, ou seja, o comportamento, definido como a “resposta dada por um determinado organismo a algum fator externo que o estimule, cuja resposta pode sempre ser observada, descrita e quantificável (FINGER, 2008, p. 18). A fala está entre vários outros tipos de comportamento: “o que acontece quando um homem fala ou responde a uma fala é claramente uma questão sobre o

comportamento humano” (SKINNER, 1957, p. 28). A aquisição da linguagem se dá através da experiência da criança em contato com o ambiente que a cerca, mediante o estímulo e reforço das pessoas que a cercam.

Outra corrente de estudos da psicologia que se interessa pela linguagem da criança é a Psicologia do Desenvolvimento, cujos autores mais representativos são Piaget e Vygotsky. Como nosso objetivo não é expor por completo suas teorias, limitamo-nos aqui a indicar o papel da linguagem dentro das suas teorias do desenvolvimento infantil, seguindo os passos de Hickmann (1985). Comumente entendidas como complementares uma à outra, as duas teorias entendem que o conhecimento é construído pela criança. Para Piaget, o conhecimento se constrói a partir da interação da criança com o objeto; para Vygotsky, a interação da criança com o meio social e com os interlocutores é fundamental para o desenvolvimento. Em relação ao papel atribuído à língua em cada teoria, em Piaget o desenvolvimento linguístico é periférico e posterior ao desenvolvimento cognitivo, tanto como uma área em si própria (visto que os signos linguísticos, embora tenham propriedades particulares, são entendidos como apenas mais um entre outros usos de signos na função simbólica), quanto no que diz respeito ao desenvolvimento cognitivo geral, no qual a linguagem não seria necessária nem suficiente nos estágios mais inferiores, tornando-se necessária apenas nas operações concretas. Já para Vygotsky, a língua, enquanto sistema de signos, está em constante interação com o desenvolvimento cognitivo e é de fundamental importância, principalmente para as funções mentais superiores. Além disso, é a língua que medeia a participação da criança na vida social, sem a qual não haveria desenvolvimento.

A partir desse levantamento, pode-se constatar que não foi apenas no âmbito da Linguística que a linguagem da criança despertou interesse, mas também nos estudos da Psicologia, o que é fundamental para a compreensão do surgimento da Psicolinguística, área que, por muito tempo, abarcou os estudos em aquisição da linguagem, embora essa não fosse sua tarefa primeira.

### 1.1.3 O surgimento da Psicolinguística

A Psicolinguística nasceu em 1954, em um seminário da Universidade de Indiana, quando um grupo de psicólogos e linguistas reuniu-se com o intuito de criar uma disciplina

que agrupasse três abordagens sobre a linguagem: a Linguística Estrutural, a Teoria da Aprendizagem e a Teoria da Comunicação. De acordo com M. T. G. de Lemos (2002, p. 65), a Psicolinguística surge para tentar responder a uma demanda da Psicologia de orientação behaviorista, que buscava utilizar os métodos da linguística estrutural como instrumento de análise do comportamento linguístico – *language behaviour* – o objeto próprio da psicolinguística. Inicialmente, a tarefa da psicolinguística consistia no estudo de três processos mentais: “o estudo da recepção e da emissão da fala, assim como da aprendizagem dessas duas habilidades pela criança” (CLARK, E.; CLARK, H., 1977, apud LEMOS, M. T. G., 2002, p. 62). Segundo M. T. G. de Lemos (2002, p. 71), os estudos em aquisição da linguagem não tiveram mais destaque do que os outros na fase inicial da Psicolinguística, e se encaixavam na teoria apenas porque ofereciam a oportunidade para uma investigação da linguagem enquanto comportamento observável, não havendo diferenças entre a condição do adulto e a da criança.

A partir da publicação da tese de doutorado de Chomsky, *Syntactic Structures*, em 1957, a Psicolinguística passou por uma grande mudança, chamada por autores da área como uma “conversão imediata” à teoria chomskiana. A mudança foi radical, pois se passou do behaviorismo para uma teoria racionalista e inatista sobre a linguagem.

Em primeiro lugar, em vez de ser entendida como um comportamento entre outros, a linguagem passa a ter uma especificidade própria, resgatada por Chomsky por meio do argumento da criatividade, e impede o acesso à linguagem através do empirismo. Em segundo lugar, porque, como afirma M. T. G. de Lemos (2002, p. 77),

percebe-se que a linguagem passou, por via do inatismo dessa teoria, de comportamento a saber, e essa substituição torna obsoleta a demanda de um instrumental analítico descritivo, capaz de fundamentar a análise do comportamento verbal, à medida que este passa a ser apenas a manifestação desse saber.

No que diz respeito aos estudos em aquisição da linguagem, estes sofreram um impacto ainda maior, graças ao que M. T. G. de Lemos chama de “uma leitura ingênua e parcial do texto Chomskiano” (1995, p. 183). Em *Aspectos da teoria da sintaxe* (1965), Chomsky afirma que a teoria linguística deve atender a dois níveis de adequação: descritiva e explicativa. A primeira diz respeito à capacidade de descrever qualquer língua particular: “podemos dizer que uma teoria linguística é descritivamente adequada se fornecer uma gramática descritivamente adequada para cada língua natural” (CHOMSKY, 1969, p. 107). Entretanto, a Linguística deve atingir um nível mais elevado de adequação explicativa:

na medida em que uma teoria linguística consegue selecionar com êxito uma gramática descritivamente adequada com base nos dados linguísticos primários, podemos dizer que ela satisfaz a condição de adequação explicativa. Isto é, na medida em que alcança este objetivo, oferece uma explicação para a intuição do falante nativo com base numa hipótese empírica acerca da predisposição inata da criança em desenvolver um certo tipo de teoria para tratar as informações que lhe são apresentadas (CHOMSKY, 1969, p. 107).

A partir dessas formulações, as pesquisas em aquisição da linguagem intensificaram-se, procurando confirmar empiricamente os universais linguísticos formulados na teoria. Esses trabalhos, partindo do registro da produção linguística infantil, buscavam a construção de uma gramática da criança. Entretanto, a teoria chomskiana não precisava valer-se de dados empíricos para formular a noção de competência, pois como afirma Chomsky (1969, p. 84),

o uso observado da linguagem ou as disposições possíveis de resposta aos estímulos, hábitos, etc., podem fornecer informações relativas à natureza desta realidade mental, mas certamente não poderão constituir o objetivo efetivo da linguística, se quisermos que ela seja uma disciplina séria.

Para M. T. G. de Lemos (2002), a Psicolinguística fez uma leitura ingênua de Chomsky ao supor uma tarefa a cumprir – a descrição da gramática infantil – quando na verdade, para a teoria chomskiana, “a criança tinha um estatuto simbólico (isto é, valia enquanto lugar na lógica interna da teoria) e nada tinha a ver com a criança real cujas produções os psicolinguistas analisavam” (2002, p. 80). Não demorou para que os pesquisadores se dessem conta da inadequação das suas pesquisas em relação à teoria chomskiana, principalmente por causa da questão dos dados, herança empirista a qual a Psicolinguística não renunciou apesar da sua conversão chomskiana.

Essas pesquisas, de maneira geral, fracassaram na tentativa de encontrar os universais linguísticos, mas encontraram outro tipo de regularidade, que foi então explicada pelo desenvolvimento cognitivo, com influência piagetiana, fruto de outra série de pesquisas realizadas por Roger Brown e seus colaboradores.

Nessa mudança, há muito mais em jogo do que apenas uma virada teórica. Na verdade, o que resiste ao fracasso do programa chomskiano é o compromisso das pesquisas em aquisição da linguagem com a fala da criança. O que está em jogo nos estudos em aquisição da linguagem, desde a primeira fase da Psicolinguística, é o submetimento à fala da criança, que nas palavras de M. T. G. de Lemos (2002, p. 98), “é apenas, e nada mais, que o fato de ter que dar a essa fala o valor de dado empírico”. O desconhecimento desse submetimento pode levar a uma posição que toma a fala diretamente como dado empírico, em

vez de problematizar essa passagem. Esse submetimento, de caráter simbólico, é considerado pela autora como um ponto de união entre as diversas teorias que permeiam os estudos em aquisição da linguagem, tornando o compromisso com a fala da criança como condição constitutiva da área.

#### 1.1.4 Uma teoria enunciativa em aquisição da linguagem

Por fim, trazemos a contribuição de Silva (2009), que postula uma teoria enunciativa em aquisição da linguagem a partir da obra de Benveniste. Inicialmente, apresentaremos momentos do pensamento de Benveniste em que ele explicita suas reflexões sobre a aquisição da linguagem. Em seguida, mostramos como Silva (2009) elabora uma teoria enunciativa a partir de princípios depreendidos da obra de Benveniste e mostramos a importância da concepção enunciativa para a explicação da aquisição da linguagem para o nosso estudo.

Silva (2009, p. 134), ao delinear uma epistemologia para o campo aquisição da linguagem, constata que esse campo foi projetado a partir de reflexões oriundas da Linguística, da Psicologia do Desenvolvimento e da Psicolinguística de forma a produzir uma reflexão acerca do par linguagem-língua/sujeito. A consolidação do campo se dá a partir de exclusões concernentes a determinados aspectos desse par: a língua encontra-se destituída do seu caráter heterogêneo e o sujeito, da sua singularidade. A partir dessa constatação, a autora argumenta a favor da inclusão de uma perspectiva enunciativa para o campo “aquisição da linguagem”. Silva (2009, p. 157) aponta dois critérios para buscar especificamente a Teoria da Enunciação de Benveniste: 1) a possibilidade de convocar exteriores teóricos à linguística (cf. AUTHIER-REVUZ, 1998) e 2) a apresentação de princípios de enunciação e não modelos de análise. Sobre esse último ponto, vale trazer as palavras da autora: “estamos buscando, nos princípios benvenistianos, uma possibilidade de construção de um aparato metodológico enunciativo para a aquisição da linguagem” (SILVA, 2009, p. 157). Ou seja: não se trata da aplicação de um modelo teórico-metodológico que levaria à descrição da fala da criança, mas sim da tentativa em, a partir da reflexão benvenistiana, elaborar uma teoria que explique a aquisição da linguagem.

Reconstituiremos parte do percurso da autora ao destacar as passagens em que Benveniste tematiza a aquisição da linguagem. Em uma entrevista a Pierre Daix intitulada

*Estruturalismo e Linguística* (1968), Benveniste discorre em diversos momentos sobre a questão da aquisição da linguagem. Trechos como: “a linguagem tem sempre sido inculcada nas crianças pequenas, e sempre em relação ao que se tem chamado as realidades que são realidades definidas como elementos de cultura, necessariamente” (2006, p. 24) e “a criança nasce em uma comunidade linguística, ela aprende sua língua, processo que parece instintivo [...], mas o que ela aprende, na verdade, não é o exercício de uma faculdade “natural”, é o mundo do homem” (2006, p. 20) deixam entrever a importância da linguagem como fundamento da vida social. Isso vai ao encontro do pensamento de Benveniste, que é categórico ao afirmar que “não há existência comum sem língua”, “vemos sempre a linguagem no seio da sociedade, no seio de uma cultura” (2006, p. 23).

Em outro trecho, Benveniste ressalta a importância do caráter simbólico da linguagem e a possibilidade de, através dela, interagir com o outro e com o mundo:

o que a criança adquire, aprendendo, como se diz, a falar, é o mundo no qual ela vive na realidade, que a linguagem lhe dá e sobre o qual ela aprende a agir. Aprendendo o nome de uma coisa, ela adquire o meio de obter esta coisa. Empregando a palavra, ela age, pois, sobre o mundo e se dá conta obscuramente muito cedo (2006, p. 24).

Em *Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (1963), o autor parece reunir as duas temáticas (linguagem como fundamento da vida social e linguagem como faculdade de simbolização):

a criança nasce e se desenvolve na sociedade dos homens. São homens adultos, seus pais, que lhe inculcam o uso da palavra. A aquisição da língua é uma experiência que vai de par a par, na criança, com a formação do símbolo e a construção do objeto. Ela aprende as coisas pelo seu nome; descobre que tudo tem um nome e que aprender os nomes lhe dá a disposição das coisas. Mas descobre também que ela mesma tem um nome e que por meio dele se comunica com os que a cercam. Assim desperta nela a consciência do meio social onde está mergulhada e que moldará pouco a pouco o seu espírito por intermédio da linguagem (2005, p. 31).

O conceito de base que subjaz à reflexão de Silva (2009) é o de intersubjetividade, definida, no escopo da teoria benvenistiana, como “inter-relação constitutiva da enunciação que pressupõe o eu e o outro mutuamente implicados” (FLORES ET AL, 2009, p. 146), inerente à linguagem. De fato, Benveniste afirma (2005, p. 285):

não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem.

Os axiomas que sustentam a perspectiva benvenistiana no campo aquisição da linguagem são (SILVA, 2009, p. 150-151):

1. consideração da intersubjetividade como constitutiva da linguagem: o sujeito (*eu*) instaura-se na linguagem com o outro (*tu*); essa relação define a constituição do ele (língua enquanto sistema simbólico de referências). Para Silva (2009, p. 150), “a entrada do sujeito no simbólico da língua emerge quando se institui como sujeito enunciativo constituindo e reconhecendo, ao mesmo tempo, o outro”;
2. constituição do *eu* pelo *tu* através de um sistema de referências (*ele*), recriado a cada enunciação: as mudanças operadas pela criança são vistas como movimentos na estrutura enunciativa;
3. instanciação do sentido e da referência pelo locutor pela língua em uso, através do discurso: importância da apropriação da palavra pela criança a partir da escuta da frase do outro, o que leva a considerar o diálogo entre eu-tu na análise. Nos dizeres da autora, “a criança não desenvolve os mecanismos e as formas da língua, mas os constitui e, ao mesmo tempo, por eles é constituída na enunciação ao se marcar como sujeito linguístico no discurso” (2009, p. 151).

Silva (2009, p. 159) postula a existência de três instâncias simultâneas de funcionamento da intersubjetividade: 1) uma relação homem/homem dentro de uma cultura – constituindo um sujeito cultural; 2) uma relação locutor/alocutário – onde aparece um sujeito da alocação dialógico e 3) uma relação eu-tu – constituindo um sujeito linguístico-enunciativo.

Acreditamos que essas três instâncias encontram-se contempladas no dispositivo enunciativo criado por Silva (2009, p. 277), definido como: (eu-tu/ele)-ELE, que comporta os sujeitos da enunciação (eu e tu), a língua (ele) e o sistema cultural (ELE). Constitutivo de todo ato de enunciação, também é constitutivo do ato de aquisição da linguagem, ou seja, da “inscrição da criança como sujeito na linguagem” (2009, p. 276). Esse dispositivo dá conta de relações enunciativas a partir das quais a criança se instaura na linguagem<sup>3</sup> (relações eu-tu, eu/tu, (eu-tu/ele), eu-tu/ele e (eu-tu/ele)-ELE).

Silva (2009, p. 285) defende que a passagem da ausência da língua para uma presença da língua não pode ser explicada, dentro de uma perspectiva enunciativa, em termos de estágios e fases, pois “a própria noção de enunciação impossibilita conceber a repetibilidade e

---

<sup>3</sup> Não é nosso objetivo, neste trabalho, expor as relações do dispositivo trinitário. Interessa-nos aqui o entendimento da aquisição da linguagem como instauração da criança na linguagem e as consequências teóricas que depreendemos disso. Para maiores esclarecimentos sobre o dispositivo, remetemos a SILVA (2009).

a generalidade, fenômenos que, de certa forma, sustentam a noção de estágio”. Assim, afasta-se de uma concepção desenvolvimentista, em que a língua é adquirida pelo sujeito e desenvolve-se, modificando-se ao longo do tempo, “visto todas as formas da língua estarem desde sempre implicadas nas relações enunciativas de eu e tu [...] o que a criança mostra é a apreensão particular deste todo para produzir sentidos sempre novos a cada ato enunciativo” (2009, p. 286).

## 1.2 Estudos sobre metalinguagem

### 1.2.1 Apresentação do objeto

Uma primeira definição para 'metalinguagem', encontrada no Dicionário Houaiss (2004, p. 1908), esclarece que o termo veio do francês *métalangage* (utilizado por Jakobson em 1963) e é “linguagem (natural ou formalizada) que serve para descrever ou falar sobre uma outra linguagem, natural ou artificial [As línguas naturais podem ser usadas como sua própria metalinguagem]”. Ao procurar o termo no dicionário francês *Le Petit Robert*, temos duas definições, uma lógica – “langage formalisé supérieur qui décide de la vérité des propositions du langage-objet”<sup>4</sup> – e outra linguística - “langage (naturel ou formalisé) qui sert à décrire la langue naturelle”<sup>5</sup>.

O prefixo 'meta-', de acordo com o Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa, é um elemento grego que “expressa as ideias de comunidade ou participação, mistura ou intermediação e sucessão” (1986, p. 516). Entretanto, é difícil ver como as definições acima poderiam se relacionar com tais ideias. A fonte francesa faz-se mais clara (2008): “élément, du grec *meta*, exprimant la succession, le changement, la participation, et en philosophie et dans les sciences humaines « ce qui dépasse, englobe » (un objet, une science) : métalangage, métamathématique”<sup>6</sup>. Ou seja, especificamente na filosofia e ciências humanas,

<sup>4</sup> “linguagem formalizada superior que define a verdade das proposições da linguagem-objeto” (tradução nossa).

<sup>5</sup> “linguagem (natural ou formalizada) que serve para descrever a língua natural” (tradução nossa).

<sup>6</sup> “elemento, do grego *meta*, que expressa a sucessão, a mudança, a participação e, na filosofia e nas ciências humanas, 'o que ultrapassa, engloba' (um objeto, uma ciência): metalinguagem, metamatemática” (tradução nossa).

o prefixo 'meta-' indica algo que engloba, que vai além. Assim, a metalinguagem seria algo que englobaria a linguagem, ao mesmo tempo em que a ultrapassa.

O fato de que a linguagem é usada para falar de si mesma não é desconhecido dos linguistas, é justamente o que sustenta a linguística. Entretanto, também encontramos ocorrências do emprego da linguagem referindo a si mesma na comunicação cotidiana entre os sujeitos. Isso se deve ao fato de que a linguagem é um sistema significante, possuidor de duas propriedades semióticas que a tornam única entre os sistemas de significação (REY-DEBOVE, 1978, p. 1). Em primeiro lugar, apenas a linguagem pode descrever sistemas semióticos não languageiros, como a música, a lógica, a matemática. Embora alguns desses sistemas tenham sua própria notação, apenas a linguagem pode explicitá-la; no caso de não haver notação, a linguagem pode tentar descrevê-la. Já o inverso não ocorre: nenhum sistema não languageiro pode descrever a linguagem.

A segunda propriedade decorre da primeira: sendo a única entre os sistemas semióticos apta a falar de todos, pode também falar de si mesma. Isso não ocorre com os outros sistemas não languageiros: nenhum deles pode se descrever e constituir sua metassemiótica.

De forma esquemática, uma língua L1 contém um subsistema de L1 destinado a falar de L1 (e de outras línguas), formado por palavras metalinguísticas e palavras autonímicas. Essas últimas<sup>7</sup> são homomorfias (homógrafa e homófona), o que causa uma vasta área de ambiguidade no discurso. Já as palavras linguísticas possuem um estatuto mais claro, sendo percebidas como termos de uma terminologia especializada. De qualquer maneira, a autora ressalta que: “l'identité partielle entre le domaine étudié et l'instrument d'étude crée toutes sortes de perturbations qui se manifestent dans le discours métalinguistique” (REY-DEBOVE, 1978, p. 3)<sup>8</sup>. Tais problemas que o discurso coloca sobre a língua, quando notados, são considerados secundários em relação à descrição do sistema linguístico comum.

Entretanto, há que se levar em consideração que, historicamente, a Filosofia e a Lógica parecem dar atenção a esses problemas mais do que a Linguística. De acordo com Rey-Debove (1978, p. 4), a noção de metalinguagem foi tomada do Círculo de Viena, especialmente de Tarski e Carnap, pelos linguistas em torno dos anos 1931 e 1947. A palavra 'metalinguagem' parece surgir na língua polonesa com Tarski (1931); encontra-se em inglês em Morris (1938), Carnap (1943) e em Hjelmslev (1943), embora sua noção, juntamente com

---

<sup>7</sup> De acordo com o Dicionário de Linguística da Enunciação, autonomia é um fenômeno linguístico no qual a menção de um signo é uma forma de autodesignação. “O signo autonímico representa um todo com significante e significado, pois o significante integra o significado” (FLORES ET AL., 2009, p. 56).

<sup>8</sup> “a identidade parcial entre a área estudada e o instrumento de estudo cria uma série de problemas que se manifestam no discurso metalingüístico” (tradução nossa).

a de 'autonímia', seja objeto de preocupação desde os tempos de Panini (início do século IV a.C.). É interessante notar que essa noção parece estar constantemente presente no pensamento ocidental, especialmente em estudos filosóficos e lógicos; seu estudo na Linguística é recente. Procuramos mostrar abaixo como a Lógica e a Semiótica trabalharam com essa noção, posteriormente importada pela linguística<sup>9</sup>.

### 1.2.2 Metalinguagem lógica

Segundo Rey-Debove (1978, p. 13), a metalinguagem lógica consiste em um sistema codificado feito para dar conta de um determinado sistema. Para Tarski (apud REY-DEBOVE, 1978, p. 13), através dessa segunda linguagem (metalinguagem), pode-se falar da primeira (linguagem-objeto). Embora a metalinguagem utilize os termos da linguagem-objeto, é necessário que ela seja mais rica. Assim, para os lógicos, a metalinguagem não se opõe à linguagem-objeto, mas a contém, visto que a verdade das frases de uma língua se prova através das frases onde o significado do mundo intervém.

De acordo com a autora (REY-DEBOVE, 1978, p. 15), Tarski tenta apresentar uma semântica extensional que trata da designação, da satisfação, da definição e da verdade ao estudar as relações entre as expressões lógicas e os objetos ou estados de coisas designados. Assim, um exemplo de uma frase metalinguística é: / “Chove” é verdadeiro se e somente se chove/, que coloca em relação os enunciados expressos em metalinguagem e os estados de fatos expressos na língua ordinária.

Carnap também aborda o tema da metalinguagem a partir de uma perspectiva lógica. Ele estuda a sintaxe pura, independentemente das frases existentes (sintaxe descritiva) e do componente semântico. À descrição formal de frases cujo sentido é descartado Carnap chama de sintaxe lógica (REY-DEBOVE, 1978, p. 17). Isso o impede, por exemplo, de estudar detalhadamente o fato autonímico, que é fundamentalmente semântico.

---

<sup>9</sup> Um esclarecimento terminológico faz-se necessário. Como ressalta Rey-Debove (1978, p. 20), o sistema metalinguístico codificado é uma metalíngua em relação a uma língua dada e a realização desse sistema no discurso é um metadiscurso em relação a um discurso em uma língua dada. Assim, o conjunto formado pela metalíngua e pelo metadiscurso de uma língua (L1) é a metalinguagem (M1) de uma língua (L1). A autora decide por não fazer essa oposição e utiliza o termo 'metalinguagem', que denomina de função metalinguística, tanto de uma língua dada quanto da função metalinguística da linguagem em geral. Neste trabalho, também usaremos o termo 'metalinguagem' com esse sentido amplo.

### 1.2.3 Metalinguagem semiótica

Hjelmslev é um linguista que aborda o problema da metalinguagem em seu *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. Já que, de acordo com Saussure, a língua é uma forma e não, substância, para Hjelmslev é possível construir um modelo dessa forma, o qual apresenta dois planos: plano da expressão e plano do conteúdo. Tal modelo é denominado uma “semiótica”. A noção de semiótica aplica-se às linguagens lógicas e naturais, mas apenas a linguagem natural possui a característica fundamental de ser absolutamente abrangente. Nas palavras de Hjelmslev (1968, p. 148), “uma língua é uma semiótica no interior da qual todas as outras semióticas podem ser traduzidas, tanto todas as outras línguas, como todas as estruturas semióticas concebidas”. Na sua concepção, a metasemiótica ou a semiótica metalinguística é científica, não considerando a metalinguagem familiar.

Do cotejo das abordagens lógicas e semióticas, Rey-Debove (1978, p. 19) conclui que ambas se assemelham no sentido de afirmar que a metalinguagem significa a linguagem. À afirmação de Carnap de que a metalinguagem estuda a linguagem-objeto, fala da linguagem-objeto, equivale dizer que a metalinguagem significa a linguagem-objeto. Entretanto, no que diz respeito à hierarquia das linguagens, há diferenças. Na lógica, essa hierarquia tem um modelo de estrutura de conjuntos, cujos elementos (frases e símbolos) encontram-se incluídos uns nos outros. A metalinguagem inclui os elementos da linguagem e outros, chamados de variáveis superiores. Em semiótica, trata-se também de uma estrutura de conjuntos, mas não há inclusão. Os conjuntos se significam uns aos outros, mas não se incluem. A metalinguagem significa a linguagem, mas não a inclui, existe uma relação de identidade parcial entre as linguagens.

### 1.2.4 Metalinguagem linguística

Como dissemos anteriormente, a metalinguagem é uma preocupação recente no campo da linguística. Em seu trabalho fundador<sup>10</sup>, Rey-Debove (1978) procura discernir as regras

---

<sup>10</sup> “Travail fondateur”: expressão utilizada por Authier-Revuz (1995, p. 3) para se referir ao trabalho de Rey-

que se aplicam ao discurso metalinguístico e apenas a ele, em contraste com as regras que se aplicam ao discurso ordinário. Ela sustenta que, contrariamente à ideia de que se deve descrever o sistema linguístico ordinário antes do sistema metalinguístico,

la description correcte de une langue n'est possible qu'en tenant compte dès l'abord de son métalangage, puisque la confusion entre langage et métalangage est susceptible de se produire à la source de toute étude sur le langage (p. 2)<sup>11</sup>.

Seu trabalho, juntamente com o de Jakobson, alerta para a distinção entre a metalinguagem científico-didática e a metalinguagem corrente, natural e chama a atenção para o segundo tipo. A metalinguagem corrente vem de uma necessidade da comunicação (que a autora denomina como autorregulação dos meios de expressão e de comunicação de uma língua) e satisfaz necessidades lúdicas (jogo de palavras, por exemplo).

Jakobson (1974, p. 123), inspirado nas teorias da comunicação e da informação, propõe um esquema para dar conta de todo o processo linguístico, constituído por seis elementos: remetente, mensagem, destinatário, contexto, código e contato. O remetente envia uma mensagem ao destinatário. Essa mensagem precisa estar situada em um contexto, estar transcrita em um código. Além disso, é preciso que um contato seja estabelecido entre os interlocutores. Cada um desses fatores dá origem a uma função diferente da linguagem. O discurso que focaliza o código desempenha uma função metalinguística. Assim, longe de estar reservada à esfera científica, a metalinguagem é uma prática cotidiana da qual os locutores lançam mão sempre que precisam certificar-se da eficácia da comunicação (JAKOBSON, 1974, p. 127).

Especificamente no que diz respeito ao código e à mensagem, Jakobson (1963, p. 176), afirma que ambos podem ser tratados tanto como objeto de emprego quanto como objeto de referência. Dessa forma, existem quatro tipos de relações entre esses dois elementos: 1) dois tipos de circularidade – mensagem que remete à mensagem (M/M) e código que remete ao código (C/C) e 2) dois tipos de sobreposição – mensagem que remete ao código (M/C) e código que remete à mensagem (C/M). É quando a mensagem remete ao código (M/C) que se encontra o modo autonímico de discurso, ou seja, quando uma palavra é empregada como sua própria designação. Fazem parte desse fenômeno “toute interprétation ayant pour objet l'élucidation des mots et des phrases – qu'elle soit intralinguale

---

Debove.

<sup>11</sup> “a descrição correta de um idioma só é possível considerando-se a abordagem da metalinguagem desde o início, visto que a confusão entre linguagem e metalinguagem é suscetível de acontecer na fonte de qualquer estudo sobre linguagem” (tradução nossa)

(circonlocutions, synonymes) ou interlinguale (traduction)<sup>12</sup>” (p. 178).

Jakobson (1996, p. 90-1) ressalta:

la metalengua es el factor vital de todo desarrollo verbal. La interpretación de un signo lingüístico por medio de otros signos, homogéneos bajo algún respecto, de la misma lengua, es una operación metalingüística que desempeña un papel esencial en el aprendizaje infantil de la lengua<sup>13</sup>.

Ainda no que diz respeito à questão da metalinguagem, o autor reitera que a função metalingüística tem um caráter cotidiano, familiar e que “todo processo de aprendizagem da linguagem, particularmente a aquisição, pela criança, da língua materna, faz largo uso de tais operações” (1974, p. 127).

O estudo de Authier-Revuz (1995), parte do conceito de conotação autonímica, proposto por Rey-Debove, para propor o que a autora denomina de “modalização autonímica”, caracterizada como um tipo de configuração enunciativa da reflexividade metaenunciativa. Para a autora, os comentários sobre o dizer, que se desenrolam juntamente com o próprio dizer, revelam a heterogeneidade que caracteriza a enunciação, em que o discurso do outro se torna presente. O texto de 1982 intitulado *Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso* já indica a preocupação de Authier-Revuz com as formas marcadas (discurso direto, indireto, aspas, glosas), que nada mais são do que a representação, no fio do discurso, da heterogeneidade constitutiva. Esse estudo, embora ancorado na linguística, deve necessariamente recorrer a exteriores teóricos que fundamentem a heterogeneidade constitutiva – no caso da autora, o dialogismo bakhtiniano e a psicanálise laciana<sup>14</sup>.

Ao longo da sua trajetória, a Authier-Revuz (1998, p. 20) reformula a questão das heterogeneidades como “não coincidências” do dizer, categorizando-as em quatro tipos:

1. não coincidência interlocutiva entre dois coenunciadores: como esclarece Teixeira (2005, p. 160), “é o fato de que uma palavra, uma maneira de dizer ou um sentido não

<sup>12</sup> “qualquer interpretação que tenha por objeto a elucidação de palavras e frases - seja ela intralingüística (circunlóquios, sinônimos) ou interlingüística” (tradução nossa).

<sup>13</sup> “a metalíngua é o fator vital de todo desenvolvimento verbal. A interpretação de um signo lingüístico por meio de outros signos, homogêneos em alguma relação, da mesma língua, é uma operação metalingüística que desempenha um papel essencial na aprendizagem infantil da língua” (tradução nossa).

<sup>14</sup> Embora fundamentais para a teorização de Authier-Revuz, não poderemos expor essa recorrência com maiores detalhes aqui. Basta dizer que de Bakhtin a autora traz a interação como princípio de todos os discursos, o que ela desdobra em: 1) diálogo entre interlocutores e 2) diálogo entre discursos. De acordo com o primeiro, temos que a comunicação é vista como um processo através do qual o homem se constitui em uma relação de alteridade. Em relação ao segundo, equivale a dizer que todo discurso é sempre atravessado por uma variedade de outros discursos. No que diz respeito à psicanálise laciana, importam à autora as ideias de uma fala fundamentalmente heterogênea e de um sujeito dividido, efeito de linguagem, que não pode estar fora dela. (FLORES, TEIXEIRA, 2005, p. 75).

são, de modo algum, *partilhados* pelos dois protagonistas da enunciação” (grifo da autora). São exemplos dessa modalidade formas como: *digamos X; X, permita-me dizer*, ou ainda, *X, como você(s) não diz(em)* (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 22);

2. não coincidência do discurso consigo mesmo: apoiada na ideia bakhtiniana de que o discurso é sempre atravessado por outros discursos, são formas que assinalam no discurso a presença de outro discurso, como *X, no sentido cristão*;
3. não coincidência entre as palavras e as coisas: nos dizeres de Teixeira (2005, p. 161), “são formas que manifestam buscas, hesitações [...] vindo a romper, localmente, a ilusão da relação biunívoca entre as palavras e as coisas que elas designam”. Ilustram essa modalidade formas como: *X, se assim se pode dizer; X, ainda que a palavra não convenha*;
4. não coincidência entre as palavras consigo mesmas: de acordo com Teixeira (2005, p. 161), são formas que tentam especificar o sentido desejado, tais como: *X, no sentido figurado*.

Assim, o objeto de estudo da autora é conceitualizado de forma diferencial, sendo relacionado: 1) à metalinguagem natural (e não à metalinguagem lógica); 2) à metalinguística comum (e não à metalinguística científica); 3) ao metaenunciativo, entendido como a autorrepresentação do dizer no momento da enunciação (e não aos comentários sobre a linguagem em geral); 4) à opacificação (em oposição à transparência da linguagem) e 5) a uma forma metaenunciativa particular, como um modalidade do dizer, manifestada por certas formas (ao contrário de teorias que entendem o metalinguístico como uma propriedade de todo dizer (AUTHIER-REVUZ, 1995, p. 15-45).

### 1.3 Considerações

Reconhecemos que esse capítulo não traz a diversidade de contribuições dos campos em questão nesse estudo, a Aquisição da Linguagem e a Metalinguagem. Porém, acreditamos atingir nosso objetivo ao expor elementos que permitam uma compreensão mais aprofundada dos campos, que será de fundamental importância para o desenvolvimento do nosso estudo.

Sobre a aquisição da linguagem, podemos perceber que a linguagem da criança foi um tema de reflexão para a Linguística e para a Psicologia muito antes do surgimento da área que reúne esses dois campos, a saber, a Psicolinguística. Entretanto, é inegável o fato de que, com

o surgimento dessa disciplina, as pesquisas em aquisição da linguagem sofreram um enorme impulso e se mostraram muito produtivas. A última perspectiva abordada, a teoria enunciativa proposta por Silva (2009), difere das demais ao defender a possibilidade e legitimidade de uma explicação para a aquisição da linguagem desde uma perspectiva enunciativa, inaugurando o campo no qual nos baseamos para realizar nosso estudo.

No que diz respeito às pesquisas sobre a metalinguagem, ressaltamos o fato de que o próprio conceito surgiu antes na filosofia (em especial com os estudos da lógica) no que na lingüística, onde por muito tempo não ganhou a merecida atenção por parte dos teóricos. As definições que trouxemos deixam entrever duas orientações para a abordagem do fenômeno metalingüístico, visto ora como uma propriedade da língua, ora como uma atividade do locutor.

O próximo capítulo reúne esses dois campos ao trazer pesquisas em aquisição de linguagem cujo foco seja a metalinguagem.

## 2 AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM E METALINGUAGEM<sup>15</sup>

Nosso objetivo nesse capítulo é fazer um levantamento de pesquisas sobre a metalinguagem na aquisição da linguagem a partir de diferentes perspectivas. Para organizarmos melhor essa pesquisa, iniciamos com uma breve introdução acerca do tema, com base em Pratt e Grieve (1984) e em Tunmer e Herriman (1984). Em seguida, elegemos estudos que consideramos importantes para o campo da aquisição da linguagem. O critério para a seleção desses estudos foi o fato de os autores em questão trazerem um aporte teórico às suas pesquisas, e não apenas dados empíricos. Para dar conta da abordagem desenvolvimentista, trazemos Van Kleeck (1980), fortemente influenciada pela teoria piagetiana, e Karmillof-Smith (1983, 1998), que tem como suporte teórico uma tentativa de conciliação de Piaget e Chomsky. No que diz respeito aos estudos sobre metalinguagem baseados na teoria de Chomsky, buscamos seu próprio trabalho e os comentários de Lier-de Vitto e Fonseca (1997). Mudamos de perspectiva ao tratar do trabalho de Lemos (1997, 2001), que aborda a aquisição da linguagem a partir da linguística (em especial com base em Saussure e Jakobson) e da Psicanálise lacaniana e propõe uma visão diferente sobre a questão da metalinguagem na aquisição. Inserida na perspectiva inaugurada por Lemos, encontra-se Figueira (2003) que, apoiada nos estudos de Authier-Revuz, estuda o fenômeno da autonomia na fala infantil. Após a apresentação das teorias, faremos um cotejo entre elas, procurando destacar pontos que sirvam para nossa reflexão posterior.

Gostaríamos de deixar claro que nosso intuito não é apontar falhas em tais pesquisas, visto que julgamo-nas extremamente pertinentes dentro dos seus respectivos campos de estudos. Realizamos esse levantamento primeiramente com o objetivo de saber se seria possível encontrar uma explicação para a questão da metalinguagem que tomasse por base teorias enunciativas e que pudessem ser conciliadas com a perspectiva enunciativa em aquisição da linguagem a partir da qual essa questão surgiu. Esse levantamento indicou a falta de uma explicação enunciativa para tal fenômeno, motivo que nos levou a elaborar uma proposta para contemplá-lo a partir de uma perspectiva enunciativa.

De acordo com Pratt e Grieve (1984, p. 2), “consciência metalinguística”<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> A questão da metalinguagem, neste capítulo, será tratada principalmente a partir de perspectivas da área da psicolinguística. Por esse motivo, não utilizaremos mais o termo “metalinguagem”, mas sim “consciência metalinguística” e “capacidade metalinguística”, que são abundantemente encontrados na literatura da área. As implicações dessa mudança terminológica serão discutidas com mais profundidade na parte final deste capítulo (2.5 Considerações).

(*metalinguistic awareness*) pode ser definida como a habilidade para pensar e refletir sobre a natureza e funções da língua(gem). Como veremos mais adiante, essa definição está longe de ser consensual, talvez pelo fato apontado pelos autores de que a Psicologia, assim como outras áreas, não foi ainda capaz de definir conceitos como consciência; tampouco há clareza sobre níveis ou diferentes tipos de consciência. Os autores afirmam que três áreas levaram ao interesse específico na consciência metalinguística nas crianças: desenvolvimento inicial da língua(gem)<sup>17</sup>, aprendizagem da leitura e desenvolvimento cognitivo.

No que diz respeito à consciência metalinguística e ao desenvolvimento inicial da língua(gem), há problemas de ordem conceitual e empírica. De um lado, há uma visão de que é no momento em que se está adquirindo uma nova habilidade que muito esforço consciente é direcionado a isso. Pensando na aquisição da linguagem, a consciência metalinguística se desenvolveria durante o processo de aquisição, estando, portanto, envolvida desde os estágios iniciais. Entretanto, os autores (PRATT; GRIEVE, 1984, p. 3) também afirmam que muitas habilidades são adquiridas sem consciência dos processos envolvidos, ou seja, crianças pequenas adquirem muitos conceitos de forma espontânea. Especificamente no que diz respeito à língua(gem), Pratt e Grieve relatam que, com base em Piaget, uma criança é capaz de utilizar corretamente “porque” e “então” na fala espontânea, porém tem dificuldade em usá-los corretamente quando se depara com uma tarefa que exige reflexão sobre seu uso.

Já em uma perspectiva apoiada em Vygotsky, Pratt e Grieve (1984, p. 4) estabelecem uma diferença entre conceitos ou habilidades espontâneos e conceitos científicos. Muitas habilidades cotidianas, como a fala, desenvolvem-se sem consciência do que está envolvido. Além disso, a consciência de uma habilidade só pode se desenvolver após essa habilidade ter sido adquirida, o que seria o caso da língua(gem). Diferentemente, com os conceitos científicos, como escrever e ler, a consciência é mais alta no momento da aquisição das habilidades.

Ir para os dados empíricos com a esperança de resolver o debate não funcionou, pois existem, por sua vez, problemas metodológicos que dificultam a obtenção de um relato do desenvolvimento da consciência metalinguística, em especial com crianças pequenas, visto que, como elas geralmente não podem comentar explicitamente sobre a língua que estão adquirindo, o pesquisador deve valer-se de comentários espontâneos ou reparos que a criança faz (cf. CLARK, 1978). Tais dados geram um problema, pois não se pode saber se essas

---

<sup>16</sup> Trazemos, aqui, uma definição de “consciência metalinguística”, que não deverá ser tomada definitiva, pois não é a única encontrada no campo.

<sup>17</sup> Optamos por traduzir a palavra inglesa 'language' como 'língua(gem)' nas ocorrências em que julgamos não estar claro se os autores se referem à língua ou à linguagem.

ocorrências são resultado da competência subjacente (conhecimento tácito) ou de consciência sobre as regras da língua. Outro problema é que, dada a improdutividade de pesquisas de caráter experimental com crianças pequenas, a ausência de comentários espontâneos não implica na ausência de consciência sobre a língua.

Pesquisas que relacionam consciência metalinguística e aprendizagem da leitura dividem-se em três correntes: os que acreditam que a consciência metalinguística de alguns aspectos da língua são pré-requisitos para aprender a ler; os que argumentam que o próprio processo de aprendizagem da leitura é responsável pelo aumento da consciência da língua(gem) na criança e os que defendem que há uma interação de forma que uma quantidade de consciência metalinguística é requerida antes da aprendizagem da leitura, mas aprender a ler, por sua vez, aumenta a consciência da língua. Essas pesquisas se concentram em crianças de cinco anos ou mais, que respondem melhor a tarefas experimentais, e mostram que há um aumento em vários aspectos da consciência metalinguística por volta da idade em que as crianças aprendem a ler.

O interesse mais amplo no domínio cognitivo preocupou-se em estabelecer relações entre o desenvolvimento da consciência metalinguística, outras habilidades metacognitivas e o desenvolvimento cognitivo infantil. Assume-se que o desenvolvimento da metacognição durante a infância tem um grande impacto no pensamento da criança. Visto que há mudanças importantes na performance das crianças de cinco a oito anos, as pesquisas se concentram nessa faixa etária.

A questão da idade em que a consciência metalinguística “aparece” é controversa. Valemo-nos aqui das considerações de Tunmer e Herriman (1984), que distinguem três perspectivas sobre a natureza e o desenvolvimento das habilidades metalinguísticas na criança. A primeira defende que a consciência metalinguística se desenvolve concomitantemente com a aquisição da linguagem. Estudos mostram que a criança faz reparos espontâneos a sua fala desde muito cedo, o que leva à conclusão de que as crianças estão atentas sobre a língua. Entretanto, algumas pesquisas que suportam essa perspectiva focam apenas nos casos de reparo, o que poderia levar a crer que a consciência metalinguística ocorreria apenas em caso de inadequação ou erro. Os autores desconsideram tal “consciência de falha” (*awareness of failure*) e argumentam, com base em Piaget, que apenas a consciência da estrutura linguística deve ser vista como metalinguística.

De acordo com a teoria piagetiana sobre a consciência, a consciência se desenvolve inicialmente a partir dos primeiros dois aspectos conscientes de cada ato intencional, o objetivo e o resultado. Considerando os enunciados como atos intencionais, a criança deve

estar consciente do propósito e resultado do enunciado assim que ela os produz. Para Piaget (1974, apud TUNMER; HERRIMAN, 1984, p. 24), a consciência de falhas em atingir os objetivos dos atos intencionais é o primeiro passo para tornar-se consciente; e a atenção consciente a outros aspectos do sistema linguístico só aparece mais tarde no desenvolvimento.

A segunda perspectiva é a de que a consciência metalinguística se desenvolve dos 6 aos 7 anos e está relacionada a uma mudança geral nas capacidades de processamento de informação que ocorrem nesse período. Uma quantidade substancial de pesquisas indica que nessa idade a criança é capaz de demonstrar habilidades linguísticas que requerem a habilidade de refletir e manipular aspectos estruturais da língua. Durante o período pré-operatório, a criança recorre a várias estratégias para compreender estruturas linguísticas complexas, ao passo que as mudanças que ocorrem durante o período operatório concreto permitem à criança separar a palavra do seu referente, dissociar forma e sentido de uma frase, etc. (cf. HAKES, 1980), o que Piaget chama de “descentrar”. Os autores defendem que o aumento das habilidades metalinguísticas e a emergência das operações concretas, ambos acontecimentos ocorridos entre 6 e 7 anos, indicam que eles são, possivelmente, manifestações de uma mudança nas capacidades cognitivas, qual seja, o surgimento de controle metacognitivo sobre o sistema de processamento de informação.

A terceira perspectiva acredita que a consciência metalinguística se desenvolve depois que a criança entra em contato com o ensino formal na escola e é resultado da aprendizagem da leitura. O argumento é de que o ensino escolar, em especial a aprendizagem da leitura, traz um aumento de habilidades metalinguísticas que, por sua vez, torna possível maior controle sobre os processos de pensamento, para que a criança possa usar habilidades cognitivas em uma maior gama de situações. Entretanto, algumas pesquisas dessa linha não esclarecem a direção da causa e efeito, ou seja, não fica claro quais habilidades metalinguísticas poderiam ser pré-requisitos para a aprendizagem da leitura e nem quais seriam os efeitos dessa aprendizagem na capacidade metalinguística.

A partir dessa introdução, em que procuramos situar as pesquisas sobre o tema, passamos agora para as considerações de teorias sobre aquisição da linguagem e, em cada uma delas, como é vista a questão da metalinguagem.

## **2.1 Estudos de orientação desenvolvimentista**

Trazemos aqui duas contribuições que se apoiam em uma perspectiva desenvolvimentista em aquisição da linguagem, a de Van Kleeck (1980) e a de Karmiloff-Smith (1983). Em Van Kleeck, essa orientação desenvolvimentista é marcada pela tentativa de relacionar mudanças linguísticas a mudanças no desenvolvimento cognitivo, a partir dos estágios de desenvolvimento (sensório-motor, pré-operatório, operatório concreto, operatório formal), propostas por Piaget. Karmiloff-Smith também defende uma teoria construtivista, mas parte da ideia de uma predisposição inata para o desenvolvimento cognitivo.

### 2.1.1 Estágios de desenvolvimento e habilidades metalinguísticas

Van Kleeck (1980) procura entender o surgimento e o desenvolvimento das habilidades metalinguísticas relacionando-as com a transição da criança do estágio pré-operatório para o operatório concreto, quando ocorrem mudanças qualitativas nos processos de pensamento. Tais mudanças tornam possível não só usar a língua como meio de comunicação, mas também tomá-la como objeto de reflexão. A diferença entre usar a língua e pensar sobre a língua é a base da definição de consciência metalinguística proposta por Cazden e utilizada por Van Kleeck (1980, p. 2):

it is an important aspect of our unique capacities as human beings that we can not only act, but reflect upon our actions; not only learn and use language, but treat it as an object of analysis and observation in its own right. Metalinguistic awareness, the ability to make language forms opaque and attend to them in and for themselves, is a special kind of language performance, one which makes special cognitive demands, and seems to be less easily and less universally acquired than the language performance of speaking and listening<sup>18</sup>.

Dos estudos que relacionam o desenvolvimento linguístico e o desenvolvimento cognitivo vem a noção de que alguns aspectos do desenvolvimento cognitivo parecem ser pré-requisitos necessários para alguns aspectos do desenvolvimento linguístico, havendo uma tradução direta do conhecimento cognitivo para a representação semântica. Essas pesquisas dão conta apenas dos estágios iniciais de aquisição da linguagem, visto que em estágios mais

---

<sup>18</sup> “é um aspecto importante de nossas capacidades únicas como seres humanos que não podemos somente agir, mas refletir sobre nossas ações; não apenas aprender e usar a língua, mas tratá-la como um objeto de análise e observação por si só. Consciência metalinguística, a habilidade de opacificar formas linguísticas e de prestar atenção em si e por si é um tipo especial de desempenho linguístico, que faz exigências cognitivas especiais e parece ser menos facilmente e menos universalmente adquirido do que o desempenho linguístico de falar e ouvir” (tradução nossa).

tardios não há uma relação tão direta. Entretanto, se o meio linguístico é entendido como um objeto para a criança, avanços cognitivos que fazem com que a criança aprenda novas maneiras de raciocinar ou agir sobre objetos no seu meio também se refletiriam nas maneiras com que a criança aprende a agir sobre a língua. É esse tipo de influência da cognição no desenvolvimento linguístico que se postula em relação ao surgimento de habilidades metalinguísticas na idade de 6, 7 anos. Argumenta-se que os processos envolvidos na realização de muitas habilidades metalinguísticas são os mesmos que se desenvolvem durante o estágio operatório concreto (cf. HAKES, 1980).

No período pré-operatório, o pensamento das crianças tem duas características principais: 1) concentração e 2) falta de reversibilidade. A consequência da primeira característica é que a criança pode focar apenas um aspecto de uma situação. A consequência da segunda é a impossibilidade de alternar a atenção entre diferentes aspectos de uma situação. No que diz respeito à habilidade metalinguística, a tendência à concentração é refletida na capacidade da criança de focar em apenas um componente da língua por vez – ou forma ou conteúdo. A falta de reversibilidade implica que a criança não é capaz de alternar o foco dentro de um componente da língua, por exemplo, de um significado de uma forma para outro significado da mesma forma.

Nesse estágio, a criança também está fortemente sintonizada com o conteúdo semântico das mensagens, dando destaque à função comunicativa da língua. A performance das crianças no estágio pré-operatório é caracterizada por: 1) as habilidades metalinguísticas que elas possuem servem à função comunicativa da língua e 2) as tarefas metalinguísticas que requerem a subordinação da função comunicativa são respondidas incorretamente pelas crianças, visto que elas são capazes de se concentrar em um só aspecto por vez e, geralmente, o foco é semântico.

De acordo com Van Kleeck (1980, p. 8), as habilidades metalinguísticas que surgem inicialmente são as que servem para melhorar a comunicação, tais como a correção e revisão da própria fala em resposta ao automonitoramento ou *feedback* do ouvinte e a adaptação da sua fala ao ouvinte (idade, status, necessidade especial, etc.). Não há consenso se essas habilidades são exemplos de consciência metalinguística, visto que, de acordo com a definição de consciência metalinguística proposta acima, habilidades que refletem tal consciência geralmente minimizam a função comunicativa da língua, “desintegrando” o meio linguístico do discurso corrente. Pode-se considerar essas habilidades como uma ponte entre atividades linguísticas primárias e consciência metalinguística.

Em relação à forte propensão da criança em focar no conteúdo semântico da língua, as

pesquisas demonstram que a criança no estágio pré-operatório não consegue focar a forma linguística, pois foca as propriedades dos referentes. Em um estudo (BERTHOUD-PAPANDROPULOU, 1978) que solicitava a crianças que dessem exemplos de palavras curtas e longas, as crianças forneciam exemplos baseados no tamanho dos referentes, e não na forma linguística. Estudos em relação à natureza arbitrária da língua mostram que, embora a criança possa trocar os nomes de objetos, as características dos objetos permanecem atreladas aos nomes.

Em pesquisas sobre julgamentos de gramaticalidade, crianças nesse estágio também responderam com base no conteúdo semântico da sentença, e não no aspecto linguístico. Entretanto, existem evidências pontuais de que as crianças no estágio pré-operatório são capazes de focar na forma linguística, demonstrando consciência morfológica, como a delimitação de morfemas, e consciência fonológica, como rimas espontâneas e segmentação de unidades como sílabas, palavras e fonemas.

Quando a criança passa para o estágio operatório concreto, ocorrem mudanças qualitativas nos processos de pensamento. Uma das mudanças centrais na habilidade de raciocínio da criança na transição entre os estágios é a habilidade de descentrar, ou seja, de prestar atenção em mais de um aspecto de uma situação simultaneamente e considerar relações entre esses aspectos.

A outra mudança é a habilidade de alternar o pensamento entre aspectos de uma situação. A performance bem sucedida em tarefas metalinguísticas pode ser entendida como um processo de duas etapas. Em primeiro lugar, é preciso afastar-se do significado em direção a algum aspecto da forma linguística. Em segundo lugar, é preciso manipular o objeto linguístico “desintegrado”, seja sua forma, seja seu conteúdo. A habilidade de descentrar permite à criança, no operatório concreto, realizar a primeira etapa, ao passo que a manipulação requer reversibilidade.

Essas mudanças cognitivas fazem com que a criança consiga resolver tarefas metalinguísticas que antes não podiam ser realizadas, como a comparação entre dois significados de uma mesma forma (resolução de casos de ambiguidade e sinonímia) e a manipulação da forma ao mesmo tempo em que retém o conteúdo semântico.

Por um lado, essas pesquisas evidenciam o fato de que o crescimento cognitivo subjaz ao surgimento da habilidade metalinguística, mas por outro, elas mostram que há outras variáveis em jogo, visto que 1) com a mesma criança, algumas habilidades metalinguísticas surgem com o período operatório concreto, embora outras surjam antes e outras depois e 2) há grande diferença individual na performance metalinguística. A primeira variação pode ser

explicada pelo conceito piagetiano de *décalage* horizontal, ou seja, o fato de que a criança exibe diferentes níveis de desenvolvimento no que diz respeito a problemas que requerem operações mentais similares. Admite-se então que outras variáveis influenciam na performance metalinguística, tais como experiência social, habilidades de vocabulário, estímulo, etc.

As diferenças individuais apontam para o fato de que os avanços cognitivos do estágio operatório concreto podem ser necessários, mas não são suficientes para o surgimento de habilidades metalinguísticas. Uma variável que pode influenciar nesse sentido e que foi notada reiteradamente é a exposição a jogos de linguagem, assim como o estilo cognitivo de cada criança.

Fica evidente, a partir do exposto acima, a inscrição da autora numa perspectiva desenvolvimentista de orientação piagetiana, que procura dar conta do desenvolvimento cognitivo a partir da proposição de estágios de desenvolvimento. Nessa perspectiva, a linguagem é apenas um dentre vários objetos sobre os quais a criança age, estando o desenvolvimento linguístico atrelado ao desenvolvimento cognitivo. Por isso, as manifestações metalinguísticas por parte da criança são tomadas como evidência de mudanças cognitivas que, em primeiro lugar, tornam possíveis as próprias manifestações. Dentro dessa perspectiva, há preocupação em determinar a idade em que as manifestações metalinguísticas ocorrem sistematicamente e podem ser elicitadas a partir de estudos experimentais. Manifestações verbais ocasionais não são tomadas como comportamento metalinguístico.

### 2.1.2 Desenvolvimento cognitivo e habilidades metalinguísticas

Em *Auto-organização e mudança cognitiva* (1998), Karmillof-Smith busca entender o que “conhecer” implica para a mente. A autora parte de um ponto de vista que não nega a existência de uma predisposição inata na criança e afirma que isso não é totalmente incompatível com uma perspectiva construtivista de orientação piagetiana:

em minha opinião, a compreensão global dos mecanismos de mudança cognitiva próprios do ser humano passa pela elaboração de uma epistemologia que inclua tanto o ponto de vista construtivista como a consideração das predisposições inatas do indivíduo (KARMILLOF-SMITH, 1998, p. 24).

Seu ponto de vista sobre o processo de aquisição da linguagem conjuga essas duas orientações, ou seja, de que existem coações linguísticas inatas e processos gerais de explicitação representacional. Por um lado, a autora aceita o pressuposto inatista chomskiano de que existiria uma gramática universal na mente humana, ou um conjunto de princípios que restringe a aquisição da língua materna através da seleção de parâmetros. Por outro lado, a autora levanta uma crítica ao modelo chomskiano por não responder a uma questão importante, qual seja, como que a criança, entre o nascimento e o surgimento da linguagem, consegue elaborar representações linguisticamente relevantes de sua língua materna a partir das quais a aquisição posterior se baseará?

É aí que entra seu modelo de redescrição representacional, pois para a autora, o processo de aquisição da linguagem não se resume a “um conjunto de tendências que restringem a atenção para a informação linguisticamente relevante e, à medida que se amadurece, num certo número de parâmetros a serem fixados mediante algum mecanismo indutivo” (KARMILLOFF-SMITH, 1998, p. 36). A criança é capaz de ir além do uso da linguagem para se tornar um “pequeno gramático”, ou seja, formular espontaneamente teorias sobre o funcionamento da linguagem.

Para a autora, no início do processo de aquisição da linguagem, assim como em outros processos de aprendizagem, as estruturas inatas específicas e os conhecimentos adquiridos se codificam na forma de procedimentos que respondem a estímulos externos. À medida que se desenvolve, a criança explora o conhecimento que já tem armazenado através de um processo de redescrição representacional, tornando-os mais explícitos. Essa passagem se dá no momento em que um componente do sistema cognitivo da criança alcança um “comportamento eficiente”, ou seja, as representações só podem ser redescritas ao alcançarem estabilidade. De acordo com a autora (1998, p. 30),

o modelo de redescrição representacional [...] define que a mente armazena múltiplas redesccrições de conhecimento para diferentes níveis e em diferentes formatos representacionais, os quais se tornam progressivamente mais acessíveis e explícitos.

Esse modelo comporta 4 níveis de explicitação representacional progressiva (cf. KARMILLOFF-SMITH, 1983). No primeiro nível, o implícito (I), encontra-se o conhecimento implícito, não definido de forma representacional. Diferentes procedimentos podem ter componentes comuns, mas isso não é representado internamente e os procedimentos podem ser acionados apenas em sua totalidade, sendo impossível acessar seus componentes

separadamente.

No segundo nível, explicitação primária (E-i), o conhecimento implícito é redescrito no mesmo código representacional (cinestésico, espacial, temporal, linguístico) em que existia na forma I. As representações procedimentais possibilitam a definição explícita de relações através de representações dentro de cada código. Apesar dessas ligações estarem explícitas, as representações não estão diretamente acessíveis à consciência.

A explicitação secundária (E-ii) é o resultado de uma segunda redescrição do conhecimento, dentro do mesmo código do nível E-i e se tornam acessíveis para o acesso consciente.

Finalmente, tem-se a explicitação terciária (E-iii), na qual as representações E-ii são traduzidas de um código para outro. O código que prevalece nessa redescrição é abstrato, mas mais suscetível a ser codificado linguisticamente, o que explica porque o conhecimento metacognitivo é disponível em forma declarável verbalmente.

É a partir dessas definições que a autora propõe um modelo de três fases de resolução de problema no macrodesenvolvimento da criança. Em relação a esse modelo, Karmiloff-Smith (1983, p. 104) ressalta que “it is important to stress that the three developmental phases are not general cognitive “stages”, nor are they domain-specific 'levels', i. e., phases are not age-related at all”<sup>19</sup>. As fases devem ser entendidas como ciclos recorrentes de processos que acontecem reiteradamente enquanto os diferentes aspectos do sistema linguístico se desenvolvem.

A fase 1 tem duas características importantes: 1) o *output* de superfície para uma forma linguística é predominantemente guiado por estímulos externos e 2) as representações dessa forma são guardadas de forma independente uma das outras. A criança almeja um mapeamento individual de cada forma linguística com o seu contexto extralinguístico para qual ela é usada pelos adultos e recebe *feedback* positivo ou negativo dependendo do sucesso do seu *output* em relação ao modelo adulto. Ao final da primeira fase, a criança atinge um mapeamento correto entre seu *output* e o do adulto, ou seja, a criança atingiu adequação comunicativa no seu uso de uma forma linguística. É importante destacar que tudo isso se dá no nível implícito.

A operação inicial da fase 2 é a redescrição das representações da fase 1 em uma forma que permita acesso, embora esse seja inconsciente; ou seja, ocorre a passagem do nível

---

<sup>19</sup> “é importante enfatizar que as três fases de desenvolvimento não são ‘estágios’ cognitivos gerais, tampouco ‘níveis’ de domínio específico, ou seja, as fases não estão relacionadas de maneira alguma à idade” (tradução nossa).

implícito para a explicitação primária ( $I \rightarrow E-i$ ). Um metaprocesso é ativado para avaliar o estado interno de qualquer parte do organismo. Nessa fase, a criança ignora os estímulos externos e se concentra em controlar a organização das representações internas, até então guardadas independentemente, para que as ligações E-i sejam estabelecidas e definidas explicitamente. Tais operações metaprocedimentais não requerem nem envolvem consciência. Esse processo interno pode ser tão trabalhoso, que a criança começa a fazer erros e/ou reparos, quando comparados com o *output* bem sucedido da fase 1<sup>20</sup>.

Enquanto que a passagem da fase 1 para a fase 2 envolvia sucesso procedimental, a passagem da fase 2 para a fase 3 envolve sucesso metaprocedimental, ou seja, a consolidação e a estabilidade no que tange à definição explícita das ligações representacionais internas. O estímulo externo volta a ser considerado, existindo um balanço entre o modelo do adulto e as ligações representacionais internas estabelecidas na fase 2. Do ponto de vista representacional, o *output* da fase 3 é gerado das entradas de memória que são explicitamente ligadas e representadas na forma E-i. Do ponto de vista comportamental, o *output* se iguala ao da fase 1, pois desaparecem os reparos e/ou erros da fase 2.

Para exemplificar esse modelo, a autora traz o caso da aquisição do artigo indefinido no francês. Na fase 1, para cada função de *un/une* (artigo indefinido, numeral), há um procedimento representado separadamente, embora o *output* de todas as funções seja o mesmo. Assim que cada procedimento tenha sido automatizado, funcione eficientemente e receba apenas *feedback* positivo, começa a reescrita das representações I na forma E-i. É a fase 2, na qual a criança pode adicionar marcadores para diferenciar os procedimentos (*un mouchoir* – referência não específica, *un de mouchoir* – função numeral), o que a ajuda a distinguir as relações funcionais ligadas à mesma forma fonológica. A criança se dá conta dessas relações através da operação metaprocedimental de definir explicitamente as ligações representacionais E-i. Na fase 3, a marcação adicional cai e o *output* volta a ser o mesmo da fase 1 do ponto de vista comportamental, mas do ponto de vista representacional há uma diferença qualitativa entre as relações.

A partir dessa base conceitual, a autora discute a relação entre os problemas metodológicos e o modelo teórico. Para solucionar problemas apontados em outras pesquisas (cf. discussão acima), foram escolhidos dois tipos de dados: metalinguísticos (espontâneos e provocados) e reparos espontâneos, de crianças de quatro a doze anos. Não entraremos aqui

---

<sup>20</sup> A autora ressalta que a noção de “curva em U” é uma descrição de mudança comportamental e não, representacional, mas que ela pode ser tomada como indício comportamental das mudanças representacionais.

na classificação que a autora faz dos tipos de dados, pois nos interessa mais o cotejo que é feito entre os dados, visto que é aí que encontramos as relações entre metaprocessos e acesso consciente e a sua função na aquisição da linguagem. Para responder à pergunta “do the repair data follow or precede developmentally children's accessible metalinguistic knowledge?”<sup>21</sup> (KARMILOFF-SMITH, 1983, p. 138), a autora apresenta um gráfico comparando faixa etária com os reparos e dados metalinguísticos, afirmando que:

these comparisons suggest that children initiate and complete their metaprocedural operations on E-i representations, well before they are able to have conscious access to the corresponding metalinguistic knowledge in E-ii/E-iii form. Thus, conscious verbal report reflects, rather than guides, internal representational changes (KARMILOFF-SMITH, 1983, p. 139).<sup>22</sup>

As perguntas seguintes dizem respeito à função da consciência metalinguística codificada verbalmente: ela é um fenômeno extra na aquisição da linguagem ou existe uma relação entre consciência metalinguística e metaprocessos inconscientes envolvidos nos ciclos de mudança representacional? A autora conclui que a consciência metalinguística não tem papel, ou tem um papel pequeno, na aquisição macrodesenvolvimental da linguagem e que ela pode ter um papel pequeno também nas mudanças comportamentais no processamento linguístico on-line, mas acima de tudo, é a codificação verbal do conhecimento linguístico que tem um papel essencial, não na aquisição da linguagem, mas sim na mudança representacional no macrodesenvolvimento geral. A redescrição de representações cinestésicas, espaciais, temporais e de conhecimento linguístico em um código comum permite que a definição explícita de ligações representacionais opere através do sistema cognitivo.

A conclusão última é de que múltiplas representações do mesmo conhecimento em diferentes códigos e sua gradual rerrepresentação em um único código abre a possibilidade de uma flexibilidade e criatividade no sistema cognitivo humano.

O interesse de Karmiloff-Smith não é pontual em relação à linguagem, que é entendida como um entre outros conhecimentos que a criança adquire. É interessante notar que o seu interesse nas manifestações metalinguísticas se dá apenas pelo que elas deixam inferir sobre os processos mentais de redescrição de conhecimentos diversos. Entretanto, o fato de que

---

<sup>21</sup> “os dados de correção sucedem ou precedem em termos de desenvolvimento o conhecimento metalinguístico acessível das crianças?” (tradução nossa).

<sup>22</sup> “essas comparações sugerem que as crianças iniciam e completam suas operações metaprocedimentais nas representações E-i muito antes de poderem ter acesso consciente ao conhecimento linguístico correspondente na forma E-ii/E-iii. Assim, o relato verbal consciente mais reflete do que guia as mudanças representacionais internas” (tradução nossa).

essas representações possam ser verbalizadas tem impacto muito positivo no macrodesenvolvimento cognitivo. O fato de que o modelo se dá em fases, e não em etapas, permite que ele possa se aplicar a diferentes domínios e em diferentes níveis dentro de cada domínio. Nesse modelo, descarta-se a questão da idade para pensar em níveis de explicitação de conhecimento, que podem acontecer reiteradamente ao longo do desenvolvimento infantil.

## 2.2 Estudos de orientação chomskiana

Embora o programa gerativista tenha se desdobrado em inúmeras versões (Teoria Standard, Teoria Standard Alargada, Teoria da Regência e Ligação e Programa Minimalista), os pressupostos epistemológicos sobre os quais elas se assentam não foram modificados. Em relação à aquisição do conhecimento, de maneira geral, e da linguagem, especificamente, os estudos gerativistas assumem uma perspectiva racionalista, que defende a existência de “ideias e princípios inatos [...] que determinam a forma do conhecimento adquirido dum modo que pode ser considerado bastante restritivo e altamente organizado (CHOMSKY, 1975, p. 131).

Inferir que a criança nasça com algum dispositivo que a torne apta para a aquisição da linguagem é a hipótese proposta por Chomsky em relação ao problema lógico da aquisição da linguagem: como as crianças adquirem uma língua através de um *input* tão fraco? O dispositivo, ou mecanismo, inato, é chamado de LAD (*Language Acquisition Device*) que, a partir dos dados linguísticos, elabora hipóteses linguísticas e gera uma gramática.

No primeiro modelo do pensamento chomskiano, a Teoria Padrão, postula-se que

para o linguista, assim como para a criança que aprende a língua, o problema consiste em determinar, a partir dos dados da performance, o sistema subjacente de regras que foi dominado pelo falante e que ele põe a uso na performance efetiva” (CHOMSKY, 1969, p. 84).

Chomsky propõe uma distinção entre 'competência' – conhecimento que o falante-ouvinte tem da sua língua – e 'performance' – uso da língua em situações concretas.

O objetivo da gramática de uma língua é descrever a competência intrínseca do falante-ouvinte ideal, estabelecendo um sistema de regras que permitem que um número finito de elementos gere um conjunto infinito de frases. Para Chomsky (1969, p. 89), “isto não quer

dizer que ele [o falante] tenha consciência das regras da gramática ou sequer possa vir a ter consciência delas, ou que suas afirmações acerca do seu conhecimento intuitivo da língua sejam necessariamente corretas”. O falante-ouvinte ideal pode dizer porque tal frase não é aceitável em sua língua materna a partir do seu conhecimento tácito, mas não sabe (e nem deveria) explicar o porquê.

Para inferir o que seria uma capacidade metalinguística na perspectiva chomskiana, valemo-nos das observações feitas por Lier-de Vitto e Fonseca (1997). Para as autoras, a proposta de Chomsky difere-se da literatura psicolinguística da década de 70, visto que para ele tal capacidade é prévia, fazendo com que a descoberta da linguagem obedeça a um processo governado por um saber tácito, implícito e não consciente, pois a aquisição da linguagem é algo que acontece à criança, e não algo que a criança faça.

O aspecto metalinguístico da teoria chomskiana se apresenta sob a forma de julgamentos de gramaticalidade que cada falante nativo faz a partir da sua intuição. De acordo com as autoras, “a intuição implicada nos julgamentos não é conhecimento que se torna explícito, é apenas o reconhecimento de que aquilo que se produz é gramatical e aceitável na língua do falante” (LIER-DE VITTO, FONSECA, 1997, p. 52).

Embora as teorizações chomskianas, em especial a ideia de julgamentos de gramaticalidade, estejam presentes em alguns estudos de caráter mais empírico (cf. CLARK, 1978) da área da Psicolinguística, achamos que isso não se sustenta. A razão para isso é que a Psicolinguística, preocupada que é com o estabelecimento do caráter consciente das atividades metalinguísticas, não pode valer-se de uma teoria em que o falante não tem conhecimento explícito sobre a língua. O fato de que o falante reconhece frases aceitáveis também não nos autoriza a pensar que tal reconhecimento implicaria uma atitude consciente.

### **2.3 Estudos sobre aquisição da linguagem e processo de subjetivação**

Nos estudos em aquisição da linguagem, de orientação interacionista, realizados no Brasil, destacam-se os provenientes de um grupo de pesquisadoras da Unicamp, liderado por Cláudia de Lemos. Não poderemos fazer, neste trabalho, uma exposição detalhada da trajetória dessa pesquisadora, desde seu início na teoria gerativa, passando pela orientação interacionista e chegando numa concepção de aquisição da linguagem como um processo de subjetivação do sujeito (LEMOS, 2002). Entretanto, gostaríamos de marcar alguns pontos,

centrados na mais recente fase de estudos da autora, que são de especial relevância para o nosso trabalho.

Ainda na sua fase inicial, a autora faz uma excelente problematização do sintagma “aquisição da linguagem” (LEMOS, 1986, p. 5). A palavra aquisição leva a crer que alguém se apropria de algo que anteriormente estava situado fora de si mesmo. Assim, pode-se pensar que, em aquisição da linguagem, um sujeito é capaz de localizar um objeto – a linguagem – que existe fora e independente desse sujeito.

Em contraposição a essa concepção, a autora propõe que se entenda a aquisição da linguagem como um processo de subjetivação no qual a criança é capturada pelo funcionamento da língua. Nas palavras de Lemos (2001), “falar em processo de subjetivação significa colocar a anterioridade lógica da linguagem relativamente a um corpo pulsional que é por ela capturado e significado”.

A noção de desenvolvimento linguístico também é posta em xeque, pois, com base em uma perspectiva que entende a língua como um sistema, não se pode pensar na apreensão parcial, por etapas, desse sistema. “Sistema e/ou estrutura são incompatíveis com a concepção de língua como um objeto de conhecimento parcelável” (2001). O que Lemos propõe é que se pense na mudança não como uma evolução da criança em direção ao domínio total da língua, mas sim como uma mudança de posição em uma estrutura. Essa estrutura comporta três polos: o outro, a língua e o próprio sujeito.

O polo dominante na primeira posição é o outro. Duas características dessa posição são: o retorno, na fala da criança, da fala da mãe e a escuta da fala da mãe que se revela na fala da criança. Para a autora, a criança, como falante, está alienada à fala do outro, embora o próprio funcionamento da língua, que constitui outro polo, seja a primeira forma de separação.

Na segunda posição, temos a língua ocupando o polo dominante, o que pode ser facilmente observado através do erro. A criança está alienada pelo funcionamento da língua. Isso tem a ver com o fato de que, na literatura em aquisição da linguagem, postule-se que a criança seja impermeável à correção dos erros por parte do adulto.

Na terceira posição, o polo dominante é o próprio sujeito. Essa posição é caracterizada por pausas, reformulações e correções, o que é tratado, na literatura em aquisição da linguagem, como estando relacionado à capacidade metalinguística da criança. Mais importante do que escutar o adulto corrigindo-a (o que não acontecia na segunda posição) é o fato de que a própria criança é capaz de se escutar e, mesmo que não chegue à forma certa, reconhece a discrepância entre o que diz e o que deve dizer.

O trabalho de Lemos abre uma terceira via entre os estudos desenvolvimentistas e chomskianos e, ao resgatar a concepção saussuriana de língua como sistema, concebe a aquisição da linguagem de maneira radicalmente diferente. As mudanças que a criança realiza na estrutura não dizem respeito a uma organização cronológica e fornecem uma explicação coerente para o fato de que a criança se volta sobre a língua desde cedo. O trabalho de que trataremos a seguir também está ancorado nessa perspectiva.

## **2.4 Estudos sobre a autonomia**

Figueira (2003) utiliza-se da teoria de Authier-Revuz (1995) para identificar manifestações de autonomia (uma das formas de execução da propriedade reflexiva da linguagem) na fala infantil. Interessam a Figueira os momentos em que a criança fala sobre a sua fala ou a do outro de uma maneira familiar e natural, o que vincula o seu trabalho ao desenvolvido por J. Rey-Debove (1978) sobre a metalinguagem. Também é de seu interesse as glosas metaenunciativas propostas por Authier-Revuz, tais como “como você diz”, “no sentido próprio”, etc. Embora ela ressalte que a criança não utiliza estruturas desse tipo, é possível identificar momentos nos quais a criança põe em questão as palavras usadas, exibindo a propriedade reflexiva da linguagem. De acordo com Figueira (2003, p. 195), podemos classificar esses fatos em 4 classes:

1. retificações ou réplicas: feitas espontaneamente sobre a sua própria fala ou sobre a fala do outro;
2. palavrões: enunciados nos quais a criança destaca de forma autonímica um segmento;
3. definições: a criança tenta elaborar uma definição para os signos linguísticos, fato que a autora chama de “paráfrase intuitiva”;
4. comentários sobre os casos de não coincidências: casos em que a criança faz comentários sobre palavras ou expressões que tenham causado uma assimetria entre ela e o locutor.

Em todas as classes, a autora traz exemplos nos quais percebe-se que a criança refere-se ao próprio signo linguístico, e não ao seu referente, ou seja, utiliza o signo no seu estatuto autonímico. Os exemplos que Figueira utiliza ajudam a corroborar sua hipótese de que a manifestação autonímica ocorre desde muito cedo na fala infantil, pois há ocorrências em crianças de 2 anos e 3 meses.

A autora refere-se a formulações de Lemos (1997) segundo as quais o que deve ser

destacado é a mudança de posição que ocorre com a criança do estado de *infans* ao estado de um sujeito que fala e se ouve falar, sendo assim capaz de retomar seu enunciado, reformulá-lo e reconhecer a diferença entre sua fala e a do outro.

## 2.5 Considerações

As pesquisas apresentadas nesse capítulo nos permitem tecer algumas considerações gerais que orientarão os rumos deste trabalho.

De imediato, chama-nos a atenção a grande discrepância de definições de “metalinguagem”, “capacidade metalinguística”, ou ainda, “consciência metalinguística”, especialmente quando comparamos as encontradas na literatura linguística com as definições advindas da psicolinguística. Embora não se possa homogeneizar as diferentes concepções, podemos dizer que a abordagem linguística concebe a metalinguagem tanto como uma propriedade da língua (a de se autorreferir) quanto uma atividade do sujeito que se utiliza das formas disponíveis na língua para se referir a ela. Na literatura psicolinguística, de acordo com Gombert (1992, p. 2), há duas perspectivas sobre a metalinguagem. Alguns autores defendem que a língua(gem) é um objeto de pensamento, tomando a metalinguagem como o conhecimento do sujeito sobre as características e o funcionamento da língua. Para essa perspectiva, importa o funcionamento metalinguístico na atividade do sujeito em relação a outras atividades reflexivas. Outros autores procuram caracterizar a atividade metalinguística como parte do tratamento da linguagem. Sua característica é o monitoramento intencional que o sujeito aplica no processamento da língua. Nas palavras de Gombert (1992, p. 4), a grande diferença entre a linguística e a psicolinguística é que:

the linguist identifies the 'metalinguistic' by examining verbal productions in order to find those linguistic features which indicate the existence of self-referential processes [...]. Psychologists, in contrast, analyse the behaviour (verbal or otherwise) of the subject to discover elements which permit them to infer cognitive processes of conscious management (reflection on or intentional control over) of the language objects.<sup>23</sup>

<sup>23</sup> “o linguista identifica o ‘metalinguístico’ ao examinar produções verbais a fim de encontrar os aspectos linguísticos que indicam a existência de processos autorreferenciais[...]. Os psicólogos, ao contrário, analisam o comportamento (verbal ou outros) do sujeito para descobrir elementos que lhes permitam inferir processos cognitivos de gerenciamento consciente (reflexo ou controle intencional) dos objetos linguísticos” (tradução nossa).

Uma consequência disso é que fenômenos considerados metalinguísticos para a linguística não o serão quando avaliados pela psicolinguística, e vice-versa. Como exemplo, Gombert (1992, p. 4) afirma que a adaptação de uma mensagem verbal a diferentes aspectos do contexto de emissão é considerada metalinguística para um psicólogo. Diferentemente, para um linguista, a não ser que essa adaptação seja acompanhada de alguma marca identificável de autorreferência, tal fenômeno não se caracteriza como metalinguístico. Os comentários feitos por crianças pequenas sobre a língua, que um linguista não hesitaria em classificar como metalinguístico, não seriam assim considerados por um psicólogo, pois seria preciso estabelecer o caráter consciente e reflexivo da atividade cognitiva.

Outra questão é o fato de que a maioria dos estudos com influência de teorias psicológicas preocupa-se mais em tomar as verbalizações das crianças como vestígios de processos mentais, que indicariam uma atividade de reflexão sobre a língua. Lemos (1997, p. 10), aponta para a ambiguidade da expressão *awareness of language* (consciência da língua), que pode ser entendida tanto como atividade consciente sobre a língua quanto como conhecimento linguístico que se tornou acessível e explícito para o falante.

Mesmo levando-se em consideração que os critérios para caracterizar uma atividade como metalinguística (em especial na literatura psicolinguística) não são os mesmos nas diferentes abordagens, Gombert afirma haver um consenso relativo. Nas suas palavras,

metalinguistic activities [...] can be deemed to acquire their metalinguistic status only if they are consciously performed by the subject and if, because of this, their emergence supposes that the child is in possession of a capacity for reflection and intentional self-monitoring (1992, p. 8)<sup>24</sup>.

Embora em grande parte dos estudos o método experimental seja usado para garantir ocorrências suficientemente significativas para que se possa postular a existência de tais processos (independentemente do critério), a ausência de verbalizações, comum em crianças pequenas, não pode ser indício de ausência desses mesmos processos.

Sobre isso, Gombert (1992, p. 8) postula ser necessária uma distinção entre as habilidades (*skills*) observadas no comportamento espontâneo e as habilidades (*abilities*) baseadas no conhecimento sistematicamente representado e intencionalmente aplicado, pois mais do que uma diferença de grau, há uma diferença qualitativa na própria atividade cognitiva.

---

<sup>24</sup> “considera-se que as atividades metalinguísticas [...] podem adquirir seu *status* metalinguístico somente se forem realizadas conscientemente pelo sujeito e se, por causa disso, seu surgimento supuser que a criança está de posse de uma capacidade de reflexão e automonitoramento intencional” (tradução nossa).

No que diz respeito aos estudos de orientação desenvolvimentista, valemo-nos aqui de considerações de Lemos (1997, p. 9) para refletir sobre a aquisição da linguagem. Se a língua é entendida como algo exterior ao sujeito, algo que o sujeito deva aprender e agir sobre, então toda atividade deve ser entendida como metalinguística, tornando a distinção entre habilidades linguísticas e metalinguísticas impossível de ser sustentada. Entretanto, se entendemos que a criança se apropria da língua aos poucos, podemos compreender a proposta de Karmiloff-Smith, segundo a qual a criança aplica o modelo a diferentes aspectos do sistema linguístico separadamente à medida que o adquire.

As considerações feitas a partir da teoria chomskiana têm a vantagem de postular claramente que o conhecimento que o falante tem da sua língua não é acessível a ele. Nesse sentido, não há diferença entre a criança e o adulto, pois em ambos esse conhecimento é tácito, implícito, manifestando-se apenas sob a forma de julgamentos de gramaticalidade. Tais julgamentos são tomados para construir a competência do falante e nada podem dizer da sua “capacidade metalinguística”. Os trabalhos de Lemos (1997, 2001) e Figueira (2003) trazem uma grande contribuição aos estudos, em especial pelo novo entendimento do que é a aquisição da linguagem. Para nosso trabalho, destaca-se o resgate da ideia saussuriana de língua como sistema, visto que Benveniste, autor a partir do qual desenvolveremos nossa proposta, filia-se à Linguística saussuriana. O trabalho de Figueira mostra como a teoria de Authier-Revuz pode ser utilizada para descrever as manifestações autonômicas na fala infantil e insiste que tais manifestações estão presentes desde cedo.

Um ponto comum nos estudos de orientação desenvolvimentista e chomskiana é que em nenhum deles há preocupação na descrição dos enunciados infantis por si mesmos. Isso pode ser explicado por duas razões. A primeira, já mencionada acima, é que os enunciados não são objetos de interesse tomados em si mesmos, mas sim como indício ou acesso para outros objetivos.

Outro motivo pode ser o fato comprovado por muitos estudos em aquisição da linguagem de que a fala infantil escapa à sistematização que as teorias linguísticas buscam. Nesse ponto, também gostaríamos de ressaltar a ausência de uma teoria enunciativa para a explicação desses fenômenos. Acreditamos que uma teoria enunciativa pode trazer muitas contribuições para os estudos sobre a metalinguagem. Em primeiro lugar, porque ajudaria a superar o impasse entre a fala da criança e as teorias linguísticas. A Teoria da Enunciação, como proposta por Benveniste, não tem a pretensão de generalizar, visto que o seu objeto é o ato de enunciação, cada vez único, que envolve dois locutores que se marcam no discurso como sujeitos (eu-tu), em um dado tempo (agora) e espaço (aqui). Assim, acreditamos que a

eleição de uma teoria enunciativa para dar conta da fala infantil pode ser produtiva e gerar um novo olhar sobre o campo.

### 3 ENUNCIÇÃO E METALINGUAGEM

A fim de construirmos nossa proposta enunciativa para o tratamento da metalinguagem na aquisição da linguagem, discutimos, nos capítulos anteriores, questões relativas a esses temas. O presente capítulo é mais um passo para tal fim, na medida em que procura apresentar a teoria na qual nos encontramos ancorados para a elaboração de nossa proposta, teoria esta que foi brevemente introduzida quando da apresentação da teoria enunciativa em aquisição da linguagem (SILVA, 2009).

Neste capítulo, nossos objetivos estão relacionados à Teoria da Enunciação formulada por Émile Benveniste. Em primeiro lugar, pretendemos mostrar o vínculo do pensamento benvenistiano em relação a Saussure, discutindo como a Linguística da Enunciação (em especial, a teoria de Benveniste) se relaciona com a tradição saussuriana. Em segundo lugar, também procuramos expor nossa leitura da obra de Benveniste (falamos aqui dos livros *Problemas de Linguística Geral I e II*), dando relevo às questões concernentes à significação e à enunciação. Em terceiro lugar, selecionamos alguns textos do autor que trazem indicações a respeito da questão da metalinguagem. Por fim, a partir da leitura desses textos, propomos como se pode entender a metalinguagem de acordo com o sistema de pensamento de Benveniste.

De imediato, gostaríamos de justificar nossa escolha por Benveniste. Em primeiro lugar, visto que estamos apoiados em uma concepção enunciativa de aquisição da linguagem, é coerente, em termos epistemológicos, que procuremos uma abordagem enunciativa para nosso objeto específico, qual seja, a metalinguagem. Entretanto, no campo da Linguística da Enunciação, vários autores tematizam sobre a metalinguagem<sup>25</sup>.

É o caso de Jakobson, quando propõe as funções da linguagem e, dentre elas, a função metalinguística, ressaltando sua importância na aquisição da linguagem. Outra autora que se situa no campo da enunciação é Authier-Revuz, que destina grande parte de suas reflexões ao fenômeno da propriedade de reflexividade das línguas. Também temos Culioli (1990) que, na atividade linguística, faz distinção entre as epilinguísticas e as metalinguísticas. A primeira, geralmente de caráter inconsciente, é aquela que todo locutor utiliza comumente na comunicação. Já a atividade metalinguística é deliberada e consciente, e se observa na atividade do linguista. Catherine Fuchs (1982), por sua vez, realiza um extenso estudo sobre

---

<sup>25</sup> Tratados no primeiro capítulo.

as paráfrases, entendidas como atividades de reformulações que envolvem a propriedade reflexiva da língua.

Aqui trazemos a contribuição de Authier-Revuz (1995, 2003) e Fuchs (1982), pois ambas as autoras se referem a Benveniste justamente ao trazer à tona a questão da metalinguagem.

Catherine Fuchs, em sua obra intitulada “La paraphrase”, define o fenômeno das relações de paráfrases entre enunciados como uma estratégia cognitivo-lingueira (*stratégie cognitivo-langagière*). Estratégia, porque se trata de uma ação operada pelo sujeito enunciativo, visando um interlocutor real ou fictício, com a finalidade de informá-lo, esclarecê-lo ou ainda convencê-lo de algo. Lingueira justifica-se por duas razões: ela opera **sobre** a língua (a partir de um parentesco semântico) e **através** da língua, visto que recorre a marcadores linguísticos para verbalizar a identificação ou diferenciação metalinguística. A autora recorre a Benveniste para explicar que “on retrouve ici cette propriété essentielle de la langue d'être 'l'interprétant de tous les systèmes sémiotiques', et en particulier de pouvoir 'tout catégoriser et interpréter, y compris elle-même’”<sup>26</sup> (FUCHS, 1982, p. 164). Ou seja, a paráfrase seria uma atividade na qual entra em cena a propriedade reflexiva da língua, que permite utilizá-la para falar sobre ela mesma.

O estudo exaustivo das autorrepresentações dos enunciados, proposto por Jacqueline Authier-Revuz (1995), também faz referência a Benveniste, pois a autora situa sua obra em uma corrente que destaca a importância da propriedade reflexiva da linguagem, ou seja, “sa capacité à être son propre métalanguage, grâce à l'existence en toute langue d'un ensemble de formes permettant d'assurer cette réflexivité”<sup>27</sup> (AUTHIER-REVUZ, 1995, p. 9).

Essa propriedade é considerada essencial, pois é específica das línguas naturais e especificamente humana. Authier-Revuz destaca que, embora essa dimensão da linguagem seja frequentemente associada ao nome de Jakobson, é na verdade “como um fio que corre” através da obra de Benveniste<sup>28</sup>.

A ideia de que se possa depreender, da obra de Benveniste, princípios para se teorizar a metalinguagem é apoiada por Dahlet (1997) ao afirmar que, na obra de Benveniste,

<sup>26</sup> “encontra-se aqui esta propriedade essencial da língua de ser 'a intérprete de todos os sistemas semióticos' e, em particular, de poder 'categorizar e interpretar tudo, inclusive ela mesma’” (tradução nossa).

<sup>27</sup> “sua capacidade de ser a sua própria metalinguagem, graças à existência, em todas as línguas, de um conjunto de formas que permitem assegurar esta reflexividade” (tradução nossa).

<sup>28</sup> Não é o único caso em que Jakobson parece ser a primeira referência sobre um assunto sobre o qual Benveniste já havia discorrido anteriormente. O conceito de *shifter* (ou *embrayeur*), elaborado por Jakobson em *Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe* é semelhante ao que Benveniste entende por índices de subjetividade (propostos no texto *A subjetividade na linguagem*) e aos quais Jakobson faz referência em seu texto, embora essa referência pareça ter passado despercebida durante muito tempo.

encontra-se um programa metalinguístico fundado sobre uma convicção forte de que existe uma metalinguagem e sobre uma exigência teórica – a das duas linguísticas diferentes que os dois planos de significação da língua colocam em jogo. Para Dahlet (1997, p. 203), “la possibilité d'une métalangage, adéquate au domaine sémantique et donc aux phénomènes énonciatifs en particulier, est donnée comme une propriété même de la dimension énonciative”<sup>29</sup>.

### 3.1 A Teoria da Enunciação em Émile Benveniste

#### 3.1.1 Da filiação a Saussure

Para guiar-nos nesta parte, elegemos uma colocação de Benveniste, encontrada em artigo intitulado *Saussure após meio século* (1963), que pergunta: “o que foi que Saussure trouxe à linguística do seu tempo, e em que agiu sobre a nossa?” (2005, p. 34). Obviamente, a resposta a essa pergunta poderia ser imensa. Limitamo-nos aqui a fornecer um panorama geral da obra de Saussure e estabelecer um diálogo entre este e a Teoria da Enunciação de Benveniste.

Sobre Saussure, é o próprio Benveniste quem nos diz: “não há hoje um só linguista que não lhe deva algo” (2005, p. 34). Conhecido em vida pelo seu genial *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes* e pelos anos de ensino do método comparatista na *École des Hautes Études*, onde foi professor de Antoine Meillet (que posteriormente seria professor de Benveniste), tornou-se ainda mais reconhecido após sua morte, com a publicação póstuma do *Curso de Linguística Geral* (1916). Essa obra, que reúne os ensinamentos de três anos do curso de Linguística Geral, ministrado na Universidade de Genebra, anotados por seus alunos e organizados por seus colegas de ensino, instituiu a Linguística no campo das ciências e influenciou não só o que se conheceria por linguística estrutural, mas também todo o campo das ciências humanas.

O *Curso de Linguística Geral* expõe as preocupações de Saussure com os estudos

---

<sup>29</sup> “a possibilidade de uma metalinguagem, adequada ao domínio semântico e, portanto, aos fenômenos enunciativos em particular, é dada como uma verdadeira propriedade da dimensão enunciativa” (tradução nossa).

sobre a linguagem, que assim estabelece a tarefa da linguística:

- a) fazer a descrição e a história de todas as línguas que puder abranger, o que quer dizer: fazer a história das famílias de línguas e reconstituir, na medida do possível, as línguas-mães de cada família;
- b) procurar as forças que estão em jogo, de modo permanente e universal, em todas as línguas e deduzir as leis gerais às quais se possam referir todos os fenômenos peculiares da história;
- c) delimitar-se e definir-se a si própria (SAUSSURE, 1975, p. 13).

Percebe-se que a terceira tarefa é radicalmente diferente das demais. As duas primeiras estão ligadas aos estudos comparatistas, que buscavam, após anos de estudos empíricos a respeito das diversas línguas, sintetizar os resultados, fazendo a passagem de uma ciência dos fatos a uma ciência das leis (NORMAND, 1990, p. 27). Já a terceira tarefa rompe com a tradição comparatista e projeta um programa futuro que Saussure inicia.

Para delimitar-se e definir-se a si própria, antes de mais nada a Linguística deve estabelecer seu objeto de estudo. A definição do objeto é dificultada pela proximidade que a Linguística mantém com outras ciências. Assim sendo, o objeto não preexiste sob o ponto de vista teórico, mas é antes criado por ele. Nas palavras de Saussure, “o ponto de vista cria o objeto” (1975, p. 15). Na tentativa de conceituar a linguagem, Saussure mostra que não há como a Linguística abordar de forma integral esse objeto multiforme e heteróclito (p. 17), dada sua complexidade e sua relação com outras áreas do conhecimento.

A solução que Saussure encontra é “colocar-se primeiramente no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem” (1975 p.16-17). A definição da língua enquanto sistema de signos é, de acordo com Flores (1999, p. 26), o que sustenta a unidade da linguística e possibilita que ela seja reconhecida como uma ciência. Das características da língua em relação à linguagem propostas por Saussure, podemos reter que: a) é uma parte essencial da linguagem; b) é “um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias” (1975, p. 17), adotada pela sociedade, permitindo o exercício da faculdade de linguagem. A língua também não se confunde com a fala, “ato individual de vontade e inteligência” (1975, p. 22). Separando-se propriamente a língua da fala, separa-se: “1º o que é social do que é individual; 2º o que é essencial do que é acessório e mais ou menos accidental” (1975, p. 22). A linguagem é o conceito mais amplo que Saussure postula, justamente daí advém a impossibilidade de estudá-la como tal. Delineiam-se então dois conceitos: língua e fala, sendo o primeiro o que permite um estudo científico da linguagem. Mesmo estabelecendo que o objeto da Linguística é a língua, Saussure postula que o estudo da linguagem comporta duas partes: “uma, essencial, tem por objeto a língua, que é

social em sua essência e independente do indivíduo” (1975, p. 27), ou seja, a linguística da língua, e “outra, secundária, que tem por objeto a parte individual da linguagem, vale dizer, a fala” (1975, p. 27), que seria conhecida por linguística da fala.

Há uma leitura corrente que afirma que, com a eleição da língua como objeto da Linguística, a fala estaria excluída dos estudos linguísticos. Isso não se confirma, pois Saussure concebe duas linguísticas diferentes, cada qual com seu objeto. Conforme afirmam Flores e Nunes (2007, p. 203):

Saussure considera os três elementos [linguagem, língua e fala] para que se possa estabelecer, enfim, o objeto (a língua) do que a partir dali convencionou-se chamar de Linguística. Assim, não cremos que tenha havido uma exclusão, mas uma *suspensão* momentânea desses conceitos, em prol da fundação de um método de estudo que se queria científico.

Entretanto, a leitura cristalizada do *Curso de Linguística Geral*, em especial uma leitura estruturalista, postula que essa divisão é sim excludente. Enquanto algumas teorias linguísticas (em especial teorias estruturalistas *stricto sensu*, como a de Hjelmslev) mantêm-se fiéis a esse princípio e dão conta do estudo da língua, outras teorias linguísticas dedicam-se a estudar o que sobrou do CLG, ou seja, a fala. Uma leitura superficial poderia facilmente identificar enunciação à fala. Porém, acreditamos que isso também não se sustenta. Lembremos, *en passant*, da proposta de Flores e Teixeira (2005), que postula a existência de teorias da enunciação (no plural), diversas entre si, reunidas na Linguística da Enunciação a partir de traços comuns entre elas que permitem pensar em um objeto próprio a essa linguística. Flores e Teixeira (2005, p. 101) apresentam argumentos que justificam tal proposta:

a) a problematização da dicotomia langue/parole (língua/fala) é a condição de formulação das teorias dos autores incluídos na linguística da enunciação, ou seja, todos, e cada um a seu modo, discutem o pensamento de Saussure; b) percebe-se, nos autores preocupação em formular um domínio conceitual que inclua o termo enunciação, isto é, mesmo que cada um defina a seu modo enunciação, defini-la é um princípio; c) pela inclusão da discussão em torno da subjetividade na linguagem, os autores instauram relações diferenciadas da linguística com a filosofia da ciência: as noções de método e objeto são retomadas para dar lugar à reflexão sobre a enunciação.

Percebe-se, no primeiro critério, a vinculação dos teóricos da enunciação ao pensamento saussuriano, especialmente no que diz respeito à dicotomia língua/fala. Como afirmam os autores (2005, p. 105), essa relação não é nem de negação, nem de afirmação absoluta. Para a Linguística da Enunciação, a dicotomia língua/fala não é

pertinente, pois “os fenômenos estudados nas teorias da enunciação pertencem à língua, mas não se encerram nela; pertencem à fala na medida em que só nela e por ela têm existência, e questionam a existência de ambas já que emanam das duas”.

É especialmente problemática a identificação da fala à enunciação, dado o caráter acessório ou acidental da primeira. Isso nos leva ao segundo critério, ou seja, o de que cada teoria da enunciação a define de maneira própria. Em relação à teoria benvenistiana, a enunciação é definida como um ato individual que coloca em funcionamento a língua (BENVENISTE, 2006, p. 82) e é concebida à maneira de um “aparelho formal da enunciação” (BENVENISTE, 2006), dispositivo comportado por todas as línguas, cuja estrutura permite a atualização do sistema por um sujeito que dela faz uso para enunciar. Pensamos que, no aparelho formal da enunciação, integram-se língua e fala, pois uma comporta a outra, embora a língua não se reduza à ideia de sistema e tampouco a fala se coadune com o uso individual do mesmo” (FLORES, NUNES, 2007, p. 204).

Outra exclusão atribuída a Saussure é a do sujeito, visto que a atividade individual do falante está relacionada à fala. A língua, definida como sistema de signos que “conhece somente sua ordem própria” (SAUSSURE, 1975, p. 31), deve ser “considerada em si mesma e por si mesma” (1975, p. 271), deixando de lado tudo que remeta ao exterior, aí incluído o sujeito. No auge do estruturalismo, Jakobson talvez tenha sido um dos poucos autores que tentou integrar a questão do sujeito nos estudos da linguagem, sob a forma de dois elementos do sistema de comunicação: emissor e receptor. Além disso, na sua obra há menções ao sujeito no estudo dos *shifters*, considerados como uma forma de representação do sujeito na língua; na função poética e nos dois modos de funcionamento da linguagem, a metáfora e a metonímia.

Já na obra de Benveniste postula-se a existência do sintagma 'sujeito da enunciação' ou ainda 'sujeito do enunciado'; entretanto, como mostram Normand (1996) e Flores (2009), tais expressões não se encontram na obra de Benveniste. Normand (1996, p. 145) constata que há usos relacionados ao termo 'sujeito' na obra do autor, que podem ser agrupados em: a) “termos da tradição gramatical, psicológica, sem referência estrita” (1996, p. 145); b) “termos não teóricos, em relação com o discurso comum”, onde se alternam termos como indivíduo, sujeito, locutor, falante, etc, e c) “termos teóricos em graus diversos [...] que tentam elaborar o quadro conceitual da enunciação”.

Flores (2009) propõe que se entenda 'sujeito' em relação a 'homem' e 'locutor', pois esses termos não se recobrem na reflexão benvenistiana. Excetuando as ocorrências que se aproximam da tradição gramatical, temos os usos não teóricos, nos quais 'sujeito' está em

relação com 'indivíduo que fala'. Além disso, há usos em que 'homem' ocorre com outros termos, e seu sentido decorre da alternância com 'falante'. Mas é no texto *Da subjetividade na linguagem* (1958) que o termo 'sujeito' adquire relevância teórica, pois Benveniste parece indicar que o sujeito não é homem - “é na e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*” (2005, p. 286, grifo do autor) –, tampouco locutor – “a 'subjetividade' de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como 'sujeito'” (2005, p. 286).

O que era uma instância externa à língua para Saussure passa a ser, em Benveniste, algo interno à língua, na medida em que homem e linguagem parecem ser indissociáveis no pensamento de Benveniste e é através da enunciação, ou seja, do ato de se apropriar da língua, que o homem pode propor-se como sujeito. Benveniste certamente não faz uma teoria desse sujeito, como bem defende Normand (2006), mas prevê um lugar para ele na sua reflexão. Talvez a inclusão do sujeito nos estudos linguísticos esteja fadada a permanecer incompleta, visto muitos autores (AUTHIER-REVUZ, 1995; FLORES, 2009) argumentarem que o estudo do sujeito transcende os quadros da linguística e exige que se convoquem exteriores teóricos que possibilitem dar um tratamento a essa questão. O fato de que Benveniste introduz a problemática do sujeito nos estudos da linguagem não deve, em absoluto, ser menosprezado em virtude de não haver uma teorização a respeito do mesmo.

Vale ressaltar que a questão do sujeito é encontrada, na obra de Benveniste, quando aparece o tratamento do problema da significação. Normand (1996, p. 147) conclui: “a teoria da enunciação implica, pois, um sujeito, mas não faz a teoria deste”. Nesse sentido, é significativa a ausência, na obra de Benveniste, do termo 'sujeito da enunciação', ausência que marca o caráter inacabado de sua obra. Vamos mostrar, a seguir, o percurso do problema da significação na obra do autor para poder chegarmos à noção de enunciação.

### 3.1.2 A linguística da significação em Benveniste

Anteriormente, fornecemos alguns elementos que permitem pensar o *Curso de Linguística Geral* para além das célebres dicotomias língua/fala, sincronia/diacronia, paradigma/sintagma. A descoberta dos manuscritos e a publicação de cadernos dos alunos de Saussure contrastam com a leitura que se fez do CLG por muito tempo. Um dos leitores mais atuais de Saussure, Simon Bouquet, afirma que se podem encontrar, nas reflexões de Saussure, três configurações distintas de pensamento: a) uma epistemologia da gramática

comparada; b) uma reflexão filosófica sobre a linguagem (filosófica entendida aqui como metafísica) e c) uma epistemologia programática da linguística, ou seja, “uma projeção sustentada [...] quanto à cientificidade de uma disciplina futura” (2004, p. 14). No cerne dessa epistemologia programática encontra-se esboçada uma semântica sincrônica, nos termos de uma gramática geral do sentido, sustentada pelos conceitos da arbitrariedade do signo e de valor.

Benveniste, mesmo tendo acesso apenas ao *Curso de Linguística Geral*, soube lê-lo de maneira a perceber a inovação e a singularidade do pensamento saussuriano. Essa leitura, de acordo com Normand (2007, p. 14), “permite resgatar a partir de Saussure uma linguística da significação”. Tomando para si a tarefa de ultrapassar Saussure no que diz respeito à questão do signo, Benveniste depara-se com a questão da significação. Normand (1996, p. 137) indica que é “pelo desenvolvimento do que no *Curso* é um elemento central, mas insuficientemente elaborado, a questão da significação, abordada principalmente de forma negativa pela exclusão do referente” que Saussure deve ser ultrapassado.

A abordagem da significação, desdobrada em dois domínios de estudo da língua (o semiótico e o semântico) começa a ser formulada em *Os níveis da análise linguística* (1964) e está relacionada, de acordo com Normand (2009), com a consideração da frase e da referência. Nesse texto, Benveniste propõe o sentido como critério para a segmentação das unidades em níveis. Na análise dos signos, que coincidem, nesse caso, com as palavras, a operação não é problemática: “a palavra [...] decompõe-se em unidades fonemáticas que são de nível inferior; por outro entra, a título de unidade significativa e com outras unidades significantes, uma unidade de nível superior” (BENVENISTE, 2006, p. 131). Essa relação entre os níveis permite dar conta da relação forma/sentido, que devem definir-se um pelo outro e articular-se juntos. Benveniste (2006, p. 135-6) define a forma de uma unidade linguística como “sua capacidade de dissociar-se em constituintes de nível inferior” (constituente) e sentido de uma unidade linguística como a “capacidade de integrar uma unidade de nível superior”.

Na passagem das palavras para a unidade de nível superior, as frases, há um problema, pois se as frases realizam-se em palavras, as palavras não são seus segmentos. A frase comporta constituintes e aceita a segmentação, mas não se pode integrá-la em nenhuma unidade mais alta. Com a frase, entra-se em um novo domínio. Segundo Benveniste (2006, p. 139), “a frase [...] é a própria vida da linguagem em ação. Concluímos que se deixa com a frase o domínio da língua como sistema de signos e se entra num outro universo, o da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso”.

A particularidade da frase consiste no fato de ela trazer sentido e referência, distinção que Benveniste faz ao tratar da questão do sentido quando ainda da discussão forma/sentido. Ao tratar do sentido, Benveniste distingue dois aspectos. Pode-se afirmar que o sentido de uma unidade é o próprio fato de que ela tem um sentido, que é inerente ao sistema linguístico e diz respeito à “propriedade que esse elemento possui, enquanto significante, de constituir uma unidade distintiva, opositiva, delimitada por outras unidades, e identificável para os locutores nativos” (2006, p. 137). Pode-se, também, indagar sobre qual é o sentido de determinada unidade linguística, o que leva Benveniste (2006, p. 137) a considerar que

a linguagem refere-se ao mundo dos objetos [...] sob a forma de frases, que se relacionam com situações concretas e específicas, e sob a forma de unidades inferiores que se relacionam com “objetos” gerais ou particulares [...]. Cada enunciado, e cada termo do enunciado, tem assim um referendium.

De acordo com Normand (2009, p. 158), é através dessa distinção que o autor diferencia sentido de designação. Para Benveniste (2006, p. 140), é na frase onde encontramos sentido e referência: “sentido porque é enformada de significação, e referência porque se refere a uma determinada situação [...], sem a qual a comunicação como tal não se opera”. Benveniste trata da questão da referência ao levar em conta, em suas análises, as marcas particulares de enunciação de um sujeito na língua (NORMAND, 2009, p. 161). No texto *A natureza dos pronomes* (1956), Benveniste (2005, p. 280) distingue os “signos vazios, não referenciais com relação à 'realidade', sempre disponíveis, e que se tornam 'plenos' assim que um locutor os assume em cada instância do seu discurso”, como os pronomes pessoais *eu*, *tu*, os advérbios *aqui* e *agora*; de signos que se referirem à realidade e a posições objetivas. Nos indicadores de pessoa, sentido e referência não são distintos. De acordo com Normand (2009, p. 231), “a particularidade referencial dos indicadores da pessoa assim colocada em evidência consiste em que sentido e referência não são distinguidos”. Inicialmente, o fenômeno da referência é tratado apenas no que diz respeito aos casos acima, denominados de 'sui-referência' e diferenciados do repertório de signos cujo estatuto é permanente. Tais elementos poderão ser abordados através da divisão semiótico/semântico, sistematizada em 1969 no texto *A semiologia da língua*.

Em *A semiologia da língua* (1969), Benveniste chama atenção para o fato de que, de todos os sistemas semióticos, a língua é o único capaz de interpretar os outros e também a própria sociedade. Essa primazia da língua sobre os outros sistemas se dá pelo seu modo singular de significação, que não pode ser reproduzido por nenhum outro sistema. Benveniste (2006, p. 64-65) formula essa peculiaridade como uma dupla significância, ou seja, dois

modos distintos de significação: o semiótico e o semântico.

O semiótico diz respeito ao modo de significação do signo linguístico e que o constitui como unidade, considerado em relação aos demais signos. O estudo semiótico deve identificar as unidades, descrever suas marcas distintivas, descobrindo os critérios sutis da distintividade. Já o modo semântico diz respeito à maneira específica de significância engendrada pelo discurso, a língua na sua função de produtora de mensagens. Para Benveniste (2006, p. 65), o sentido é concebido globalmente e se divide em signos particulares. O modo semântico traz o conjunto dos referentes e se relaciona com o universo do discurso.

Para Normand (2009), a análise dos termos considerados “objetivos” dependeria de ambos os modos de significação, sendo a referência tratada através do modo semântico. Entretanto, a mesma autora (2009, p. 166) ressalta que:

na medida em que a enunciação, isto é 'o ato mesmo de produzir um enunciado' é o 'fato do locutor que mobiliza a língua a seu modo', a distinção entre a sui-referência única e evanescente em cada ato de enunciação, e a referência aos termos 'que tem seu estatuto pleno e permanente', não pode mais se sustentar; toda a relação à referência, na língua colocada em uso, depende da sui-referência; a referência só concerne à situação cada vez única do locutor.

De acordo com o raciocínio de Benveniste em *A forma e o sentido na linguagem* (2006, p. 229), se “há para a língua duas maneiras de ser língua no sentido e na forma”, o signo e a frase, propõe-se então esse novo modo, o semântico, para dar conta da língua em ação, “a língua na sua função mediadora entre o homem e o homem, o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas” (2006, p. 229). Esse modo semiótico resulta de uma atividade do locutor de se apropriar da língua, ou seja, o próprio ato de enunciação. Nesse ponto, Benveniste (2006, p. 231) deixa clara a inclusão da referência, explicando que “se o 'sentido' da frase é a ideia que ela exprime, a 'referência' da frase é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso”.

Qual seria o novo modo de descrição que pudesse dar conta das particularidades da dimensão semântica da língua? Além de trazer a referência, a dimensão semântica trata da própria língua colocada em uso por um locutor, ou seja, aí encontramos um sujeito, outra questão problemática para a Linguística desde a leitura estruturalista do *Curso de Linguística Geral*. Porém, para Benveniste, a dimensão semântica é uma propriedade da língua e traz consigo esse sujeito que dela se apropria para enunciar.

Assim, se para o modo semiótico o arcabouço teórico do pensamento saussuriano sobre signo serve, para o modo semântico deve-se criar um novo aparelho. Esse novo

aparelho se ocupa das marcas de enunciação no enunciado: marcas linguísticas daquele que se enuncia: tempo, pessoa, etc. Em *O aparelho formal da enunciação* (1970), Benveniste dá-nos uma indicação metodológica desse novo tipo de descrição. É disso que trataremos abaixo.

### 3.1.3 A enunciação em Benveniste

Benveniste define a enunciação como o “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (2006, p. 82). Nas palavras do autor, sua condição específica é “o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado” (2006, p. 82), ato este que é tomado como objeto.

Este objeto pode ser estudado sob três aspectos. O primeiro diz respeito à realização vocal da língua, pois os sons (emitidos e percebidos) sempre procedem de atos individuais, portanto, “para o mesmo sujeito, os mesmos sons não são jamais reproduzidos exatamente” (BENVENISTE, 2006, p. 83), o que se deve à diversidade das situações nas quais se produz a enunciação. Outro aspecto possível de ser estudado é o mecanismo da enunciação, ou seja, a conversão individual da língua em discurso. Trata-se aqui de entender como o sentido se forma em palavras, o que Benveniste denomina de “semantização da língua” (BENVENISTE, 2006, p. 83). O último aspecto proposto por Benveniste é a definição da enunciação no quadro formal da sua realização, aspecto ao qual o autor dedica o restante do artigo. De maneira geral, trata-se de “esboçar, no interior da língua, os caracteres formais da enunciação a partir da manifestação individual que ela atualiza” (BENVENISTE, 2006, p. 83).

Para fins metodológicos, na enunciação consideram-se sucessivamente: a) o próprio ato; b) as situações em que ele se realiza e c) os instrumentos de sua realização. No que diz respeito ao próprio ato, deve-se introduzir, o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. Como afirma Benveniste (2006, p. 83-84), “antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade de língua” e “depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso”. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia através de índices específicos, constituindo assim, um centro de referência interno em cada instância de discurso. O locutor, ao se declarar como tal e assumir a língua, instaura o outro no discurso, pois toda enunciação implica um alocutário. A necessidade primeira que move o locutor é a de referir pelo discurso e, para o outro, a possibilidade de correferir, ou seja, a língua é utilizada para expressar uma certa relação com o mundo, que Benveniste chama de

'referência'. No que tange aos instrumentos da realização do ato, primeiramente destacam-se os índices de pessoa (eu-tu) que se instauram somente na e pela enunciação; índices de ostensão (este, aqui) e indivíduos linguísticos (pronomes pessoais e demonstrativos) e as formas temporais, cujo paradigma completo se determina em relação a EGO, que é o centro da enunciação. Os índices mencionados são o que Benveniste denomina de indicadores de subjetividade, ou seja, formas linguísticas que convertem a língua em discurso, remetendo à enunciação.

Esse raciocínio começa a ser esboçado em *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946), texto no qual Benveniste afirma que a categoria de pessoa é essencial para os verbos. Torna-se importante, então, definir como cada pessoa se opõe ao conjunto das outras e qual o princípio que fundamenta essa oposição. Em vez da classificação grega, Benveniste toma a classificação das pessoas propostas pelos árabes, segundo os quais a primeira pessoa é “aquele que fala”; a segunda, “aquele a quem nos dirigimos” e a terceira, “aquele que está ausente” (BENVENISTE, 2005, p. 250). Essa classificação evidencia a disparidade entre as duas primeiras pessoas e a terceira. Nas duas primeiras pessoas, ao mesmo tempo em que há uma pessoa implicada, há também um discurso sobre essa pessoa. De acordo com Benveniste (2005, p. 250),

*eu* designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o “eu”. Na segunda pessoa, “tu” é necessariamente designado por *eu* e não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir de um “eu” [...] Da terceira pessoa, porém, um predicado é bem enunciado somente fora do “eu-tu”; essa forma é assim exceptuada da relação pela qual “eu” e “tu” se especificam.

A terceira pessoa, na proposta de Benveniste, não pode ser propriamente denominada 'pessoa', visto que a pessoa só é própria das posições “eu” e “tu”. Inúmeros exemplos de diversas línguas comprovam o fato de que a terceira pessoa é a expressão impessoal por excelência.

Algumas características são compartilhadas por “eu” e “tu”. Em primeiro lugar, eles são irrepetíveis: o “eu” que enuncia se dirige a um “tu”, ambos são sempre únicos. Já “ele” pode ser vários sujeitos ou nenhum. Em segundo lugar, eles são inversíveis: o “tu” definido por “eu” pode inverter-se em “eu”, e o “eu” anterior se torna um “tu”. Ele, por sua vez, não designa ninguém. Assim, Benveniste estabelece a correlação de personalidade, própria de “eu-tu”, excluindo “ele”.

Embora “eu” e “tu” sejam caracterizados pela marca de pessoa, eles se opõem um ao outro no interior dessa categoria, pois: a) “eu” é interior ao enunciado e exterior a “tu” e b)

“eu” é sempre transcendente em relação a “tu”. Estamos diante da correlação de subjetividade, que estabelece o “tu” como pessoa não subjetiva, em face da pessoa subjetiva “eu”.

Continuamos acompanhando a evolução do raciocínio através do texto *A natureza dos pronomes* (1956). Benveniste inicia seu texto afirmando que os pronomes são um problema de linguagem, e por isso são um problema de línguas. Assim, toma-os como fato de linguagem para mostrar que eles não constituem uma classe unitária, pois uns pertencem à sintaxe da língua, enquanto outros dizem respeito às “instâncias de discurso”, ou seja, “os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor” (BENVENISTE, 2005, p. 277). Já podemos perceber aqui uma definição inicial de enunciação. Vejamos como o problema dos pronomes se relaciona a ela.

Em primeiro lugar, devemos considerar que os pronomes pessoais não estão em situação de igualdade entre si, visto que a própria noção de pessoa falta em *ele*. Ao contrário de signos cujo emprego refere-se a uma noção constante e objetiva, o emprego de *eu* não se refere a uma classe de referência, pois não há um objeto definível como *eu*. Nas palavras de Benveniste (2005, p. 278), “*eu* significa a 'a pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém *eu*'”. O mesmo ocorre com “*tu*, [...] 'indivíduo alocutado na presente instância de discurso contendo a instância linguística *tu*'” (2005, p. 278).

Benveniste conclui que a referência necessária à instância de discurso une *eu/tu* a uma série de indicadores. Exemplos são os demonstrativos, pois se organizam em relação aos indicadores de pessoa e os advérbios *aqui* e *agora*, pois “delimitam a instância espacial e temporal coextensiva e contemporânea da presente instância de discurso que contém *eu*” (BENVENISTE, 2005, p. 278).

Benveniste aponta a insuficiência de definir tais termos pela *deixis*, se não se acrescenta que “a *deixis* é contemporânea da instância de discurso que contém o indicador de pessoa” (2005, p. 279). Essas formas, por exemplo, não se referem a posições objetivas, mas sim à enunciação, cada vez única.

É em *Da subjetividade na linguagem* (1958) que Benveniste reconhece as proporções que as teorizações anteriores alcançam. Abrindo seu texto com uma discussão filosófica a respeito da linguagem, o autor afirma que “a linguagem está na natureza do homem”, portanto não é algo fabricado, como a metáfora do instrumento leva a crer. Para Benveniste, “não atingimos nunca o homem separado da linguagem [...] é um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem” (BENVENISTE, 2005, p. 285).

Benveniste ressalta uma propriedade fundamental da linguagem, que assegura a comunicação: a subjetividade, ou seja, “a capacidade do locutor para se propor como 'sujeito'” (BENVENISTE, 2005, p. 286). “É 'ego' quem diz *ego*”, apresentar-se como *sujeito*, remetendo a si mesmo como *eu* no discurso, é o que possibilita a linguagem. Entretanto, só se pode experimentar a consciência de si por contraste. Assim, só se emprega *eu* ao dirigir-se a um *tu*. Essa polaridade de pessoas, que sustenta a comunicação, não implica igualdade nem simetria, pois *ego* é transcendente em relação a *tu*. Aí encontra-se o fundamento linguístico da subjetividade, nesta realidade dialética onde os termos são definidos mutuamente.

Os pronomes pessoais têm destaque na revelação da subjetividade, visto que só podem ser definidos na situação de emprego única. A partir deles, organizam-se outras classes de pronomes que indicam relações espaciais e temporais em torno do “sujeito”, que é o criador de um centro de referência interna. A noção de tempo é fortemente influenciada pela subjetividade, pois sempre há referência ao momento presente da instância de discurso.

Benveniste afirma que a instauração da “subjetividade” na língua cria a categoria de pessoa e busca exemplos para mostrar a mudança de perspectiva que se abre a partir da subjetividade. O que o Benveniste quer afirmar é que existem formas linguísticas que, quando submetidas à categoria de pessoa, mudam de sentido. Quando eu digo “eu juro que...”, eu me comprometo com a ação, ao passo que quando digo “ele jura que...” eu estou simplesmente descrevendo uma ação. Entretanto, nessa altura da teorização de Benveniste, apenas uma parte da língua podia tornar-se “subjetiva”. Com o advento do aparelho formal da enunciação, toda a língua encontra-se submetida à subjetividade. Assim, a subjetividade encontra-se sempre na língua, cabendo ao linguista que por ela se interessa descrever as suas marcas. Como se vê, a questão central na enunciação diz respeito ao sujeito. Podemos então perguntar-nos: qual é o estatuto desse sujeito que se marca na língua? Normand (1996, p. 145) problematiza: “seu problema era, explicitamente, a significação; mas ele encontrava, necessariamente, o sujeito que fala e dá (ou pensa dar) sentido. Como lhe dar lugar com todo rigor?” Em 1969, Benveniste elimina-o do modo semiótico para introduzi-lo no semântico, mas esse sujeito era ainda uma mistura vaga de sujeito gramatical, psicológico, filosófico. Já no texto final de 1970 sobre a enunciação, os indivíduos linguísticos só podem ser encontrados nas duas dimensões. Normand (2009, p. 168) defende que “a semântica que Benveniste anuncia é uma semântica da pessoa em relação com o mundo, desse sujeito que, prontamente chamamos de sujeito da enunciação”. A autora traz as palavras de Milner (1978, apud NORMAND, 2009, p. 168), que afirma a demonstração sintática da obra de Benveniste “reencontra 'os efeitos de uma instância em si não formalizável e não representável: o sujeito da enunciação’”.

Ou seja: na teoria de Benveniste, é na e pela língua, através da enunciação, que o homem se faz. A língua enquanto estrutura comporta marcas para que o sujeito se inscreva na sua singularidade, visto que o ato da enunciação é cada vez único e irrepetível.

### **3.2 Elementos para o tratamento da metalinguagem no constructo teórico de Émile Benveniste**

Na primeira parte deste capítulo, procuramos oferecer uma leitura ampla da obra de Benveniste, baseada em duas problemáticas essenciais para o entendimento dela: a significação e a enunciação. Acreditamos que, fornecendo um panorama das questões envolvidas no pensamento benvenistiano, podemos precisar a problemática da metalinguagem. Nosso propósito, neste momento, é trazer textos em que Benveniste formula questões relativas à metalinguagem. Em seguida, com base na leitura desses textos, procuramos destacar elementos que nos ajudem a pensar a metalinguagem dentro da teoria benvenistiana.

Em primeiro lugar, consideramos importante fazer algumas considerações a respeito da obra de Benveniste e do seu estilo de escrita que vão influenciar diretamente nosso percurso nesse item. A dificuldade de trabalhar com esse autor provém de alguns aspectos cuja ciência é fundamental: a) imprecisão terminológica; b) construção de conceitos ao longo da obra e c) imbricamento de conceitos. Esses três aspectos exigem, respectivamente, que a) tomemos cuidado em relação aos termos que o autor emprega; b) que leiamos sua obra de forma diacrônica, acompanhando a construção do seu raciocínio e c) que compreendamos os conceitos dentro de um escopo maior, relacionando-os uns com os outros. Corroboramos Flores (no prelo) ao afirmar que:

a teoria de Benveniste aceita ser lida como uma complexa rede cujos termos e noções estão interligados a partir de diferentes relações – hierárquicas, paralelas, transversais etc. – entre si. Nesse sentido, muitos dos conceitos propostos por Benveniste têm valor primitivo, na medida em que integram outros conceitos. Ou seja, os termos e as noções que fazem parte de um dado conceito contêm outros termos e noções e estes, por sua vez, estão contidos em muitos outros.

Não há, na obra de Benveniste, indicações claras do que o autor entende por metalinguagem. Entretanto, essa ausência não nos impede de tentar depreender, das

indicações que temos na sua obra, princípios que nos ajudem a pensar a metalinguagem dentro do pensamento benvenistiano.

Para tanto, pensávamos em duas metodologias distintas. A primeira, inspirada em Aya Ono (2007), consistia em fazer um levantamento cronológico das ocorrências da palavra metalinguagem (e outras relacionadas, como metalíngua e metalinguístico/a) e distinguir usos teóricos e não-teóricos dos termos. Os usos não-teóricos dizem respeito a empregos descritivos do termo, os usos teóricos são aqueles em que o termo é tomado como objeto de análise<sup>30</sup>. Essa metodologia também prevê o levantamento de noções associadas àquela escolhida como central (no caso de Ono, a enunciação). De acordo com essa metodologia, poderíamos fazer um levantamento dos termos metalinguagem, metalíngua e metalinguístico na obra de Benveniste. Como resultado, encontraríamos poucas ocorrências e deixaríamos de fora passagens em que encontramos a noção de metalinguagem, embora ela não esteja nomeada.

A outra metodologia que se oferecia era seguir o caminho indicado por Authier-Revuz (1995), que traz passagens de alguns textos de Benveniste ao tratar da questão da reflexividade das línguas naturais, questão central em sua obra. Constatamos que os textos mencionados em Authier-Revuz (1995, p. 9) coincidiam com os principais textos em que encontrávamos usos teóricos dos termos metalinguagem, metalíngua e metalinguístico/a. A eles, a autora acrescenta o texto “Comunicação animal e linguagem humana (1952).

Decidimos, portanto, seguir as indicações de Authier-Revuz (1995) e apresentar a leitura dos textos *Comunicação animal e linguagem humana* (1952), *A forma e o sentido na linguagem* (1966), *Semiologia da língua* (1969) e *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968). Escolhemos por fazer uma leitura cronológica desses textos, tentando acompanhar a evolução do raciocínio benvenistiano. Entretanto, faremos uma exceção no que diz respeito aos dois últimos textos, pois em *Semiologia da língua* (1969) Benveniste usa e explica a noção de relação de interpretância, que acreditamos estar intimamente relacionada com a de metalinguagem, ao passo que em “Estrutura da língua e estrutura da sociedade”, Benveniste fala sobre isso sem nomear a noção.

Cabe fazermos um breve parêntese para apresentar dois textos que decidimos não elencar em nossa seleção, embora tragam uma ocorrência de “metalíngua” e uma de “metalinguagem” e “metalíngua”. A ocorrência de “metalíngua” encontra-se em um artigo em

---

<sup>30</sup> Ono (2007) emprega essa metodologia para estudar a noção de enunciação em Benveniste. A partir de um levantamento de textos organizado cronologicamente e distingue os empregos da palavra enunciação em usos teóricos e não-teóricos. A autora também verifica três noções associadas à de enunciação, a saber, frase, instância de discurso e enunciado performativo.

que discute as relações dos verbos auxiliares (*Estrutura das relações de auxiliaridade* (1965)), na seguinte passagem: “isso permitiria formular duas definições lógicas do perfeito: 1) o perfeito, na metalíngua do francês, é a classe de todos os sintagmas que têm a forma *avoir* (ou *être*) + particípio passado x” (BENVENISTE, 2006, p. 185). Remetemos esse emprego a um uso gramatical do termo “metalíngua”, ou seja, uma língua dotada de um léxico especializado para classificar a língua ordinária. Cada língua natural teria sua metalíngua respectiva, assim, a metalíngua do francês é uma língua composta por termos específicos que servem para descrever a língua natural francesa.

Em entrevista dada a Guy Damur (*Esta linguagem que faz história* (1968)), encontramos ocorrências referentes à metalinguagem e a metalínguas. A entrevista versa sobre a linguística: sua história, relação com outras ciências, relações entre língua, história e sociedade, etc. Reproduzimos abaixo o trecho, um pouco longo, em que Benveniste fala sobre metalinguagem.

G.D. - A propósito destas línguas diversas das indo-europeias [línguas indígenas da América], o que um antropólogo como Lévi-Strauss pode dar à linguística?

É sempre útil ver como um etnólogo conceptualiza as categorias sociais pois, nestas línguas, estamos muito mais próximos da representação social do que nas nossas línguas, que são muito mais destacadas de seu objeto. Em nossas sociedades, há uma capacidade de distanciamento, de abstração, de afastamento entre a língua e os objetos concretos que ela descreve. **Podem-se construir línguas sobre línguas, o que se chama de metalínguas**, línguas que servem para descrever uma língua, que é sua única função.

G.D. - O senhor pode dar-nos um exemplo?

**A língua da gramática, que descreve o uso das formas da língua, é uma metalinguagem:** falar de substantivo, de advérbio, de vogal, de consoante, é falar uma metalinguagem. Todo o vocabulário da metalinguagem só encontra aplicação na língua. **Esta metalinguagem pode estar por sua vez descrita em uma língua 'formalizada' em símbolos lógicos**, colocando as relações de implicação entre ela ou tal categoria linguística. Por exemplo, no verbo francês a pessoa é implicada: não se pode empregar uma forma verbal (salvo o infinitivo) que não comporte referência à pessoa. É o caso do francês mas não necessariamente de todas as línguas

Isto já dá dois níveis. Pode-se, com um espírito mais voltado para a simbolização matemática, atingir um outro nível de abstração. Enquanto que as línguas das sociedades arcaicas, o que se conhece delas, são textos, transmitidos oralmente, lendas e mitos, são textos tradicionais, não são simples narrações. Rituais que servem para fazer chover, crescer as plantas. Nesse sentido, se esta muito mais perto da realidade vivida, da experiência. Deste ponto de vista, as análises dos etnógrafos podem ser muito esclarecedoras. (1968/2006, PLG II, p. 35-36, grifos nossos)

De acordo com Benveniste, pode-se sustentar que nas línguas de origem indo-europeia, existe uma capacidade de distanciamento e abstração em relação à realidade, logo as línguas não refletem diretamente categorias sociais. Sobre as línguas indígenas americanas, Benveniste indica que isso pode ser diferente, ou seja, essas línguas podem estar relacionadas

de maneira mais íntima com a sociedade. Essa capacidade de maior distanciamento e abstração em relação à realidade pode levar à outra construção abstrata, a de línguas cuja única função é descrever outras línguas. Em um primeiro nível, a metalinguagem, através de uma terminologia própria, serve para falar da língua. Em um segundo nível, essa metalinguagem pode, por sua vez, ser descrita através de outra metalinguagem, utilizando-se símbolos lógicos. Benveniste diz que se pode ir além e se construir um terceiro nível de abstração, no qual a linguagem lógica é descrita através de simbolização matemática. Este uso de “metalinguagem” e “metalíngua(s)” em Benveniste aproxima-se bastante do uso dessas palavras na tradição dos estudos lógicos (cf. Supra 3.1).

### 3.2.1 A metalinguagem na obra de Benveniste

Fechamos os parênteses e voltamos ao nosso percurso pela obra de Benveniste conforme as indicações de Authier-Revuz (1995). O primeiro texto que a autora trata é *Comunicação animal e linguagem humana* (1952). Neste texto, Benveniste examina a possibilidade de existência de uma linguagem no mundo animal, advertindo desde o início que “as condições fundamentais de uma comunicação propriamente linguística parecem faltar no mundo dos animais, mesmo superiores” (2005, p. 60). Entretanto, o autor destaca alguns estudos feitos com abelhas, que parecem indicar que esses animais têm um modo de comunicar-se. De fato, a partir de experiências realizadas por Karl von Frisch, observou-se que uma abelha que sai da sua colmeia e encontra alimento, na sua volta, comunica essa descoberta às demais abelhas através de dois tipos distintos de dança. Essas abelhas, por sua vez, saem à procura do local do alimento e encontram-no sem falhas.

Os estudos de Frisch esclareceram que as danças significam a distância entre o alimento e a colmeia. Uma das danças, executada em forma de círculos, indica que o alimento está a uma curta distância da colmeia, aproximadamente em um raio de 100 metros. A outra dança, realizada em movimentos que imitam o número 8, indica que o alimento localiza-se a uma distância de cem metros a seis quilômetros. A distância é indicada pela velocidade da dança, quanto mais lenta, mais longe o alimento está. A dança também fornece a localização do alimento em relação ao eixo que este local forma com o sol.

Benveniste vê, nesse sistema de comunicação, condições básicas que aproximam as abelhas dos humanos: “a capacidade de formular e interpretar um 'signo' que remete a uma

certa 'realidade', a memória da experiência e a aptidão para decompô-la” (BENVENISTE, 2005, p. 64). Além da questão da simbolização, ou seja, a representação de dados objetivos em gestos formalizados, Benveniste afirma que a situação e função também são as de uma linguagem, pois a) o sistema é válido dentro de uma dada comunidade e b) os membros da mesma têm condições de compreendê-lo e utilizá-lo.

As diferenças entre tal sistema e a linguagem humana são, entretanto, consideráveis. A primeira diz respeito ao modo de produção gestual, o que coloca limitações que a linguagem humana, expressada através do aparelho fonador, não conhece. Benveniste reconhece outra diferença fundamental que diz respeito a um segundo aspecto da situação da comunicação. A mensagem das abelhas provoca uma conduta, e não uma resposta, ou seja, não há diálogo. Nas palavras do autor

porque não há diálogo para as abelhas, a comunicação se refere apenas a um certo dado objetivo. **Não pode haver comunicação relativa a um dado 'linguístico'**, não só por não haver resposta, sendo a resposta uma reação linguística a outra manifestação linguística, mas também no sentido de que a mensagem da abelha não pode ser reproduzida por outra que não tenha visto ela mesma os fatos que a primeira anuncia. [...] Vê-se a diferença da linguagem humana, em que, no diálogo, a referência à experiência objetiva e a reação à manifestação linguística se misturam livremente, ao infinito. **A abelha não constrói uma mensagem a partir de outra mensagem.** (2005, p. 65, grifos nossos)

Em outras palavras, embora as abelhas possam simbolizar os dados objetivos através de uma dança, elas não podem transformar a dança como realidade com base na qual se constrói uma resposta. Os seres humanos, por sua vez, são plenamente capazes de construir uma mensagem linguística a partir de outra mensagem linguística, dispensando a referência à realidade objetiva, pois a própria linguagem pode construir uma referência. Diz Benveniste “o caráter da linguagem é o de propiciar um substituto da experiência que seja adequado para ser transmitido sem fim no tempo e no espaço, o que é típico do nosso simbolismo e o fundamento da tradição linguística” (2005, p. 65). Podemos pensar que as abelhas não podem passar desse nível rudimentar que exige a referência à realidade. Já a linguagem humana, que pode abrir mão da realidade, pode levar essa capacidade de simbolização mais adiante, sendo a metalinguagem uma forma de representação linguística de outra representação linguística. Benveniste afirma que “a linguagem das abelhas denota um simbolismo particular que consiste num decalque da situação objetiva [...] na linguagem humana, o símbolo em geral [...] não há relação necessária entre a referência objetiva e a forma linguística” (2005, p. 66).

Outra diferença diz respeito ao conteúdo da mensagem. Para as abelhas, o alimento e sua localização são sua única possibilidade de comunicação, em contraste com os conteúdos

ilimitados da linguagem humana. Além disso, não se pode decompor a mensagem das abelhas, ao contrário da linguagem humana, formada por elementos que podem ser combinados livremente, segundo regras, o que permite a linguagem humana tudo dizer.

A partir dessas características da comunicação animal, a saber, a fixidez do conteúdo, a invariabilidade da mensagem, a referência a uma única situação, a natureza indecomponível do enunciado e sua transmissão unilateral (BENVENISTE, 2005, p. 67), o autor conclui o texto reafirmando o que havia dito no princípio e que está claro no próprio título: as abelhas se comunicam através de um código de sinais. Entretanto, não deve passar despercebido o fato de que essa forma de linguagem se dá em animais que vivem em sociedade, pois é justamente a sociedade a condição da linguagem.

O próximo texto mencionado por Authier-Revuz é *A forma e o sentido na linguagem* (1966), reprodução de uma comunicação endereçada a filósofos por ocasião do XIII Congresso das Sociedades de Filosofia de Língua Francesa, em 1966. Benveniste inicia o texto afirmando que o assunto a ser tratado convém mais a um filósofo do que a um linguista, qual seja, o da relação forma/sentido na linguagem. Sua exposição é fruto de reflexões próprias, pois não existe um ponto de vista dos linguistas a respeito do assunto e até mesmo algumas correntes da linguística, como o estruturalismo americano representado por Bloomfield, excluía essa preocupação do escopo de estudos. Relegado ao âmbito subjetivo, caberia aos psicólogos ou psicolinguistas dizer algo sobre o tema.

A relação forma/sentido leva diretamente ao cerne do problema mais importante, o da significação. Nas palavras de Benveniste: “antes de qualquer coisa, a linguagem significa, tal é seu caráter primordial, sua vocação original que transcende e explica todas as funções que ela assegura no meio humano” (2006, p. 229). Dentre as diversas funções, o autor lembra-nos que “bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para viver” (2006, p. 222). A questão da significação, diz Benveniste, é tão ampla que, por dizer respeito a diversas ciências, não é retida por nenhuma. Embora ele reconheça os esforços provenientes da lógica (por exemplo, Carnap e Quine), afirma que os procedimentos por eles estabelecidos não são operantes para a linguística. Benveniste formula dois pontos essenciais para a linguística: a) é próprio da linguagem significar e b) a língua é realizada vocalmente a partir de um conjunto de sons organizados em palavras dotadas de sentido. A isso equivale a formulação saussuriana de que a língua é um sistema de signos. É a própria noção de signo que integra, no estudo da língua, a noção geral de significação. Benveniste afirma que Saussure, ao introduzir essa noção, pensava ter dito tudo a respeito da natureza da língua, mas Benveniste acredita que deve ir além de onde Saussure parou. É assim que o autor começa a formular a questão da

significação através da distinção entre os níveis semiótico e semântico, cujos embriões já se podiam encontrar em *Os níveis de análise linguística* (1954), conforme mostramos em 3.1.2.

Em semiologia, o significado de um signo não é definido. Não se trata de perguntar: o que significa?, mas sim: significa ou não? A resposta é dada pelo uso do signo em uma comunidade. Se reconhecido como tal, ele existe. A noção de uso é o critério para a definição da existência de um signo. Mas isso tudo, diz Benveniste, diz respeito à ordem do semiótico, ou seja, ao domínio intra-linguístico, no qual basta que os signos estejam em uma rede de relações opositivas uns com os outros: “ser distintivo e ser significativo é a mesma coisa” (2006, p. 228). Disso resultam três consequências: 1) no semiótico, não se trata da relação do signo com a coisa denotada, nem da relação entre língua e mundo; 2) o signo tem apenas valor genérico e conceitual, não admitindo significado particular e 3) as oposições semióticas são do tipo binário.

Tudo isso diz respeito ao signo. Entretanto, a comunicação se dá por frases. Contrário à ideia de que a frase possa ser considerada um signo ou que se possa, por extensão ou adição do signo, passar à proposição e depois aos tipos de construção sintática, Benveniste afirma que signo e frase são dois mundos diferentes, cada um exigindo descrições distintas (2006, p. 229). Benveniste formula uma separação, na língua, entre dois domínios do sentido e da forma: “há para a língua duas maneiras de ser língua no sentido e na forma” (2006, p. 229). Essa separação em nada lembra a dicotomia língua e fala, pois essas duas formas de ser língua estão na língua. Uma delas é o semiótico, do qual já tratamos, e a outra é o semântico, que nos introduz no “domínio da língua em emprego e em ação [...] a língua na sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas” (2006, p. 229). A expressão semântica é a frase, da atualização linguística do pensamento.

Assim, do semiótico ao semântico há uma mudança radical de perspectiva. Enquanto o semiótico é dado como uma propriedade da língua, o semântico resulta de uma atividade do locutor, que coloca a língua em ação. Voltando à relação forma/sentido, Benveniste diz que o sentido (na acepção semântica) se realiza na e por uma forma específica, sintagmática, diferentemente do semiótico, no qual se dá através de uma relação paradigmática. Define-se então que o sentido de uma frase é “a ideia que ela exprime” (2006, p. 230), ele se dá formalmente na língua através da organização sintática das palavras. Como o sentido se realiza no semântico? “A partir da ideia cada vez particular, o locutor agencia palavras que neste emprego tem um 'sentido' particular” (2006, p. 231). Introduce-se também um termo que não era requisitado na análise semiótica, o da referência, ou seja, o referente particular ao qual a palavra corresponde na circunstância ou no uso. Assim, a referência da frase, diferentemente

do sentido, é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso a qual ela se relaciona, que não podemos prever (2006, p. 231). Essa noção, e sua distinção da de sentido, é essencial, visto que “ainda que se compreenda o sentido individual das palavras, pode-se muito bem, fora da circunstância, não compreender o sentido que resulta da junção das palavras” (2006, p. 231).

Da discussão entre forma/sentido, organizada a partir da relação semiótico e semântico, Benveniste afirma que se pode transpor o semantismo de uma língua para o de outra, mas não se pode fazer isso com o semiotismo. De acordo com o autor:

no entanto, que a tradução se torne possível como processo global é também uma constatação essencial. Este fato revela a **possibilidade que temos de nos elevarmos além da língua, de abstraí-la, de contemplá-la, ainda que utilizando-a em nossos raciocínios e em nossas observações. A faculdade metalinguística**, a que os lógicos têm estado mais atentos do que os linguistas, é a prova da situação transcendente do espírito 'vis-a-vis' da língua em sua capacidade semântica. (2006, p. 233, grifos nossos)

O fato de que Benveniste trate da tradução não é um acaso, pois a tradução, quer seja intralinguística ou interlinguística (como formula Jakobson, 1974, p. 64), diz respeito a uma atividade de caráter metalinguístico, que envolve a capacidade de abstração e distanciamento. Também não é por acaso que a única possibilidade de tradução se dê através da transposição do semantismo da língua, embora, como afirma Benveniste, a tradução enquanto processo global seja possível, visto que os dois sistemas (semiótico e semântico) se imbricam na língua que utilizamos. Reformulando a última frase da citação acima, podemos dizer que a faculdade metalinguística é a prova da situação transcendente do espírito *vis-a-vis* da capacidade semântica da língua. Isso nos leva a pensar que a metalinguagem diz respeito ao domínio do semântico, porque está relacionada com a língua em uso, com a atividade de um locutor que a utiliza “como instrumento da descrição e do raciocínio” (BENVENISTE, 2006, p. 229). Como explica o autor, “somente o funcionamento semântico da língua permite a integração da sociedade e adequação ao mundo” (BENVENISTE, 2006, p. 229). Além disso, o semântico diz respeito às relações entre o homem e o homem, o homem e o mundo e o espírito e as coisas através das diferentes funções que a língua habilita o homem a executar, organizando a sua vida.

O próximo texto de que tratamos é *A semiologia da língua* (1969). Benveniste inicia este artigo sintetizando as posições de Peirce e Saussure a respeito da possibilidade de uma ciência dos signos por esses autores. A partir disso, surge um problema: qual o lugar da língua entre os sistemas de signos?

Peirce formula um quadro muito geral que reparte os signos em três tipos: ícones, índices e símbolos. A língua se reduz às palavras, consideradas signos na sua maior parte “símbolos” e algumas “índices”. Existem variedades de signo: qualisigno, sinsigno e legisigno, mas essa distinção não tem pertinência no que diz respeito à língua. Em Peirce, de acordo com Benveniste, o signo está na base do universo inteiro, funcionando como princípio de definição para cada elemento e como princípio de explicação para todo conjunto. Mas se tudo é signo, de que um signo é signo que não seja signo? Ou seja, onde amarrar a primeira relação de signo? Para Benveniste (2006, p. 45), o que falta na reflexão de Peirce é que se admita uma diferença entre signo e significado e que todo signo seja tomado e compreendido em um sistema de signos (condição de significância).

É justamente aí que entra Saussure, que parte da língua, tomando-a por ela mesma. A Linguística tem uma tripla tarefa: 1. descrever sincronicamente e diacronicamente todas as línguas conhecidas; 2. depreender as leis gerais que operam nas línguas; 3. delimitar-se e definir-se a si mesma (SAUSSURE, 1975, p. 13). A terceira tarefa não é igual às outras, pois absorve-as e extingue-as. Para Saussure, uma linguística não é possível sem a condição de conhecer-se e descobrir seu objeto próprio.

À pergunta “qual é o objeto ao mesmo tempo integral e concreto da linguística?” (1975, p. 15), Saussure responde que esse objeto não se oferece, por isso a necessidade de separar língua da linguagem. Segundo Benveniste (2006, p. 47), a redução da linguagem à língua permite colocar a língua como princípio de unidade e encontrar seu lugar entre os fatos humanos (princípio de classificação). Estes dois princípios são conceitos que introduzem a semiologia, ciência que Saussure concebe para estudar “a vida dos signos no seio da vida social” (1975, p. 24), da qual a linguística faria parte. Para ele, a língua é um sistema de signos, entendidos como a união de um conceito e uma imagem acústica, igualmente psíquicos. O signo é uma noção linguística, que mais largamente se estende a certas ordens de fatos humanos e sociais. Existem outros sistemas de signos homólogos à língua, mas a língua é o mais importante deles, portanto, a linguística pode tornar-se padrão de toda semiologia. Benveniste questiona se os exemplos de outros sistemas de signos que Saussure fornece, tais como os ritos simbólicos e as formas de polidez, seriam sistemas autônomos, pois para Benveniste, esses signos supõem a língua para se estabelecerem como sistemas. Assim, tanto quanto os próprios sistemas, interessa à semiologia a relação entre eles. O problema central da semiologia é então o estatuto da língua em meio aos sistemas de signos.

Esboçando as características comuns entre os sistemas de signos, Benveniste (2006, p. 52) afirma que o caráter comum a todos que serve como critério de sua ligação à semiologia é

a sua propriedade de significar ou significância e sua composição em unidades de significância, ou seja, os signos. Um sistema semiológico se caracteriza por:

- 1) seu modo operatório: maneira como o sistema age, o sentido ao qual ele se dirige;
- 2) seu domínio de validade: aquele em que o sistema se impõe e deve ser reconhecido;
- 3) natureza e número de signos: funções das condições acima;
- 4) tipo de funcionamento: relação que une os signos.

Aplicando essas características ao sistema de sinais de trânsito, Benveniste (2006, p. 52) formula que: 1) seu modo operatório é visual, geralmente diurno e em céu aberto; 2) seu domínio de validade é o deslocamento dos veículos; 3) os signos são constituídos pela oposição verde/vermelho, ou seja, formam um sistema binário e 4) seu tipo de funcionamento é uma relação de alternância entre verde/vermelho, que significa, de forma prescritiva: “siga/pare”.

Essas características formam dois grupos. Ao passo que 1 e 2 fornecem condições externas, empíricas e admitem variações, 3 e 4 indicam relações internas, semióticas e não aceitam variações.

Disso Benveniste depreende dois princípios relativos às relações entre sistemas semióticos (2006, p. 53), o princípio de não-redundância e o princípio que diz respeito ao signo. Em relação ao primeiro, entende-se que não pode haver sinonímia entre sistemas semióticos, ou seja, dois sistemas de tipo diferente não podem ser mutuamente conversíveis, pois o homem não pode dispor de vários sistemas diferentes para a mesma relação de significação. Em relação ao segundo princípio, tem-se que dois sistemas podem ter um mesmo signo em comum sem que resulte em sinonímia ou redundância, pois o que conta é sua diferença funcional. Dito de outra forma, “o valor de um signo se define somente no sistema que o integra” (BENVENISTE, 2006, p. 54). Não há signo trans-sistemático.

Sobre a relação entre os sistemas, há ainda que se fazer duas condições. A primeira estabelece que a relação entre os sistemas semióticos precisa, ela própria, ser de natureza semiótica. A segunda condição estabelece se um dado sistema pode se auto-interpretar ou se deve receber interpretação de outro sistema. Trata-se assim de uma relação entre sistema interpretante e sistema interpretado. A dissimetria desta relação remonta à primeira causa da impossibilidade de reversibilidade: a situação particular da língua entre os sistemas de signo.

A noção de unidade está no centro do problema, pois se deve diferenciar a unidade do signo: o signo é necessariamente uma unidade, mas a unidade pode não ser um signo. Isso resulta em diferenciar sistemas fundados sobre unidades significantes (por exemplo, língua) e sistemas com unidades não significantes. Pode-se também distinguir sistemas em que a

significância é posta pelo autor na obra e sistemas em que a significância é expressa pelos elementos em seu estado isolado. No que diz respeito à língua, Benveniste (2006, p. 60) afirma que sua significância é a significância mesma, o que funda a possibilidade de troca, comunicação e cultura. Toda semiologia de um sistema não-linguístico deve pedir emprestada a interpretação da língua, o que leva Benveniste a formular que “a língua é o interpretante de todos os outros sistemas, linguísticos ou não-linguísticos” (2006, p. 61).

O autor apresenta três tipos de relações entre sistemas semióticos. A primeira é a relação de engendramento: partindo do princípio que um sistema pode engendrar outro sistema, ela vale para dois sistemas distintos e contemporâneos, mas da mesma natureza, sendo o segundo construído a partir do primeiro e preenchendo uma função específica. A segunda é a relação de homologia, que estabelece correlação entre as partes de dois sistemas semióticos. Tal relação é instaurada em virtude de conexões descobertas ou estabelecidas entre dois sistemas distintos. A terceira relação entre sistemas semióticos é denominada de relação de interpretância e é instituída entre um sistema interpretante e um sistema interpretado. Essa relação é fundamental do ponto de vista da língua, pois divide os sistemas entre aqueles que articulam, porque manifestam sua própria semiótica e sistemas que são articulados. A língua é o único sistema semiótico que pode tudo categorizar e interpretar, inclusive ela mesma.

De acordo com Benveniste (2006, p. 63), a língua nos fornece o único modelo de um sistema que seja semiótico simultaneamente na sua estrutura formal e no seu funcionamento, pois:

- 1º ela se manifesta pela enunciação, que contém referência a uma situação dada; falar, é sempre falar-de;
- 2º ela consiste formalmente de unidades distintas, sendo que cada uma é um signo;
- 3º ela é produzida e recebida nos mesmos valores de referência por todos os membros de uma comunidade;
- 4º ela é a única atualização da comunicação intersubjetiva. (BENVENISTE, 2006, p. 63)

É por essas razões que a língua é a organização semiótica por excelência. Ela exerce uma “modelagem semiótica”, conferindo a outros conjuntos a qualidade de sistemas significantes. Essa propriedade da língua decorre da sua maneira específica de significar, que se encontra somente na língua. Nas palavras do autor: “ela é investida de uma DUPLA SIGNIFICÂNCIA” (BENVENISTE, 2006, p. 64, grifos do autor), ou seja, dois modos distintos de significância: o semiótico e o semântico, já esboçados no texto que tratamos anteriormente.

O semiótico diz respeito ao modo de significação próprio do signo linguístico. O estudo semiótico consiste em identificar as unidades, descrever suas marcas distintivas e descobrir os critérios sutis de distintividade. Seu critério de validade é o reconhecimento. Já o semântico diz respeito ao modo de significância engendrado pelo discurso. O semântico toma a seu encargo o conjunto de referentes e se identifica ao mundo da enunciação e do discurso. Seu critério de validade é a compreensão. Ou seja, no semiótico, trata-se de identificar a forma como um signo que faz parte de um repertório; no semântico, trata-se de compreender o sentido da unidade (que pode ir além do signo) empregada.

A língua é o único sistema em que a significação se articula assim, comportando a significância dos signos e a significância da enunciação. Nas palavras de Benveniste:

O privilégio da língua é de comportar simultaneamente a significância do signo e a significância da enunciação. Daí provém seu poder maior, o de criar um segundo nível de enunciação, em que se torna possível sustentar propósitos significantes sobre a própria significância. É nesta **faculdade metalinguística** que encontramos a origem da **relação de interpretância pela qual a língua engloba os outros sistemas**. (2006, p. 66, grifos nossos)

Aí encontramos uma indicação de que a faculdade metalinguística diz respeito à relação de interpretância, ou seja, ao fato de que sistemas semióticos possam tomar outros como objeto e interpretá-los. Como Benveniste não cansa de afirmar, a língua é o único sistema semiótico capaz de prover a interpretância aos outros e a si mesma. É por isso que se pode criar o segundo nível que Benveniste menciona, no qual se pode tomar a própria significância como objeto de enunciação. É justamente nesse segundo nível em que encontramos a faculdade metalinguística, ou seja, a de poder enunciar “propósitos significantes sobre a própria significância” (BENVENISTE, 2006, p. 66.).

Benveniste afirma que se deve ultrapassar a noção saussuriana de signo como princípio único da língua, pois existe também a frase e entre eles não há transição. A língua comporta dois domínios distintos e cada um exige seu próprio aparelho conceitual. Para o modo semiótico, serve de base a teoria saussuriana, mas o domínio do semântico exige um novo aparelho de conceitos e definições. O autor indica duas vias de ultrapassagem da noção saussuriana de signo:

1. na análise intralinguística, pela abertura de uma nova dimensão da significância, a do discurso (semiótico e semântico dizem respeito à língua);
2. na análise translinguística dos textos e obras, pela elaboração de uma metasemântica construída sobre a semântica da enunciação.

Finalizamos nosso percurso pela obra de Benveniste com o texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968). Como indicamos anteriormente, optamos por inverter a ordem entre este texto e *A semiologia da língua* (1969), visto que encontramos, no texto anterior, uso e explicação do termo “relação de interpretância”. No texto de que tratamos a seguir, Benveniste, embora não nomeie o conceito, lança mão dele ao discutir as relações entre a língua e a sociedade, criticando posturas até então adotadas que não eram produtivas para o debate. Por um lado, a linguagem é o único meio disponível para o homem transmitir e receber mensagens, exigindo e pressupondo o outro, ou seja, a sociedade é dada com a linguagem. Por outro lado, a sociedade só pode ser sustentada pelo uso comum de um sistema de comunicação, assim a linguagem é dada com a sociedade. Dada a estreita relação entre ambas, parece natural e óbvio que se devesse encontrar correlações entre elas. Entretanto, Benveniste afirma que os estudiosos da questão concluem que não há analogia estrutural entre linguagem e sociedade, tampouco há analogia no que diz respeito à evolução histórica da linguagem e sociedade.

Há pontos de vista divergentes em relação ao assunto. Alguns afirmam que sociedade e cultura são independentes da língua, enquanto outros postulam que a língua é o espelho da sociedade, refletindo a estrutura social e servindo de índice de mudanças. Benveniste (2005, p. 95) explica que procurar relações unívocas no que diz respeito à estrutura é uma visão muito simplista, visto que a língua é constituída por unidades discretas, em número finito, combináveis e hierarquizadas, ao passo que a sociedade possui uma estrutura de natureza dupla: por um lado, existe o sistema relacional, de parentesco; por outro, existe o sistema de relação de divisão entre classes sociais. Isso leva o autor a concluir que “não existe correspondência nem de natureza nem de estrutura entre os elementos constitutivos da língua e os elementos constitutivos da sociedade” (BENVENISTE, 2005, p. 95).

Isso o leva a examinar as noções de língua e sociedade. Benveniste estabelece algumas distinções, dividindo cada uma das entidades em dois níveis: o histórico e o fundamental. Em relação à língua, pode-se tomá-la como um idioma empírico (por exemplo: a língua francesa, a língua chinesa, etc.), temos aí o nível histórico; podemos também tomá-la como um sistema de formas significantes, a condição primeira de comunicação, o que nos coloca no nível fundamental. Em relação à sociedade, podemos pensá-la como um dado empírico e histórico (por exemplo: a sociedade francesa, a sociedade chinesa, etc.) e aí estamos no nível histórico e podemos pensá-la como a coletividade humana, a condição primeira de existência dos homens, ou seja, o nível fundamental.

Como afirmado anteriormente, o nível histórico não oferece possibilidades de

analogia. Entretanto, é em relação ao nível fundamental que podemos traçar algumas homologias. Em primeiro lugar, língua e sociedade são, para o homem, realidades inconscientes, representando a expressão e o meio naturais. Não podem ser concebidas de outra forma, nem imaginadas como ausentes. Em segundo lugar, ambas as entidades são sempre herdadas, ou seja, não há possibilidade de se estabelecer um começo, tampouco podem ser modificadas pela vontade dos homens. As únicas características da língua e da sociedade passíveis de serem transformadas pelos homens são as designações (que dizem respeito à língua) e as instituições (que dizem respeito à sociedade).

Assim, a relação entre língua e sociedade não é estrutural, visto que se organizam de maneiras diferentes; nem tipológica, pois o tipo da língua não influi sobre a natureza da sociedade; tampouco é de natureza histórica ou genética, pois o nascimento de uma não depende do nascimento da outra. Considerando a língua como meio de análise da sociedade, devemos tomá-las em sincronia e em uma relação semiológica, a **relação do interpretante com o interpretado**. Benveniste formula duas proposições: “em primeiro lugar, a língua é o interpretante da sociedade; em segundo lugar, a língua contém a sociedade” (2005, p. 97). Assim, de acordo com o autor, a língua interpreta a sociedade, que só se torna significativa na e pela língua. A sociedade é o interpretado pela língua. O papel de interpretante é o de fazer existir o interpretado e transformá-lo em noção inteligível e, para isso, a língua deve satisfazer duas condições.

A primeira diz respeito a sua permanência. Embora a sociedade evolua constantemente, de maneira lenta ou rápida, o interpretante não deve mudar enquanto tal, ou seja, a língua pode nomear todas as produções sociais e tecnológicas, mas tais mudanças não reagem diretamente sobre sua própria estrutura.

A segunda condição diz respeito ao fato da língua ser o instrumento de comunicação comum a todos os membros da sociedade, pois é investida de propriedades semânticas que a habilitam a produzir sentidos. Isso se deve ao fato da estrutura da língua ser composta por signos em número finito, mas que podem ser combinados em número infinito. Entre essas duas propriedades encontra-se a propriedade sintagmática, ou seja, a propriedade de combinar os signos em certas regras de consecução. Nas palavras de Benveniste

a língua é necessariamente o instrumento próprio para descrever, para conceitualizar, para interpretar tanto a natureza quanto a experiência, portanto este composto de natureza e de experiência que se chama a sociedade. E graças a este poder de transmutação da experiência em signos e de redução categorial que a língua pode tomar como objeto qualquer ordem de dados e até a sua própria natureza. **Há uma metalinguagem, não há uma metassociedade.** (2006, p. 99, grifos nossos)

O recorte que fizemos deste artigo ajuda-nos a esclarecer a relação entre interpretante e interpretado, que Benveniste nomearia em 1969 de relação de interpretância. Aqui também vemos a propriedade de simbolizar da linguagem intimamente relacionada com a metalinguagem, pois é sua capacidade de transmutar a experiência em signos que a permite ir além e criar outros níveis de abstração, representando em signos até a sua própria natureza.

A partir da leitura desses textos, vamos reunir elementos para se pensar a metalinguagem na obra de Benveniste.

### **3.3 A metalinguagem no pensamento benvenistiano: algumas derivações**

Do exposto acima, podemos verificar em que passagens da obra de Benveniste a questão da metalinguagem vem à tona. Em primeiro lugar, Authier-Revuz (1995, p. 9) indica-nos que, no texto *Comunicação animal e linguagem humana* (1952/2005), Benveniste trata dessa questão, ainda que não a nomeie. Nesse caso, encontramos referência quando o autor trata de uma das propriedades fundamentais da linguagem: a de simbolização. No texto *A forma e o sentido na linguagem* (1966), Benveniste traz a questão da metalinguagem ao tratar da distinção entre dois modos de significância da língua, o semiótico e o semântico, afirmando que a faculdade metalinguística diz respeito ao modo semântico. Em *A semiologia da língua* (2006), Benveniste também trata da metalinguagem em relação aos modos semiótico e semântico, mas traz também uma questão importante, a relação de interpretância, que tem origem na faculdade metalinguística. Neste texto também é importante a explicação que Benveniste fornece a respeito da língua como único sistema semiótico capaz de interpretar os outros e a si própria, sendo essa última característica o que sustenta a possibilidade de metalinguagem. No último texto que abordamos, *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), Benveniste evoca novamente a relação de interpretância ao destacar o papel da língua de interpretante da sociedade.

Em primeiro lugar, podemos afirmar que a metalinguagem, ou seja, a capacidade da língua de tomar a si própria como objeto é uma propriedade fundamental das línguas naturais. Benveniste afirma que, ao tratar da diferença entre comunicação animal e linguagem humana, pode-se “tomar consciência do que caracteriza realmente a linguagem humana” (2005, p. 65). É uma diferença “capital” entre ambas o fato de que a linguagem humana recria a experiência

da realidade e que tal recriação pode ser transmitida sem a referência à realidade. Diferentemente, a comunicação entre as abelhas diz respeito apenas à representação de uma situação objetiva através de sinais. Como Benveniste indica no texto *Essa linguagem que faz história*, há outros níveis superiores a este; é neles que encontramos a metalinguagem. Se entendemos a metalinguagem como a linguagem empregada para falar de si própria, podemos pensar que a referência, nesse caso, é a própria língua, atualizada em discurso.

A Teoria da Enunciação de Benveniste promove um deslocamento essencial ao propor a referência não em relação com a realidade exterior, mas sim a referência que é criada pelo discurso no momento da enunciação. A referência diz respeito à situação de discurso. Isso torna-se mais pertinente quando se pensa na metalinguagem, cuja referência é a própria língua. Entretanto, para Benveniste, a língua não é senão possibilidade de língua, atualizada pela enunciação. Acreditamos que, de forma coerente com o pensamento benvenistiano, em vez de metalinguagem, podemos pensar em metaenunciação, visto que é sempre uma enunciação sobre outra enunciação. Em outras palavras, há uma enunciação de retorno ao discurso enunciado. Nesse caso, o discurso enunciado passa a ser a referência do discurso atual, o que constitui, segundo nosso ponto de vista, a metaenunciação.

Em segundo lugar, devemos considerar a posição da metalinguagem no que concerne aos diferentes modos de significância da língua, o semiótico e o semântico. Como já dissemos, Benveniste afirma que a faculdade metalinguística diz respeito ao semântico. Podemos encontrar duas justificativas para essa ideia. Em primeiro lugar, é apenas no semântico que encontramos a referência que, como vimos anteriormente, possui um estatuto particular a respeito da metalinguagem, pois a referência é a própria língua atualizada no discurso. Em segundo lugar, porque é apenas no semântico que vemos a língua na sua “função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo e entre o espírito e as coisas [...], como instrumento da descrição e do raciocínio” (BENVENISTE, 2006, p. 229). Além disso, é apenas o funcionamento semântico que torna possível a integração da sociedade e a adequação ao mundo. Ou seja, é apenas no semântico que encontramos as propriedades da língua para além de um sistema de signos, tais como a questão da mediação e da integração à sociedade.

Em *A semiologia da língua* (2006), Benveniste fornece uma explicação semiológica para o fato de que a língua ocupa um lugar de destaque entre os sistemas semióticos, podendo interpretá-los e interpretar a si mesma. Benveniste nomeia os outros sistemas de interpretados, e a língua de interpretante. A relação que se estabelece entre esses sistemas é a de interpretância. Tal relação tem origem na faculdade metalinguística, ou seja, a capacidade de

criar um segundo nível de enunciação, o que só é possibilitado, por sua vez, pelo modo particular de significância da língua, que conjuga o semiótico e o semântico.

O entendimento do modo semântico e da referência é de fundamental importância para nosso estudo. O referente, excluído por Saussure na questão do signo linguístico, retorna à Linguística através de Benveniste não como referente, mas sim como referência criada no discurso através da enunciação. Nas palavras do autor,

na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e para o outro, a possibilidade de co-referir identificamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação. (2006, p. 84)

Acreditamos que podemos entender a metalinguagem no pensamento benvenistiano como a **propriedade da língua de construir uma referência sobre si própria**. Tal construção se dá através de mecanismos que denominamos **“mecanismos de interpretância da língua”**. Acreditamos que tal denominação está em consonância com as considerações de Benveniste a respeito da relação de interpretância, pois é através dessa relação que a língua, sistema semiótico de características únicas, é capaz de se auto-referir e interpretar a si própria. Esses mecanismos exigem que o sujeito se volte sobre a língua, tomando-a como referência e re-interpretando-a. Se Benveniste afirma que “a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo” (2006, p. 84), podemos reformular isso afirmando que, ao mobilizar mecanismos de interpretância, **a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação consigo mesma**.

Retomando o que dissemos até agora, podemos indicar a existência de um primeiro nível de criação de referência, no qual a língua é empregada para referir-se à realidade e os referentes passam a ser uma referência criada no discurso. Nesse nível, o locutor refere e o co-locutor co-refere a realidade estabelecida no discurso. Postulamos também a existência de um segundo nível de criação de referência, no qual o locutor retorna ao dizer (seu ou do outro), tomando a língua-discurso como referência a ser criada.

### **Quadro 1: Esquema dos níveis de criação de referência**

O quê	Quem	Para quê
Nível 1: criação de referência = enunciação	Locutor: refere Alocutário: co-refere	Expressão de uma certa relação com o mundo.
Nível 2: criação de referência que toma a língua-discurso como referente = metaenunciação	Locutor: refere Alocutário: co-refere Co-locutor: cria nova referência no discurso atual ao retomar o discurso anterior	Expressão de uma certa relação da língua consigo mesma, via discurso.

Acreditamos que a maneira através da qual cada locutor se volta sobre a língua é absolutamente singular e, sendo um novo ato de enunciação, os mecanismos de interpretância mobilizam a subjetividade do locutor, ou seja, os modos através dos quais ele pode se inscrever como sujeito da/na linguagem. A subjetividade intervém nessa interpretação que o locutor faz da língua e na enunciação pela qual ele a expressa.

Devemos esclarecer que a divisão entre semiótico e semântico é apenas para fins metodológicos, pois na enunciação ambos se encontram imbricados. Visto que a enunciação é justamente “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2006, p. 82), encontram-se nesse ato os dois modos de significância da língua, inseparáveis. Dissemos que a metalinguagem diz respeito ao semântico, pois seu funcionamento está relacionado com a criação de referência, mas na enunciação, ambos os modos se encontram mobilizados. Os mecanismos de interpretância, embora destaquem o semântico, pressupõe uma relação de imbricamento entre semiótico e semântico.

Cabe-nos mencionar que fenômenos poderiam ser entendidos como mecanismos de interpretância, que constroem referência a partir da própria língua. Podemos categorizar como mecanismos de interpretância fenômenos como o discurso indireto, no qual o locutor, ao enunciar, remete-se a uma enunciação anterior, tomando-a como referência e, através dos verbos *dicendi* (ou introdutores, como propõe Fiorin (2001)), interpreta a primeira enunciação.

Pode-se incluir nesses mecanismos a paráfrase e o estabelecimento de relações de sinonímia e antonímia, entendidos como reformulações que destacam o sentido e colocam em jogo a interpretação de um dizer anterior. Isso pode incluir tanto os casos em que o locutor reformula seu próprio dizer quanto casos de em que o locutor reformula o dizer do outro. Ou seja, é um mecanismo consideravelmente amplo e que se faz bastante presente nas enunciações cotidianas.

Alguns casos de autonímia também poderiam ser considerados como mecanismos de

interpretância. Casos clássicos, como “Paris tem cinco letras”, em que o signo é usado não para remeter ao referente, mas a si mesmo enquanto signo, podem estar relacionados com a propriedade da língua de referir a si mesma, mas não há relação de interpretância nesse retorno sobre o dizer. Entretanto, os casos de modalização autonímica, tão bem descritos por Authier-Revuz (1995) poderiam ser considerados como um mecanismo de interpretância em que o locutor é levado a reconhecer explicitamente a tomada da língua como referência, fazendo uma auto-representação da enunciação no próprio momento em que ela é proferida (AUTHIER-REVUZ, 2003, p. 73).

A tradução, enquanto ato, mas não enquanto produto, também é um procedimento que emprega mecanismos de interpretância da língua, como Benveniste já mostra em *A forma e o sentido na linguagem* (1966).

## **4 POR UMA ABORDAGEM ENUNCIATIVA DA METALINGUAGEM NA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM: QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS**

Este capítulo constitui o penúltimo passo na direção de se pensar a metalinguagem na aquisição da linguagem desde uma perspectiva enunciativa. Após termos estudado outras abordagens de fenômenos metalinguísticos na aquisição da linguagem e termos exposto o que entendemos por metalinguagem com base na teoria enunciativa de Benveniste, cabe-nos agora fazer algumas derivações a partir desta para propor uma abordagem enunciativa da metalinguagem na aquisição da linguagem e discutir questões metodológicas que influenciarão na análise dos dados.

No primeiro item deste capítulo, a partir das elaborações feitas a respeito da metalinguagem no pensamento benvenistiano, procuramos deslocar aspectos que possam contemplar a especificidade da questão metalinguística na aquisição da linguagem. No segundo item, trataremos de questões metodológicas a respeito dos estudos em aquisição da linguagem. Para tanto, este item será dividido em dois subitens: o primeiro fará uma breve exposição sobre a questão do método e do dado nos estudos em aquisição da linguagem e o segundo item trará elementos para se pensar a metodologia em uma perspectiva enunciativa, com base no trabalho de Silva (2009). Por fim, no último item desse capítulo, explicitaremos a metodologia do nosso estudo, passo importante para empreendermos a análise no capítulo seguinte.

### **4.1 Elementos para uma abordagem enunciativa da metalinguagem na aquisição da linguagem**

Como relacionar o que expomos no capítulo anterior sobre a metalinguagem ou, como denominamos, mecanismos de interpretância da língua, com a aquisição da linguagem? Novamente as considerações de Authier-Revuz (1995) são úteis, pois a sua reflexão sobre a algumas ideias de Benveniste permitiram-nos pensar nas derivações que propomos aqui.

Ao tratar da não-coincidência entre as palavras e as coisas, a autora é levada a refletir sobre a relação linguagem/mundo, o que ela chama de “unidade” entre palavra e coisa. Authier-Revuz (1995, p. 510) explica que, ao entrar ao mesmo tempo no mundo e na

linguagem, ou no mundo pela linguagem, o sujeito experimenta o caráter absoluto, de forma alguma contingente, que une as coisas e as palavras. Essa reflexão tem base em Benveniste (2005, p. 92), que afirma:

[a linguagem] é aprendida, é coextensiva à aquisição que o homem faz do mundo e da inteligência, com os quais acaba por unificar-se. Segue-se que os princípios desses símbolos e a sua sintaxe não se separam, para ele, das coisas e da experiência que delas adquire; deve tornar-se o seu senhor à medida que as descobre como realidades.

A criança, ao entrar simultaneamente na linguagem e no mundo, crê que os símbolos que designam as coisas são verdadeiramente parte delas. Tal identificação pode ser preservada para além da infância, podendo romper-se na aprendizagem de uma língua estrangeira, por exemplo. A posição do locutor é explicitada por Benveniste: “para o falante há, entre a língua e a realidade, adequação completa: o signo encobre e comanda a realidade; ele é essa realidade” (2005, p. 57).

Essa discussão remonta à questão do arbitrário do signo, concebido por Saussure não como união entre coisa e palavra, mas como união entre um conceito e uma imagem acústica (SAUSSURE, 1975, p. 80), e o laço que une essas duas partes é considerado arbitrário, ou seja, imotivado. Isso sustenta o princípio semiológico através do qual a língua é tomada em si mesma e não em relação com a realidade exterior. A crítica que Benveniste faz a Saussure consiste em mostrar como Saussure acaba por lançar mão de um terceiro termo, o referente, no seu raciocínio. Benveniste reinterpreta a questão da arbitrariedade ao defender que o laço entre o significante e o significado é necessário, sendo arbitrário aquele que une o signo ao referente. Fica claro, portanto, que a posição do linguista, ao tomar a relação língua/mundo como arbitrária, é radicalmente diferente da posição do locutor, que a toma como absoluta e natural.

A nomeação, ato de associação entre um signo – elemento do sistema – e uma coisa – elemento do mundo é o que une essas duas ordens irreduzíveis (língua e realidade). A nomeação, enquanto ato, só pode ser realizada através de um ato de enunciação. Como diz Authier-Revuz (1995, p. 517): “là où le référent n'entre pas dans la définition linguistique du signe, enfermé dans la seule relation significant/signifié, l'acte d'énonciation refait surgir le côté rejeté du 'triangle sémiotique', celui qui 'va' vers le référent”<sup>31</sup>.

A referência, como vimos anteriormente, diz respeito ao modo semântico, onde

<sup>31</sup> “lá onde o referente não entra na definição linguística do signo, confinado na única relação significado/significante, o ato de enunciação refaz surgir o lado rejeitado do triângulo semiótico, aquele que 'vai' em direção ao referente” (tradução nossa).

encontramos a língua em uso, expressando uma relação entre o homem e o mundo. Das diversas passagens da obra de Benveniste que atestam isso (e que já citamos anteriormente), gostaríamos de destacar a seguinte:

a noção de semântica nos introduz no domínio da língua em emprego e em ação; vemos desta vez na língua sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas. [...] Somente o funcionamento semântico da língua permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo [...] com a frase liga-se às coisas fora da língua [...] o sentido da frase implica referência à situação do discurso e à atitude do locutor (BENVENISTE, 2006, p. 230).

Até agora, nada acrescentamos ao que havíamos dito anteriormente. Poderíamos até mesmo achar uma discrepância entre a metalinguagem, que diz respeito à criação de referência sobre a língua e o que expomos nessa parte, a criação de referência a partir da relação com o mundo. É justamente aqui que entram as derivações que julgamos necessárias para compreender a metalinguagem na aquisição da linguagem.

O que propomos é que essa criação de referência relacionada ao mundo nem sempre é consensual, o que leva o locutor a negociar a denominação, tomando então a língua como referência. Acreditamos que é justamente isso a que Benveniste se refere quando diz “a atitude do locutor”, ou seja, atitude não entendida como intenção, mas sim como a interpretação que o locutor faz do mundo, e é por vezes levado a fazer do seu discurso. Entram em jogo o reconhecimento e a compreensão de que Benveniste fala a respeito dos modos de significância: “o semiótico (signo) deve ser RECONHECIDO; o semântico (o discurso) deve ser COMPREENDIDO” (BENVENISTE, 2006, p. 66). Em alguns casos, não há reconhecimento da forma utilizada, o que leva à incompreensão e à tentativa posterior de reformulação. Em outros casos, há reconhecimento, mas não há compreensão, o que acarreta reformulações em uma tentativa de ajustar o sentido. Ou seja, o retorno acontece a partir de um estranhamento do locutor no reconhecimento e compreensão da palavra na frase.

Assim, considerando-se que a criança entra simultaneamente no mundo e na linguagem, interessam-nos os momentos de nomeação do mundo realizada pela criança, momento em que a criança se depara com a falta de reconhecimento e compreensão da palavra na frase, com o não-entendimento da sua palavra por parte do outro ou com o seu não-entendimento da palavra do outro. Mais do que a referência em relação ao mundo, está em jogo a referência à própria língua como condição de atualização da referência no discurso. Aí encontramos a intersubjetividade, entendida como “condição da experiência humana inerente à linguagem” (FLORES ET AL, 2009, p. 46) e, por permitir a reflexão da experiência humana

na linguagem, torna possível a comunicação linguística.

Se na fala do adulto esses momentos de nomeação podem ser mais facilmente isoláveis, acreditamos que na aquisição da linguagem a criança emprega modos peculiares para realizar os mecanismos de interpretação que trouxemos anteriormente. Cabe agora identificar e descrever os modos pelos quais a criança engendra tais mecanismos. Para tanto, precisamos pensar em questões metodológicas que influenciam diretamente a constituição dos fatos que iremos analisar no próximo capítulo.

## **4.2 Questões sobre método e dado**

Em razão da importância da questão do que é dado nas pesquisas em aquisição da linguagem e a importância da questão metodológica para o desenvolvimento do nosso estudo, achamos que seria de grande valia dedicar uma parte de nosso trabalho para discutir sobre o que constitui um dado e que metodologias podem auxiliar na pesquisa em aquisição da linguagem. Em primeiro lugar, faremos considerações a respeito das metodologias utilizadas em pesquisas de aquisição da linguagem e como o dado é tratado por tais metodologias. Em segundo lugar, problematizaremos questões de metodologia que dizem respeito à teoria enunciativa na qual ancoramo-nos em nosso estudo e às considerações de Silva (2009), que discute de maneira minuciosa tais questões.

### **4.2.1 O método e o dado nos estudos em aquisição da linguagem**

De imediato, gostaríamos de destacar uma afirmação de Castro (1996, p. 8): “o dado não é o fenômeno, mas um recorte deste. Entre a constituição do primeiro e do segundo, há um gesto teórico”. Dito isso, iniciamos nossa discussão a partir das metodologias vigentes nas pesquisas em aquisição da linguagem, visto que é apenas através de um método específico que se pode forjar um dado.

Em primeiro lugar, há que se ressaltar que não existe pesquisa atórica e a definição de uma teoria por parte do pesquisador tem consequências na escolha da metodologia e da unidade de análise. A escolha e fundamentação da pesquisa em uma determinada vertente

teórica implicam reconhecer que não existe acesso direto a um mundo bruto, onde os dados se oferecem como evidências empíricas (PERRONI, 1996, p. 17).

Outra consequência da escolha por uma teoria para nortear a pesquisa é considerar suas implicações em duas etapas da metodologia: a de coleta de informações e de análise das mesmas, que sofrem dois sistemas de filtro, como afirma Perroni (1996, p. 17), apoiada em Bennett-Kastor. Na primeira, porque a própria seleção dos sujeitos e dos comportamentos a serem pesquisados já molda a pesquisa; na segunda, na escolha do que será utilizado como dado.

Na área de aquisição da linguagem, falta uma metodologia de consenso entre os pesquisadores, embora a metodologia experimental tenha prevalecido durante muito tempo em razão da perspectiva teórica em voga<sup>32</sup>. Tal metodologia surgiu com as pesquisas do início da década de 70, em parte como influência da psicologia. Como o foco dos estudos era a compreensão de estruturas linguísticas definidas *a priori*, procurava-se isolar possíveis interferências, mantendo um ambiente controlado, para que se pudesse chegar à competência. Na metade da década de 70, com o abandono da teoria chomskiana, surgem os primeiros estudos naturalistas/observacionais, com foco na semântica e na produção por parte da criança.

Em relação à metodologia experimental, podemos elencar algumas vantagens:

possibilidade de obtenção de informações que, apenas pela observação, não seriam necessariamente obtidas, a replicabilidade, ou seja, a possibilidade de os testes serem reaplicados por outros pesquisadores com sujeitos diferentes e, [...] a possibilidade de examinar grande quantidade de sujeitos, o que permitiria o acesso à generalidade (PERRONI, 1996, p. 19).

Pela lista de vantagens que os defensores da metodologia propõem, podemos perceber que ela está bastante atrelada a uma concepção clássica de ciência e de conhecimento, que muito se aproxima da ilusão da objetividade. As críticas colocadas em relação a essa metodologia destacam esse fato e chamam a atenção para os perigos de uma tentativa de homogeneização que, de tão geral, acaba sendo uma criação do pesquisador e não serve para nenhum sujeito em particular. Nas palavras de Perroni (1996, p. 20), “o dado assim colhido não é individual, é antes do grupo como abstração”.

Outro aspecto que é relevante é o fato de que não se pode ter certeza da compreensão,

---

<sup>32</sup> De acordo com Corrêa (1996, p. 33), “o uso de experimentação no estudo do desenvolvimento linguístico está historicamente vinculado ao ressurgimento do interesse, por parte de psicólogos, após décadas de behaviorismo, à aquisição da linguagem, enquanto um problema epistemológico, o qual foi apresentado explicitamente no âmbito da então emergente Linguística Gerativista”.

por parte da criança, das ordens, visto que a compreensão é multideterminada e as crianças podem utilizar-se de outros dados que não sejam a variável em estudo. Além disso, também é problemática a questão da ausência da manifestação da estrutura pesquisada, o que não pode ser interpretado como ausência de conhecimento.

No que diz respeito à metodologia naturalista/observacional, pode-se pensar em diversas vantagens

a qualidade vem substituir a quantidade, já que não se trata de provocar respostas, mas de deixar falar a criança. Esses estudos permitem uma análise detalhada e mais completa do processo de desenvolvimento, em vez de descrever apenas produtos estáticos; permitem também que as categorias, antes de impostas, emergem dos dados. Ao recuperar a história do dado, por meio da descrição de suas condições de produção, podem permitir identificar a constituição histórica do sentido. [...] O não controle de variáveis pode permitir uma aproximação maior da naturalidade, reconhecendo que dado é o que acontece, não o que deveria acontecer, nem o que está faltando (PERRONI, 1996, p. 22).

Embora ofereça muitas vantagens em relação ao método experimental, há que se reconhecer limitações. Uma delas diz respeito ao “paradoxo do observador”, ou seja, ao fato de que o pesquisador não é neutro e pode influenciar tanto na coleta quanto na eleição e interpretação dos dados. Pode-se criticar os estudos naturalistas/observacionais, considerando-os assistemáticos, visto que: a) os dados variam ao acaso; b) não são possíveis de serem replicados; c) as categorias que emergem *a posteriori* podem ser as mesmas de outro pesquisadores, mas nomeadas diferentemente e d) mostra possibilidades, mas não diz se os padrões são gerais.

Tais críticas são geralmente feitas desde a perspectiva experimental, que não considera os mesmos princípios da metodologia naturalista/observacional para os seus estudos. Por exemplo, ao afirmar que os estudos são descontrolados, parece não levar em consideração que uma pesquisa naturalista/observacional lida justamente com a língua em atividade, sendo a variação um fator previsto, mas não problemático.

Existe uma relação entre a metodologia adotada e o tipo de coleta, a saber, longitudinal ou transversal. De acordo com Scarpa (2009, p. 204), a coleta transversal é geralmente utilizada em pesquisas experimentais. Nesse tipo de coleta, registra-se grande número de sujeitos e muitas vezes classificam-se os registros por faixa etária.

Por sua vez, a coleta longitudinal acompanha o desenvolvimento da linguagem da criança ao longo do tempo. Inicialmente consistia em anotações, feitas em diários, do que a criança dizia (cf. 2.1). Posteriormente, utilizavam-se fitas de áudio ou vídeo para registrar a fala da criança por determinados períodos e em intervalos regulares. Esse material é então

transcrito de acordo com convenções determinadas pelo interesse da pesquisa. O que sustenta esse tipo de coleta é a suposição de que, ao registrar uma quantidade significativa da fala da criança, pode-se estudar como a criança adquire conhecimento sobre a língua e/ou como ele muda no tempo. Esse tipo de coleta está geralmente vinculado a pesquisas de metodologia naturalista.

#### 4.2.2 O método e o dado em uma perspectiva enunciativa em aquisição da linguagem

Nesta parte, nosso objetivo é expor as considerações de Silva (2009) a respeito de uma metodologia enunciativa para a coleta, transcrição e análise de dados em aquisição da linguagem. Como afirmamos anteriormente, a teoria eleita pelo pesquisador tem influência direta nas questões metodológicas de sua pesquisa. Assim, cabe-nos expor a discussão de Silva (2009) sobre uma metodologia enunciativa, visto que a mesma servirá de base para o nosso estudo posterior. Nossa apresentação se deterá em três aspectos: 1) coleta dos dados, 2) transcrição dos dados e 3) procedimentos de análise.

A metodologia enunciativa proposta pela autora elege a intersubjetividade como princípio, visto que as atividades discursivas da criança estão relacionadas às relações intersubjetivas com o outro. O relevo dado à intersubjetividade implica adotar uma metodologia naturalista e realizar uma coleta longitudinal, pois se acredita que registrar a criança em situações familiares de interação possibilite uma maior naturalidade dos dados (SILVA, 2009, p. 190). Embora os dados assim coletados não possam ser considerados totalmente naturais, visto que os adultos em interação com a criança sabiam ser a linguagem um elemento de pesquisa, eles certamente não foram criados em situações artificiais. Outro argumento a favor da coleta longitudinal é proposto pela autora (2009, p. 194) ao defender que os dados de aquisição devem ser considerados em um quadro de singularidade, envolvendo a relação do sujeito com o outro e com a língua, visto que uma perspectiva enunciativa em aquisição da linguagem considera o uso da língua sempre único.

Os dados coletados por Silva (2009), que serão utilizados para nosso estudo, dizem respeito ao acompanhamento regular de uma criança brasileira, exposta ao português como língua materna, dos 11 meses aos 3 anos e 4 meses de idade. Os registros foram feitos a partir de diversas configurações dialógicas, embora sempre com a presença de pessoas familiares à criança.

O segundo aspecto do qual tratamos diz respeito à passagem do dado oral para o dado escrito através de procedimentos de transcrição, entendida na perspectiva enunciativa como um novo ato de enunciação a partir da enunciação anterior. Como ato enunciativo que é, a transcrição carrega consigo todos os elementos de uma enunciação. De acordo com Silva (2009, p. 208),

compreender o ato de transcrever como um ato de enunciação requer pensá-lo à luz da estrutura enunciativa (eu-tu/ele)-ELE [...] no caso da transcrição, temos um ato que insere um locutor, o transcritor, que busca referir pelo discurso através de índices específicos para marcar essa escrita oralizada, atualizando a cena enunciativa (o ele) em seu caráter subjetivo.

Além disso, ao instanciar a subjetividade constitutiva de todo ato enunciativo, a transcrição é uma interpretação da enunciação anterior. A autora (2009, p. 209) traz a contribuição de Surreaux (2006, p. 135), que afirma que a transcrição “não dá conta daquilo que é da ordem do inapreensível que qualquer fala carrega”. Assim como não podemos apreender uma enunciação completamente, ficando apenas com as suas marcas no enunciado, a transcrição não dá conta de tudo da enunciação anterior, algo sempre resta. Como conclui Silva (2009, p. 210), a partir de Rey-Debove (1996), “nessa impossibilidade de correspondência entre fala e escrita, o transcritor busca, no escrito, aproximar-se do oral através de determinadas convenções”. Assim, a transcrição também é única e singular e tem uma função particularizada em cada estudo.

A autora esclarece que a transcrição contém aspectos que dizem respeito à teoria, ao corpus e ao transcritor. Em relação à teoria, deve-se considerar: 1) a contextualização, feita através de um cabeçalho com informações sobre os participantes e dados situacionais da entrevista; 2) a delimitação entre fala e comentário, com a indicação de uma linha principal com a fala dos participantes e outra, secundária, com esclarecimentos e 3) a delimitação da unidade de sentido como a palavra no interior da frase. Em relação ao corpus, têm-se as marcas de omissões, interrupções, entonação, etc. Por fim, em relação ao transcritor, há as indicações de dúvida e não-entendimento (SILVA, 2009, p. 212-213).

Em relação à análise dos dados, Silva (2009, p. 214) ressalta que, em razão da natureza enunciativa do constructo teórico, “a análise dos dados é necessariamente qualitativa, não prevendo a homogeneização e a generalização dos usos linguísticos da criança, visto que os elementos de enunciação (tempo, espaço e sujeitos) determinam as escolhas linguísticas”. Assim, não são eleitos certos aspectos da língua que indiquem a “presença do homem na

língua”, por muito tempo explorados nas pesquisas em enunciação, tais como classes de palavras (pronomes, adjetivos e advérbios) e mecanismos (discurso relatado, pressuposição), mas sim a língua constituída no discurso. A autora (2009, p. 216), com base em Flores e Teixeira (2005), argumenta que “diferentes fenômenos linguísticos e de qualquer nível (sintático, morfológico, etc.) podem ser abordados por uma visão enunciativa. Por isso, não há nenhum fenômeno linguístico escolhido a priori, pois considera-se que “qualquer mecanismo da língua pode adquirir um sentido particular e se auto-referenciar no uso” (SILVA, 2009, p. 216).

Assim como toda enunciação é única e irrepetível, cada análise da linguagem também o é. A análise, enquanto ato de interpretação e enquanto ato de enunciação, realizado por um analista, também não pode dar conta do todo, é sempre parcial e opera especificamente para cada estudo em questão. Assim, dois analistas não olham para os mesmos fatos da mesma maneira, visto que na sua interpretação intervém a subjetividade fundante da linguagem.

#### **4.3 Metodologia enunciativa para a análise da metalinguagem em dados de aquisição da linguagem**

Discutidas as questões relacionadas à metodologia e ao dado em uma perspectiva geral de estudos em aquisição da linguagem e, mais especificamente, em uma perspectiva enunciativa, cabe-nos agora prestar esclarecimentos a respeito das questões metodológicas em jogo neste trabalho. Pretendemos, nesse momento, fazer considerações a respeito da metodologia aqui adotada, destacando questões de constituição dos dados, da passagem do dado ao fato enunciativo de análise, da unidade e dos operadores de análise. Também serão indicados os procedimentos adotados na transcrição.

Os dados que utilizamos em nosso estudo são provenientes do corpus montado por Silva (2009). Assim, são constituídos por 35 sessões de filmagem, de 40 a 60min cada, que contemplam o período dos 11 meses aos 3 anos e 4 meses de idade de uma criança brasileira, exposta exclusivamente ao português como língua materna. Como afirmamos anteriormente, o tipo de coleta empregado foi longitudinal, em situações de interação entre: a) criança/pai, mãe e irmãos, com a investigadora (tia); b) criança/pai ou mãe com pai ou mãe filmando; c) criança/demais pessoas de seu convívio, com investigadora (tia) filmando; d) criança/investigadora, com outra pessoa filmando; e) criança/investigadora, com a própria

investigadora filmando e interagindo; f) criança/criança, com investigadora (tia) filmando e g) criança com outro ao telefone (real ou virtual), com investigadora (tia) filmando (SILVA, 2009, p. 190).

A transcrição traz marcas da passagem da oralidade para a escrita. Utilizamos aqui os mesmos procedimentos e marcas adotados por Silva (2009). Para contextualizar cada sessão, há indicações sobre os participantes, o espaço e o tempo, sendo que cada sessão começa com a palavra “início” e termina com a palavra “fim”. Os turnos de fala da criança estudada são indicados por FRA. Visto que a unidade de transcrição é a palavra, ela é marcada por espaços em branco e registrada da forma realizada pela criança. As falas de difícil entendimento são sinalizadas com [?] e o não-entendimento é marcado com [XXX]. Linhas iniciando com a expressão “com” incluem fatos ocorridos na situação da coleta e/ou interpretações a respeito dos dizeres da criança por outros participantes da sessão. Especial atenção é dada à entonação: o tom ascendente é marcado por maiúsculas e o descendente com sublinhado. Além disso, utilizam-se as seguintes indicações (SILVA, 2009, p. 212):

<p>@ : pausa curta          @ @ @ : pausa longa          [= riso]          [= ]: eventos não-verbais e breves explicações, como a dêixis (gestos de apontar pessoas ou objetos)          / : interrupção brusca de alguma palavra ou frase          ? : entonação de pergunta          ! : entonação de exclamação          ... : turno de fala em suspenso          ; : marca utilizada para organizar turnos de falas longos ou enumerações          Marcas de interação:          - concordância: uh hu, uh hum, ãh hã          - discordância: uh hu, hum hum, ãh hã</p>
--

Cabe um esclarecimento em relação aos dados. Dissemos anteriormente que o dado não se identifica ao fenômeno, é apenas um recorte deste. Além disso, em estudos enunciativos que se preocupam com a questão do dado, encontramos a afirmação de que “o dado não é jamais 'dado'” (FLORES ET AL, 2008, p. 40, grifos dos autores), visto que a observação já é um início de descrição e que esta diz respeito ao “nível da construção de mecanismos internos de tratamento do dado” (FLORES ET AL, 2008, p. 41). Aí temos a passagem do dado para o fato, que pode ser definido como “todo fenômeno que servir para explicitar a maneira pela qual o sujeito se marca naquilo que diz” (FLORES ET AL, 2008, p. 41). Assim, utilizamos o *corpus* de *dados* transcritos por Silva (2009), mas recortamos os

*fatos* de maneira diferente, visto que nosso estudo diz respeito a um aspecto linguístico específico. Assim, fato é uma construção do analista, desde um ponto de vista específico forjado, por sua vez, a partir da teoria eleita para guiar o estudo.

Silva (2009), em seu estudo, delimita os fatos deixando os dados interrogarem-na, pois além dos argumentos que apresentamos anteriormente e que dizem respeito à teoria enunciativa assumida, há também uma questão de ordem metodológica, qual seja, a de “permitir, pela análise, a apreensão da multiplicidade de fenômenos em jogo na aquisição da linguagem” (SILVA, 2009, p. 214-215). Também procuramos assumir uma postura semelhante ao analisar o corpus, mas, sujeitos que somos e estamos a nossa pesquisa, algumas situações chamavam nossa atenção. Assim, entre teoria e dados, estabeleceu-se um movimento pendular de vai-e-vem, na medida em que alguns aspectos teóricos faziam-nos observar certas situações de maneira mais atenta e alguns dados faziam-nos interrogar o dispositivo teórico em construção. Embora não tenhamos fechado nosso olhar ao corpus, procurando fenômenos linguísticos definidos a priori, é inegável o fato de que nosso olhar tenha sido condicionado a procurar fenômenos que julgássemos representar os mecanismos de interpretância. Tivemos que manter uma postura sempre vigilante para que nosso olhar pudesse contemplar os dados de maneira a não restringir demasiadamente nossa análise.

A unidade de análise de nosso estudo é a palavra na frase. Justifiquemos nossa escolha. Se considerarmos que nossa proposta de metalinguagem na teoria benvenistiana postula que esse fenômeno está relacionado ao nível semântico<sup>33</sup> (pelos motivos explicitados anteriormente em 4.3), logo devemos considerar que a unidade do nosso estudo é a própria unidade da dimensão semântica de significância da língua: a palavra. Benveniste (1966/2006, p. 230) define que a unidade semântica é a palavra, ao contrário da unidade semiótica, que é o signo. Essa mudança terminológica tem sérias implicações. Falar de signo é pensar na língua como sistema, no qual o signo é definido pelas relações com outros signos. Falar de palavra diz respeito à língua como discurso, empregada para expressar uma determinada relação com o mundo. Trazendo consigo o referente, o signo passa a ser palavra, cujo sentido é o seu emprego. Nas palavras do autor (BENVENISTE, 2006, p. 233):

ora, as palavras, instrumentos da expressão semântica, são materialmente os signos do repertório semiótico. Mas estes signos, em si mesmos conceptuais, genéricos, não-circunstanciais, devem ser utilizados como “palavras” para noções sempre

---

<sup>33</sup> Como dissemos anteriormente, essa distinção entre semiótico e semântico serve para fins metodológicos. Benveniste parece dissolvê-la em *O aparelho formal da enunciação* (1970), pois, quando se mobiliza o aparelho formal da língua para enunciar, ambos os modos se fazem presentes.

particulares, específicas, circunstanciais, nas acepções contingentes do discurso.

A razão para que as palavras sejam sempre particulares, específicas e circunstanciais deve-se ao fato de que, se a unidade semântica é a palavra, a expressão semântica é a frase. Sendo a referência da frase, ou seja, o estado de coisas que a provoca, sempre única, decorre que “a frase é então cada vez um acontecimento diferente; ela não existe senão no instante em que é proferida e se apaga neste instante, é um acontecimento que desaparece” (BENVENISTE, 2006, p. 231). Assim, definimos como unidade de análise a palavra na frase porque é somente na frase, expressão semântica por excelência, que a palavra pode ser empregada.

Além disso, outras considerações de Benveniste a respeito da frase devem ser destacadas, visto que dizem respeito à aquisição da linguagem. Ao considerar a propriedade da frase de trazer consigo sentido e referência, o autor explica que nessa dupla propriedade encontra-se a condição que a torna analisável para o locutor, começando pela aprendizagem que faz do discurso quando aprende a falar (BENVENISTE, 2005 p. 140). Sensível ao contraste entre a diversidade de conteúdos transmitidos e o pequeno número de elementos empregados, o locutor destaca, inconscientemente, uma noção empírica do signo, assim definido na frase: “signo é a unidade mínima da frase suscetível de ser reconhecida como idêntica num meio diferente, ou de ser substituída por uma unidade diferente num meio idêntico (BENVENISTE, 2005 p. 140). Embora Benveniste use a palavra “signo”, ele está se remetendo ao que mais tarde denominaria como “palavra”, pois fica claro nesse trecho que esse “signo” diz respeito à frase. Isso se deve ao fato de que esse texto é bastante anterior ao de 1966 e o autor, embora traga uma reflexão inicial acerca dos modos semiótico e semântico, ainda não os denomina.

Os operadores que podem intervir na análise dos fatos estão separados em relação ao discurso, ao ato e a ambos. Em relação discurso, temos a questão dos níveis de análise, com as operações de constituição/integração, que ganham relevo na fala da criança e a relação forma/sentido, intimamente relacionada com as operações de constituição/integração, pois a criança, partindo do sentido, tenta estabelecer a forma através de tais operações. Em relação ao ato, temos a referência e a intersubjetividade, relacionadas na medida em que a intersubjetividade é o que permite a expressão da experiência humana através da linguagem e a criação de referência possibilita a passagem da referência mostrada à referência constituída no discurso. Transversal ao ato e ao discurso, propomos a interpretância, mecanismo que assegura que a própria língua, atualizada em discurso, seja tomada como referência.

Cabe ressaltar que, nas pesquisas em Enunciação, o lugar do locutor e de *eu* nas estruturas enunciativas é ocupado pelo locutor, que se apropria do aparelho formal da língua para convertê-la em discurso. No entanto, uma perspectiva enunciativa de aquisição da linguagem parte da suposição de que o *eu* é sempre a criança. Nesse caso, é ela que é tomada como ponto de referência. Por isso, em nossas análises, a criança é concebida como *locutor* e *eu*, embora o outro de sua alocação também se constitua como tal.

No próximo capítulo, pretendemos mostrar as formas através das quais a criança realiza os mecanismos de interpretância da língua.

## 5 ANÁLISES E DISCUSSÃO

Neste capítulo, pretendemos: 1) descrever os modos através dos quais a criança realiza os mecanismos de interpretância e 2) mostrar como nossa proposta enunciativa para o tratamento da metalinguagem, entendida como uma propriedade da língua que permite a criação de referência sobre si própria, através de mecanismos de interpretância, encaixa-se na teoria enunciativa em aquisição da linguagem proposta por Silva (2009).

### 5.1 Análises

Os três fatos que analisamos dizem respeito aos mecanismos de interpretância realizado através de reformulações que buscam ajustar o sentido. Os três recortes a seguir são exemplos dos modos através dos quais a criança realiza esse mecanismo.

#### RECORTE ENUNCIATIVO 1

*Sessão 23*

*Participantes: CAR (tia, filmando) e AVÓ*

*Data da entrevista: 28/03/2003*

*Idade da criança: 2;05.23*

*Situação: FRA está em casa de sua AVÓ, conversando com CAR e AVÓ.*

Com: CAR sai, vai até o armazém, compra pirulito e volta.

CAR: adivinha o que qui a tia trouxe? O que qui a tia trouxe pra Queca lá do armazém?

FRA: o quê?

CAR: adivinha o que qui a tia trouxe?

FRA: ãh?

CAR: é

FRA: pu que, quem é toxi?

CAR: ãh?

FRA: quem é toxi?

CAR: eu trouxe

FRA: dexa eu vê tão

CAR: [=risos] adivinha

FRA: deixa eu vê vinha

CAR: [=risos]

FRA: XXX

CAR: ãh?

FRA: dexa eu vê vinha tia

AVÓ: adivinha é o negósiu qui ela pensa que é o nomi  
 CAR: ah tá @ o que qui a tia trouxe?  
 FRA: avinha  
 CAR: [=risos] @ não não é adivinha @ o que qui a tia trouxe? Pensa um pouquinho  
 FRA: quem é a tia trouxe?  
 CAR: não sei, o que qui tu acha?  
 FRA: não sei  
 CAR: não sabi?  
 FRA: [=responde negativamente com a cabeça]  
 CAR: hum  
 Com: CAR entrega um pirulito para FRA, que o chupa.

Nomeamos esse modo de realização como **“tentativa de estabelecer referência”**, pois através dele a criança tenta estabelecer a referência de uma enunciação não compreendida, retornando sobre o dizer do outro. Ao não compreender a palavra na frase do outro, a criança possivelmente tenta reconhecer no seu sistema de língua e, não reconhecendo a forma, aí faz uma pergunta (*“o quê?”*), que interpretamos como um pedido de esclarecimento para o seu interlocutor. Acreditamos que a criança não faz essa pergunta se referindo ao objeto trazido pela tia, pois se fizesse essa pergunta com esse sentido, poderia ser capaz de responder à pergunta solicitando que a tia mostrasse o objeto. A reformulação é realizada pelo interlocutor (*“adivinha o que qui a tia trouxe?”*), entretanto a criança ainda não conseguiu estabelecer referência, o que é evidenciado pela pergunta *“pu que, quem é toxi?”*. Aqui a criança faz uma operação de constituição/integração da palavra na frase, ao tentar recortar, do discurso do interlocutor, a forma aparentemente sem sentido sobre o qual ela se volta. Através dessa operação, a criança dissocia a forma da frase do outro e formula uma questão, produzindo nova frase, com a integração da palavra *“troxi”*. Nessa operação de dissociação da palavra do discurso do outro e integração ao seu, a criança busca associar forma/sentido a fim de estabelecer referência no discurso.

Outra possibilidade é que a criança esteja perguntando a respeito da pessoa que trouxe o objeto; parece ser esta a interpretação da tia ao ouvir pela segunda vez a pergunta (*“quem é toxi?”*) e responder dizendo que havia sido ela mesma (*“eu trouxe”*). Ao pedido da sobrinha para ver o objeto (*“dexa eu vê tã”*), a tia novamente utiliza um elemento do primeiro enunciado, *“adivinha”*, que parece causar confusão na criança, que entende esse recorte como o nome do objeto em questão (*“deixa eu vê vinha”*), novamente realizando uma operação de constituição/integração, ou seja, dissociando a forma do discurso do outro para integrá-la no seu. A criança, percebendo que essa tentativa de estabelecimento de referência não funcionou, volta para sua hipótese anterior, dizendo *“quem é a tia trouxe?”*

A insistência da criança em perguntar “*quem é a tia trouxe?*”, “*quem é toxi?*” parece indicar que a criança toma o fragmento “*trouxi*” como o nome de alguém, observado em sua pergunta: “*quem é toxi?*” a partir da primeira fala do alocutário (“*O que qui a tia trouxe pra Queca lá do armazém*”). Já a forma “*adivinha*” parece ser tomada como um objeto (“*dexa eu vê vinha*”). Nesse recorte, a criança toma duas palavras (“*trouxi*” e “*adivinha*”) como se fossem nomes referentes a uma pessoa e objeto, e não como verbos.

## RECORTE ENUNCIATIVO 2

*Sessão 20*

*Participantes: CAR (tia, filmando); JUL (prima); AVÓ; MÃE; PAI; RON (tio) e EDU (irmão)*

*Data da entrevista: 05/01/2003*

*Idade da criança: 2;3.00*

*Situação: FRA está na casa de sua AVÓ, brincando com sua prima JUL e com CAR*

Com: FRA e CAR conversam sobre presentes de Natal

CAR: hum! O que qui o Papai ÉL troxi?

FRA: pesenti

CAR: presenti? O que qui ele troxi?

FRA: pesenti [= apontando a porta]

CAR: ah aquilu ali o que qui ele troxi pra Queca?

FRA: troxi pesenti a mim

CAR: o que qui ele troxi pra ti?

FRA: pesenti

CAR: boneca?

FRA: é

CAR: ropinha?

FRA: é

CAR: que mais?

FRA: e [= pensando]

CAR: mesinha com panelinha

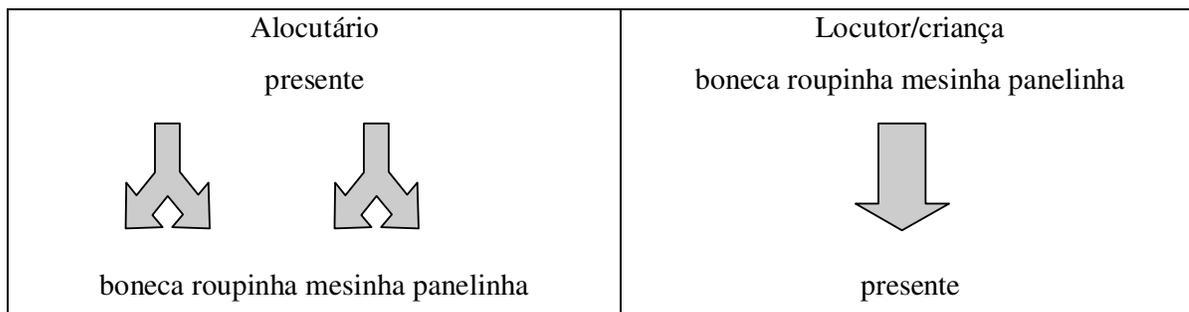
FRA: elinha, mesinha

CAR: hum

Diferentemente do recorte anterior, em que a criança precisa estabelecer a referência a partir do dizer do alocutário, nesse recorte temos o alocutário tentando especificar a referência a partir do dizer da criança. Para ela, basta indicar que o papai Noel trouxe “*pesenti*” (baseada, talvez, nas formulações correntes do tipo “papai Noel traz presentes”, sem especificar quais). A criança toma “*pesenti*” como o conjunto do que o papai Noel trouxe, ao passo que o alocutário entende a mesma referência como passível de especificação. Ao passo que o alocutário toma “*presenti*” como uma palavra hiperônima, tentando afunilar o seu sentido para itens específicos, a criança parece não ver a necessidade de especificação, tanto

que não dá continuidade às tentativas do alocutário de mencionar os objetos específicos. De forma esquemática, podemos dizer que o alocutário faz o movimento contrário ao da criança:

**Figura 1: movimentos do alocutário e da criança em relação à palavra**



Embora haja uma discrepância entre os sentidos mobilizados por cada locutor, não há maiores impedimentos para o estabelecimento da referência, especialmente por parte da criança. Podemos denominar esse modo como **“estabelecimento de referência”**, através de **operações de repetição do seu próprio dizer**.

### RECORTE ENUNCIATIVO 3

*Sessão 19b*

*Participantes: CAR (tia, filmando); PAI; MÃE e EDU (irmão de 7 anos)*

*Data da entrevista: 16/12/2002*

*Idade da criança: 2;2.11*

*Situação: FRA está em sua casa, conversando com CAR. Depois, vai arrancar capim no pátio com o PAI, com a MÃE e EDU. Após vai para a frente da casa brincar com uma boneca.*

Com: FRA está na frente da sua casa com CAR e EDU, olhando o papai Noel na sacada de um prédio.

CAR: Papai Él foi imbora?

FRA: foi

CAR: qui coisa séria o Papai Él saiu da janela

FRA: ele pulô

CAR: hum ele pulô. Dudu dissí qui ele pulô @ será qui ele não caiu?

FRA: seá caiu Papai Él? Não sei será caiu?

CAR: é, não caiu?

FRA: não

CAR: não?

Com: silêncio

FRA: seá caiu lá seá caiu seá caiu XXX lá ó uô uô tia uô

CAR: caiu

FRA: não, puô

CAR: ah ele pulô  
 FRA: é  
 CAR: hum ah ele que pulô, pra ondi qui ele foi então?  
 FRA: puô  
 CAR: ele puô  
 FRA: é  
 CAR: e foi pra ondi pra ondi ele foi?  
 EDU: ele foi levá os presentí

Neste recorte, podemos observar que o estabelecimento da referência é feito pela criança, ao dizer “*ele pulô*”. Embora essa referência seja momentaneamente posta em questão (“*seá caiu lá seá caiu seá caiu*”), a criança retoma seu dizer, insistindo na sua forma de denominação como adequada (“*uô uô tia uô*”, “*não, puô*”), até que o seu alocutário também concorde com a forma proposta (“*ah ele pulô*”). Nesse caso, há reconhecimento e compreensão da palavra na frase, mas há discordância em relação à adequação da mesma.

Podemos chamar esse modo de “**estabelecimento de referência**”, mantida através da **insistência no próprio dizer**, marcando a diferença de sentido entre sua fala e a fala do outro.

#### Quadro 2: síntese das relações entre mecanismos, modos e operações

Mecanismo de interpretância da língua: reformulações			
	Recorte 1	Recorte 2	Recorte 3
Modo	tentativa de estabelecer referência	estabelecimento de referência	estabelecimento de referência
Operação	constituição/integração	repetição	insistência no próprio dizer

Acreditamos que há uma relação de anterioridade lógica do primeiro recorte em relação aos demais: a tentativa de estabelecer referência, partindo do sentido em busca da forma compreensível, parece ser uma condição para que a criança possa então estabelecer referência no discurso. Há também uma diferença qualitativa entre o recorte enunciativo 2, no qual a criança procura estabelecer a referência por ela criada através da repetição do seu dizer, mas sem fazer objeções às tentativas de nomeação e especificação do alocutário, e o recorte enunciativo 3, em que a criança estabelece a referência e, mesmo que coloque-a em dúvida temporariamente a partir da fala do alocutário, que sugere outra forma, insiste na sua,

reconhecendo a diferença entre ambas, até que o alocutário adote-a.

Nossa análise segue com um caso de discurso indireto.

#### RECORTE ENUNCIATIVO 4:

*Sessão 28:*

*Participantes: CAR (filmando); EDU (irmão de 8 anos); MÃE e PAI*

*Data da entrevista: 25/07/2003*

*Idade da criança: 2;09.20*

*Situação: De início, FRA está em sua casa, conversando e brincando com CAR e com EDU*

FRA: ô DUDU QUÉ BINCÁ CUM NÓIS? @ O Dudu pediu que eie qué bincá cum nós

CAR: é? @ intão convida o Dudu pra fazê uma brincadera

FRA: tá vamu ah vamu passa passá aqui cum a minha tia Dudu @ tá Dudu? @ Vamu?

CAR: [= risos]

A sessão inicia com a interrogação em tom ascendente “ô *DUDU QUÉ BINCÁ CUM NÓIS?*”, do locutor (criança) endereçada a um suposto alocutário (Edu), que não responde a pergunta. Em seguida, temos a constituição de nova relação interlocutiva, pois o locutor (criança) dialoga com outro alocutário (Car), através do seguinte discurso relatado: “*O Dudu pediu que eie qué bincá cum nós*”. Considerando que não há enunciação anterior do irmão, embora indagado pela criança, essa frase pode ser tomada como um relato de uma suposta fala do irmão, que poderia ter dito “eu quero brincar”. Aqui parece haver um movimento de dupla enunciação, pois o diálogo constitutivo da enunciação anterior (a reversibilidade eu-criança/tu-Dudu) parece fazer parte da enunciação atual da criança “*O Dudu pediu que eie qué bincá cum nós*”. Ou seja, ao supor a resposta de Dudu, a criança concede um lugar de “eu” para o alocutário de sua pergunta, que passa a figurar como “ele” em sua enunciação atual (de quem a criança fala) para um novo “tu” (Car).

O que causa estranhamento é a estrutura “*pediu que eie qué bincá*”, o que mostra que a criança domina algumas estruturas do discurso indireto (“*X disse que Y*”), mas ao empregar um verbo talvez menos familiar, acaba utilizando a estrutura mais conhecida, ocasionando o “*pediu que eie qué bincá*”. A forma “*pediu*”, atualizada no discurso pela criança, evoca um suposto discurso anterior do alocutário, que lhe endereçaria um pedido. Na ausência da resposta à pergunta “ô *DUDU QUÉ BINCÁ CUM NÓIS?*”, a criança preenche esse lugar ao relatar o discurso do outro sob a forma de pedido. Isso mostra que a criança se instancia em um jogo de reversibilidade enunciativa, constituindo um diálogo *eu-tu* e mostrando-o interno ao seu próprio discurso. Ela retorna, assim, sobre a reversibilidade da enunciação para formalizá-la em seu discurso, ocupando diferentes posições. A intersubjetividade passa a ser

constitutiva do próprio discurso.

Aqui, trata-se do mecanismo de interpretância chamado de discurso indireto, realizado através do modo que denominamos “**relato que atribui um dizer para o outro**”.

## 5.2 Considerações parciais

Todos os modos de realização dos mecanismos de interpretância dizem respeito ao estabelecimento de referência, seja através de relações de paráfrase, seja através do discurso indireto. O estabelecimento dos modos foi uma tentativa, com propósitos metodológicos, de “organizar” a fala da criança, tantas vezes insólita e quase incompreensível. Em relação ao trabalho de Silva (2009), acreditamos que esses fatos dizem respeito ao que a autora denomina de “segundo mecanismo enunciativo”, cuja macro-operação é a referência, e é onde ocorre a passagem de uma referência mostrada a uma referência constituída na língua-discurso. Também é nesse mecanismo que se dá a semantização da língua, com a criança estabelecendo uma relação entre mundo e discurso e marcando a sua entrada no simbólico da língua, ao representar os referentes do mundo por palavras no discurso. Como dissemos anteriormente, a criação de referência nem sempre ocorre de forma consensual entre os interlocutores, fazendo com que se crie referência sobre a própria língua.

Como Silva (2009) explica, não se pode pensar em termos de desenvolvimento ou de fases ao concebermos a inscrição da criança como sujeito na língua, embora exista uma anterioridade lógica entre o primeiro e o segundo mecanismos, visto que o primeiro diz respeito à tomada do lugar na estrutura enunciativa, condição para os demais mecanismos. Assim também defendemos que existe uma anterioridade lógica entre o estabelecimento de referência por meio de operações de constituição/integração para o estabelecimento de referência por meio de repetição ou insistência no seu dizer. É apenas porque a criança conseguiu ajustar a relação forma/sentido, através da operação de constituição/integração, que ela pode estabelecer uma referência, passível de ser questionada e restabelecida no diálogo com o outro.

Podemos então constatar que, por ser uma propriedade da língua, a metalinguagem pode fazer-se presente, através dos mecanismos de interpretância, a partir do preenchimento da estrutura enunciativa pela criança. Se a metalinguagem é uma propriedade da língua, podemos postular que, uma vez que a criança entra na língua, é universal que ela possa se

manifestar no discurso da criança, mas é absolutamente singular a forma através da qual ela pode aparecer. Na perspectiva que propomos, não acreditamos que se possa definir uma ordem de surgimento de tais mecanismos. O que procuramos fazer foi mostrar os modos através dos quais a criança em questão emprega tais mecanismos. Outros *corpora* poderiam indicar diferentes modos e operações, e novos estudos sobre o assunto podem contribuir para os dois campos envolvidos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visto que nossa dissertação diz respeito à metalinguagem, ou seja, ao retorno sobre a língua através da língua atualizada em discurso, cabe-nos agora fazer um movimento de retorno ao nosso estudo e indicar possibilidades desse mesmo movimento que se abrem a partir das perspectivas indicadas ao longo desta dissertação. Nosso principal objeto era elaborar uma proposta enunciativa para o tratamento da metalinguagem na aquisição da linguagem. Para isso, alguns passos foram necessários.

Em primeiro lugar, mapeamos os campos da aquisição da linguagem e metalinguagem à procura de perspectivas teóricas que pudessem auxiliar no nosso estudo. Escolhemos a perspectiva enunciativa em aquisição da linguagem proposta por Silva (2009) e constatamos questões em relevo nos estudos sobre metalinguagem: a propriedade da língua e a atividade do locutor.

A partir disso, buscamos estudos em aquisição da linguagem que focassem na questão da metalinguagem. Uma ampla gama de perspectivas teóricas foi pesquisada, mas nenhum dos estudos pôde fornecer o que buscávamos: uma descrição dos enunciados da criança em si próprios, baseada em um quadro teórico que pudesse explicar a metalinguagem e explicitar os mecanismos utilizados para poder voltar-se sobre a língua. Constatamos a falta de uma perspectiva enunciativa em metalinguagem na aquisição da linguagem, o que motivou a continuidade da nossa pesquisa.

O próximo passo foi buscar, na Teoria da Enunciação de Benveniste elementos que poderiam ajudar-nos a formular como se pode entender a metalinguagem no pensamento deste autor. Propomos então que a metalinguagem é uma propriedade da língua que permite a criação de referência sobre si própria. Ou seja, a metalinguagem diz respeito a um segundo nível de enunciação que se volta ao dizer anterior, tomando-o como referência e enunciando a partir dele. Isso se dá através do que denominamos “mecanismos de interpretância.

Fizemos então alguns deslocamentos para compreender a metalinguagem na aquisição da linguagem. Considerando que a criança entra no mundo e na linguagem simultaneamente, e é levada a representar os referentes no discurso, essa referência nem sempre se dá de forma consensual, o que leva os interlocutores a negociar a o estabelecimento de referência, voltando-se sobre a língua e tomando-a então como referência. Através de análises, mostramos os modos peculiares através dos quais a criança realiza tais mecanismos.

Acreditamos que nossa construção teórica a partir da Teoria da Enunciação possibilitou não só a explicação dessa propriedade da língua, mas também a descrição do funcionamento da metalinguagem, dos mecanismos e dos modos na fala da criança. Tal perspectiva também possibilitou que tomássemos a fala da criança na sua singularidade, como locutor que se inscreve como sujeito - enunciando eu – e instaura um alocutário – tu – em um determinado espaço – aqui – e tempo – agora. Talvez fatos como os que analisamos pudessem ser descartados em outras perspectivas teóricas por sua impossibilidade de generalização. Nossa opinião é que a particularidade não diz menos a respeito da fala da criança em aquisição da linguagem, dado seu caráter heterogêneo e insólito. Desde uma perspectiva enunciativa em aquisição da linguagem, também não podemos definir fases ou ordem de aparecimentos dos modos empregados pela criança, mas podemos defender que, uma vez preenchido o lugar da criança na estrutura enunciativa, tais mecanismos e modos podem ser empregados, visto que a metalinguagem é uma propriedade da língua e, como tal, disponível para a criança.

Uma das possibilidades de retorno ao nosso estudo diz respeito justamente a isso: outros estudos poderiam revelar outros mecanismos utilizados pelas crianças e contribuir para a compreensão desse fenômeno.

Outras possibilidades de retorno dizem respeito à Teoria da Enunciação. Ao tratar da metalinguagem, inevitavelmente deparamo-nos com conceitos como língua, linguagem, enunciação, discurso, etc. Acreditamos que uma das dificuldades em se ler a obra de Benveniste é justamente a imprecisão terminológica do autor, que por vezes usa diferentes palavras para um mesmo conceito. É possível e necessário um trabalho não apenas de sistematização dos conceitos<sup>34</sup>, mas também de uma abordagem “filosófica” das concepções de língua e linguagem no pensamento benvenistiano. Outra questão interessante com a qual nos deparamos, mas não podemos contemplar em função dos objetivos do nosso trabalho, é a relação entre língua e sociedade, abordada por Benveniste em um artigo específico, que percorre a obra do autor, principalmente em algumas passagens que dizem respeito à metalinguagem. Acreditamos que esses pontos são terrenos férteis para futuras pesquisas.

Por fim, o fato que a escrita desta pesquisa tenha sido possibilitada justamente pela propriedade da língua em questão, a metalinguagem, ainda não deixa de causar-nos espanto e encanto. Gostaríamos de terminar nossa reflexão com as belíssimas palavras de Roland Barthes que dizem respeito, assim acreditamos, justamente à nossa questão central: “a língua,

---

<sup>34</sup> Como foi bem realizado pela equipe que elaborou o Dicionário de Linguística da Enunciação (FLORES ET AL, 2010).

como desempenho de toda linguagem, não é nem reacionária, nem progressista; ela é simplesmente: fascista; pois o fascismo não é impedir de fazer, é obrigar a dizer” (2007, p. 14). Uma vez na língua, não temos escapatória senão falar, e falar dela, utilizando-a.

## REFERÊNCIAS

- AUTHIER-REVUZ, J. *Ces mots qui ne vont pas de soi: boucles réflexives et non-coïncidences du dire*. Paris: Larousse, 1995.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline; DOURY, Marianne; REBOUL-TOURÉ, Sandrine (Orgs.). *Parler des mots: le fait autonymique en discours*. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle, 2003.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.
- BARTHES, R. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 2007.
- BENVENISTE, E. *Problemas lingüística geral I*. Campinas: Pontes, 2005.
- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 2006.
- BERTHOUD-PAPANDROPOULOU, I. An experimental study of children's ideas about language. In: LEVELT, W.J.M.; SINCLAIR, A.; JARVELLA, R.J. *The child's conception of language*. New York, NY: Springer-Verlag, 1978.
- BLOOMFIELD, L. Um conjunto de postulados para a ciência da linguagem. In: DASCAL, M. (Org.) *Fundamentos metodológicos da lingüística*. São Paulo: Global, 1978.
- CASTRO, M. F. P. De (Org.) *O método e o dado no estudo da linguagem*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.
- CHOMSKY, N. *Aspectos da teoria da sintaxe*. Coimbra: Armênio Amado, 1975.
- CLARK, R. Awareness of language: some evidence from what children say and do. In: LEVELT, W.J.M.; SINCLAIR, A.; JARVELLA, R.J. *The child's conception of language*. New York, NY: Springer-Verlag, 1978.
- CULIOLI, Antoine. *Pour une linguistique de l'énonciation*, tome 1, Paris, OPHRYS, 1990.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa*. 2. ed. rev. e acresc. de um suplemento. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.\
- DAHLET, Patrick (1997). Une théorie, une songe: les énonciations de Benveniste. In: ARRIVÉ, M. e NORMAND, C. *Émile Benveniste vingt ans après*. Linx, numero spécial.
- FIGUEIRA, R. A. La propriété réflexive du langage dans le parler d'enfant: quelques manifestations du fait autonymique dans l'acquisition du langage. In: AUTHIER-REVUZ, Jacqueline; DOURY, Marianne; REBOUL-TOURÉ, Sandrine (Orgs.). *Parler des mots: le fait autonymique en discours*. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle, 2003.
- FINGER, Ingrid. A aquisição da linguagem na perspectiva behaviorista. In: QUADROS, R.;

- FINGER, I. *Teorias da aquisição da linguagem*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.
- FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2001.
- FLORES, V. N. ET AL (Orgs.). *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.
- FLORES, V. N. ET AL. *Enunciação e gramática*. São Paulo: Contexto, 2008
- FLORES, V. N. *Linguística e psicanálise: princípios de uma semântica da enunciação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999
- FLORES, V. N. Sujet de l'énonciation et ébauche d'une réflexion sur la singularité énonciative. In: NORMAND, Claudine (Org.) *Paralleles floues: vers un théorie de l'activité de langage*. (no prelo)
- FLORES, V. N.; NUNES, P. A. *Linguística da enunciação: uma herança saussuriana?* Organon, Porto Alegre, n. 43, 2007.
- FLORES, V. N.; TEIXEIRA, M. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005
- FUCHS, Catherine. *La paraphrase: une problématique énonciative*. In: \_\_\_\_\_. *Paraphrase et énonciation*. Paris: Ophrys, 1994.
- GOMBERT, J. E. *Metalinguistic development*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.
- HAKES, D. *The development of metalinguistic abilities in children*. Berlin, New York: Springer-Verlag, 1980.
- HJELMSLEV, Louis. *Prolégomènes a une théorie du langage*. Paris: Editions de Minuit, 1968.
- HICKMANN, M. Psychological aspects of language acquisition. In: FLETCHER, Paul; GARMAN, Michael. *Language acquisition: studies in first language development*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- INGRAM, David. *First language acquisition: method, description and explanation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- JAKOBSON, R. El metalenguaje como problema lingüístico. In: \_\_\_\_\_. *El Marco del lenguaje*. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Essais de linguistique générale*. Paris: Minuit, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1974.

\_\_\_\_\_. Por que “mama” e “papa”? In: \_\_\_\_\_. *Fonema e fonologia*. v.2. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1967.

KARMILOFF-SMITH, Anette. Auto-organização e mudança cognitiva. *Substratum: Temas Fundamentais em Psicologia e Educação*, v. 1, n. 3, p. 23-55, 1998.

\_\_\_\_\_. From metaprocesses to conscious access: evidence from children's metalinguistic and repair data. *Cognition*, v. 23, n. 2, p. 95-147, 1986.

*Le Nouveau Petit Robert de la langue française* 2009. 2008. CR-ROM

LEMOS, C. T. de (2001). Desenvolvimento da linguagem e processo de subjetivação. In: *Linguagem: Cultura e transformação*. [www.comciencia.br/reportagens/linguagem/ling17.html](http://www.comciencia.br/reportagens/linguagem/ling17.html). Acesso em: 14 set.2009.

\_\_\_\_\_. Das vicissitudes da fala da criança e de sua investigação. *Caderno de Estudos Lingüísticos* (UNICAMP), Campinas-SP, v.42, 2002.

\_\_\_\_\_. Interacionismo e aquisição da linguagem. *DELTA*, v. 2, 1986.

\_\_\_\_\_. Native speakers' intuitions and metalinguistic abilities: what do they have in common from the point of view of language acquisition? *Cadernos de Estudos Lingüísticos* (UNICAMP), Campinas-SP, v. 33, 1998.

LEMOS, M. T. G. *A língua que me falta: uma análise dos estudos em aquisição da linguagem*. Campinas, SP: Mercado de Letras; FAPESP, 2002.

LIER-DE VITTO, M. F. & FONSECA, S. C. Reformulação ou Ressignificação. *Cadernos de Estudos Lingüísticos* (UNICAMP), Campinas-SP, vol. 27, 1998.

MILNER, Jean-Claude. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

NORMAND, Claudine. *Convite à linguística*. São Paulo: Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_. Le CLG: une théorie de la signification? In: \_\_\_\_\_. *La quadrature du sens*. Paris: Presses Universitaires de France, 1990.

\_\_\_\_\_. Os termos da enunciação em Benveniste. In: OLIVEIRA, S.L.; PARLATO, E.M.; RABELLO, S. (Orgs.). *O falar da linguagem* (série linguagem). SP: Lovise, 1996.

ONO, Aya. *La notion d'énonciation chez Émile Benveniste*. Limoges, Lambert-Lucas, 2007.

PERRONI, M. C. O que é dado em aquisição da linguagem. In: CASTRO, M. F. P. De (Org.) *O método e o dado no estudo da linguagem*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

PRATT, C.; GRIEVE, R. The development of metalinguistic awareness: an introduction. In: TUNMER, W.E., PRATT, C.; HERRIMAN, M.L. *Metalinguistic awareness in children: theory, research and implications*. Berlin, New York: Springer-Verlag, 1984.

REY-DEBOVE, J. *Le métalangage: étude linguistique du discours sur le langage*. Paris: Le Robert, 1978.

SAPIR, E. *A linguagem: introdução ao estudo da fala*. São Paulo: Perspectiva, 1989.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1975.

SCARPA, E. M. Aquisição da linguagem. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. (Orgs.) *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. v.2. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Carmem Luci da Costa. *A criança na linguagem: enunciação e aquisição*. Campinas: Pontes, 2009.

SKINNER, B. F. *Verbal behavior*. Englewood Cliggs, NJ: Prentice-Hall, 1957.

SURREAUX, Luiza M. Linguagem, sintoma e clínica em clínica de linguagem. Tese (Doutorado em Estudos da linguagem). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras. Porto Alegre: IL/UFRGS, 2006.

TEIXEIRA, Marlene. *Análise de discurso e psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

TUNMER, W.E.; HERRIMAN, M.L. The development of metalinguistic awareness: a conceptual overview. In: TUNMER, W.E., PRATT, C.; HERRIMAN, M.L. *Metalinguistic awareness in children: theory, research and implications*. Berlin, New York: Springer-Verlag, 1984.

VAN KLEECK, Anne. Piaget and metalinguistics: a developmental overview. *Tenth Annual Interdisciplinary Conference on Piagetian Theory and the Helping Professions*. Los Angeles, CA, 1980.